



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**A MODALIDADE DE ÔNTICA NA
CONSTRUÇÃO DA PERSUAÇÃO EM
DISCURSOS POLÍTICOS**

LÉIA CRUZ DE MENEZES

**FORTALEZA
2006**

LÉIA CRUZ DE MENEZES

**A MODALIDADE DE ÔNTICA NA
CONSTRUÇÃO DA PERSUASÃO EM
DISCURSOS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará, para a obtenção do título de Mestre em Lingüística (Área de concentração: Análise Lingüística).

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

Fortaleza
2006

Menezes, Léia Cruz de.

A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos/
Léia Cruz de Menezes. – Fortaleza: [s.n.], 2006
122 f. :il.; 30 cm.

Orientadora: Márcia Teixeira Nogueira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

1. Modalidade deôntica. 2. Lingüística. 3. Gramática Funcional.

4. Discurso Político. I. Nogueira, Márcia Teixeira. II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

III. Título.

À professora e amiga Márcia Teixeira Nogueira dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização do curso de pós-graduação é fruto de um trajeto, que se inicia no primeiro contato formal com a Escola e tem como ponto decisivo a formação acadêmica em nível de graduação. Durante o período em que fui aluna do curso de Licenciatura em Letras da UFC, fizeram-se decisivos ao engajar-me no universo da pós-graduação as aulas ministradas por todos os professores que tive, as amizades que fiz, o incentivo sempre a mim concedido pelos membros do Corpo Docente da instituição, os seminários e congressos aos quais assisti. Assim, devo agradecimento a todos os meus professores por mais essa etapa trilhada. Nominalmente, dirijo-me agora a alguns dos que fazem a UFC, por meio dos quais homenageio a todos:

À minha orientadora de Mestrado, Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, por sua competente orientação, por sua amizade, compreensão.... Ao longo desses 24 meses de atividades, muito pude aprender com a professora Márcia. Este não seria possível sem seus esforços.

Ao Prof. Dr. Nelson Barros da Costa, pelas excelentes contribuições prestadas ao meu trabalho tanto por ocasião da qualificação de meu projeto como no momento dos Seminários de Pesquisa. É uma alegria tê-lo em minha banca de defesa e poder ter contado com suas palavras elogiosas e suas sugestões ao longo desse processo.

À minha orientadora de iniciação à Pesquisa ao longo dos últimos dois anos de minha graduação, Profa. Pós-Dra. Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo, a quem devo o desenvolvimento do prazer pela pesquisa acadêmica. O apoio e a amizade da professora Ana Cristina, nem sempre por mim retribuídos na medida que ela sempre fez por merecer, viabilizou meu crescimento no universo da pesquisa, o que foi fundamental ao meu ingresso no Mestrado.

À Profa. Dra. Maria Elias Soares, a quem devo a primeira oportunidade formal de engajamento no universo da pesquisa acadêmica, quando pude substituir o bolsista titular de um dos projetos desenvolvidos pela professora em função do término da graduação deste. Só tenho boas lembranças desse período.

À professora Hebe Macedo, pelas aulas de *Morfossintaxe do Português* e de *Introdução à Sociolinguística* bem como por seu contagiante entusiasmo à frente dos Seminários Linguísticos.

À Profa. Maria Ednilza Oliveira Moreira, da qual tive o prazer de ser aluna nas disciplinas de *Teoria e Prática de ensino de Língua Portuguesa* e *Estágio em ensino de Língua Portuguesa*. O entusiasmo da professora, sua preocupação com cada um de nós sempre estarão na lembrança. Ela sempre dizia (e demonstrava) “ser preciso ensinar a língua em situações reais de intercâmbio linguístico”.

Ao Prof. Francisco Edi de Oliveira Sousa, do qual tive o privilégio de ser aluna nas disciplinas *Latim II*, *Literatura Latina* e *Filologia Românica*. A ele devo, além das lições formais, as lições aprendidas da oportunidade de sua amizade. Quantas e quantas vezes o prof. Edi ajudou-me a corrigir redações de alunos, quantas vezes fiz do telefone residencial do professor um “tira-dúvidas”! Mais do que um professor, um raro amigo.

Ao Prof. José Américo Bezerra Saraiva, pelas lições de *Fonologia do Português*, de *Linguística Textual* e pelas tantas conversas ao longo desses anos. Tenho enorme prazer em rever as provas e trabalhos que fiz nas disciplinas ministradas pelo Prof. Américo, pois, em todas as avaliações, há um comentário de incentivo.

Ao estimado Professor Paulo Mosânio Teixeira Duarte, de quem obtive, na graduação, valorosas lições de *Sintaxe do Português* e de *História da Língua Portuguesa* e, no Mestrado, tive o privilégio de ser sua aluna nas disciplinas *Teorias linguísticas* e *Tópicos em descrição do português*. Sempre prestimoso e dedicado aos alunos, um grande amigo.

À Profa. Claudete Lima agradeço as lições de *Morfologia* e o desprendimento em dar de si em prol de seus alunos. Quando na Graduação, admirava-a por seu desempenho no magistério; hoje, além de solidificar a outrora admiração, a admiro por seu dinamismo e por sua garra. Um grande ser humano.

Ao Prof. Yvanowick Dantas Valério, meu professor de *Introdução à Linguística*. Foi na segunda-feira, dia 02 de março de 1998, na recepção aos calouros, que ouvi, pela primeira vez, a expressão “Ciência da linguagem”, apaixonei-me por ela ao primeiro contato.

À Rejane e à Amiuda (Secretárias da Coordenação do Curso de Letras), à Antônia e à Laura (Secretárias da Pós-Graduação em Linguística), pelo modo competente e atencioso com que sempre a mim atenderam.

Ao bolsista de pesquisa Luciano Araújo, pelas tardes que ao meu trabalho dedicou por ocasião da utilização do programa Varbrul.

À amiga Ana Cristina Cunha, pela excelente tradução que se dispôs a realizar do resumo de minha dissertação.

À equipe da *Maxcopy*, Costa, Núbia, Moana, Kelly, Fábio, Jackson..., pelo socorro prestado na impressão de meus trabalhos.

A **FUNCAP** (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo valioso auxílio financeiro.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A Jeová Deus pela dádiva da vida, afinal *Toda boa dádiva e todo presente perfeito vem de cima, pois desce do pai das luzes celestiais, com quem não há variação na virada da sombra* – epístola de Tiago 1: 17.

Aos meus pais, Antônio Tadeu e Maria Juracy, os responsáveis por minha formação pessoal e profissional, meus incentivadores de longas dadas.

Ao meu irmão, Tiago, por todas as vezes que abdicou seu direito à tv, ao som ligado para que eu pudesse melhor concentrar-me em meus estudos.

À Ledinha, minha tia, pelas constantes palavras de incentivo.

Ao meu Amado Esposo, Sérgio Ricardo, que nunca me permite desanimar; companheiro, leal, amigo... Conquista alguma teria o mesmo sabor sem ele ao meu lado.

... a argumentação que solicita uma adesão é, acima de tudo, uma ação: ação de um indivíduo, a quem podemos chamar, de maneira muito geral, o orador, sobre um indivíduo, a quem podemos chamar, também de uma maneira muito geral, o ouvinte, e isso tendo em vista desencadear uma outra ação. Com efeito, a ação argumentativa, bem como a ação que a argumentação visa a desencadear, são obras de agentes. A pessoa intervém assim a cada passo; com sua estabilidade, mas também com sua faculdade de escolha, com sua liberdade criadora, com os imprevistos de seu comportamento, com a precariedade de seus compromissos.

Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca 1999: 370,371

RESUMO

MENEZES, Léia Cruz de. *A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos*. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Lingüística – Área de concentração: Análise Lingüística). UFC. Fortaleza.

Objetivando analisar de que modo expressões lingüísticas da modalidade deôntica atuam no sentido de viabilizar a adesão do auditório a pontos de vista defendidos em discursos políticos, pesquisamos, sob o prisma da orientação funcionalista, quarenta e quatro discursos proferidos por Deputados Federais no plenário da Câmara por ocasião das discussões envolvendo a proposta de reforma no regime previdenciário dos servidores públicos, ao longo do primeiro semestre de 2003. Entendida como a modalidade relacionada à possibilidade ou necessidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis, a modalidade deôntica foi analisada do ponto de vista sintático, semântico e pragmático. A pesquisa revelou a existência de uma relação entre pressão social sob os oradores e frequência de uso de expressões deonticamente modalizadas, a saber, quanto maior a pressão em torno da aprovação/rejeição do projeto em tramitação, mais frequentemente se valeram os parlamentares de expressões capazes de, entre outras funções, apresentá-los à opinião pública como autoridades dispostas a lutar pelos interesses da comunidade. Quanto aos meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica, constatamos a alta produtividade do verbo auxiliar modal, destacando-se o verbo *dever* na instauração de obrigações. Observamos também a elevada produtividade da exclusão do orador do alvo sobre o qual recai o valor deôntico instaurado. A predileção dos parlamentares por apresentarem-se à opinião pública como indivíduos que já arcaram com o ônus que lhes competia na execução de uma tarefa, ou por levar a audiência a crer que a competência para a realização de algo é de outrem, cabendo-lhes denunciar e cobrar, é justificada na medida em que essa estratégia revelou-se mecanismo de atenuação da pressão por parte do auditório sobre a figura do orador, transferindo expectativas e cobranças a outros indivíduos ou a instituições.

Palavras-chave: modalidade; deôntica; discurso político.

ABSTRACT

The study aimed at investigating in which way linguistic expressions of the deontic modality act in a sense of making the audience's participation possible in standpoints defended in political speeches and, thus, it was analyzed, under a functionalist theory, forty-four speeches delivered by Representatives at the Lower House of Congress. They discussed the reformation proposal on the welfare state along the first semester of the year 2003. Being understood as the modality related to the axis of the obligation, the deontic modality is, in the present research, as a whole, analyzed under the manifestation of syntactic, semantic and pragmatic-discourse aspects. The research revealed the existence of a relation between the reformation process' stage, what is directly related to the social pressure over the politicians, and the usage frequency of deontic modalizer expressions. Concerning the linguistic means of the deontic modality expression, one could perceive a high production of the modal verb, standing out the verb "must" in the consolidation of obligations. One could also observe a high frequency of the lack of a target's explicitation in which the deontic value was established as well as an exclusion strategy in relation to the target, when the latter was specified. The politicians' preference for presenting themselves to the public as the ones who took the responsibilities in a task execution, or for making the audience believe that this responsibility belongs to somebody else, weakens the audience's pressure over the politician's figure, then transferring this responsibility to other individuals or to institutions. For these reasons, in general terms, one can observe the politicians' preference for keeping some distance from the established deontic value's incidence target.

Key words: deontic modality; political speech

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS PARA O ESTUDO DA MODALIDADE.....	17
1.1. A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria modalidade.....	18
1.2. O modelo funcional de gramática de Simon Dik.....	20
1.2.1. A interação por meio da linguagem.....	20
1.2.2. A representação formal dos enunciados.....	23
1.2.3. Uma tipologia semântica dos Estados de Coisas.....	31
1.3. Síntese.....	34
CAPÍTULO II – A CATEGORIA MODALIDADE.....	36
2.1. A categoria modalidade – propostas tipológicas.....	39
2.2. A manifestação da categoria modalidade.....	47
2.3. Síntese.....	51
CAPÍTULO III – A MODALIDADE DEÔNICA.....	52
3.1. A modalidade deônica: características em discussão.....	52
3.2. Síntese.....	58
CAPÍTULO IV – O DISCURSO POLÍTICO EM ANÁLISE: DISCURSOS PROFERIDOS NO PEQUENO EXPEDIENTE DE SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	59
4.1. A caracterização do <i>corpus</i>	59
4.2. A constituição do <i>corpus</i>	64
4.3. Os parâmetros para análise do <i>corpus</i>	68
4.4. Síntese.....	80
CAPÍTULO V – A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE DEÔNICA EM DISCURSOS POLÍTICOS.....	82
5.1. Grupo de discurso: etapas de discussão da reforma.....	82

5.2. Meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica.....	84
5.3. Valor deôntico instaurado.....	88
5.4. Obrigação, permissão e proibição: subtipos.....	92
5.5. Fonte e Alvo deôntico no discurso político.....	96
5.6. Comportamento do orador quanto ao valor deôntico instaurado.....	100
5.7. Tipo de frase.....	102
5.8. Localização da seqüência modalizadora no discurso.....	103
5.9. Marcas asseveração da força ilocucionária.....	105
5.10. Síntese.....	110
CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXO.....	122

INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão de que, ao nos engajarmos em um ato de interação verbal, o fazemos com a intenção de modificar algo na informação pragmática daqueles com os quais interagimos e tendo em vista que, a fim de obtermos sucesso na modificação que almejamos provocar, escolhemos e articulamos as expressões lingüísticas em função de nossa intenção comunicativa (Dik:1989,1997), no presente trabalho, empreendemos análise de como as expressões modalizadoras deônticas atuam no sentido de viabilizar a aceitação por parte do auditório de pontos de vista defendidos em discursos políticos.

Focando nosso interesse nos efeitos de sentido produzidos por expressões modalizadoras deônticas na construção da persuasão em discursos políticos, analisamos, mediante orientação funcionalista, quarenta e quatro discursos proferidos por Deputados Federais no plenário da Câmara por ocasião das discussões envolvendo a polêmica proposta de reforma no regime previdenciário dos servidores públicos, ao longo do primeiro semestre de 2003.

Sustentamos a hipótese de que, a depender do posicionamento do orador ante a proposta em apreciação, as expressões modalizadoras deônticas são utilizadas de modo diferenciado, o que gera a transmissão de imagens distintas, imagens essas que estão a serviço da condução da audiência ao modo como o orador percebe o objeto sobre o qual versa. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a capacidade de adoção de máscaras por parte dos oradores a fim de conquistar os diversos elementos de um auditório heterogêneo é pressuposto imprescindível à manutenção da argumentação.

Esse trabalho, portanto, objetiva contribuir ao entendimento do elo entre modalidade deôntica e construção discursiva. Para tal fim, a modalidade deôntica, entendida como aquela relacionada à possibilidade ou necessidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis, será analisada do ponto de vista sintático (o meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica, o tipo de frase), semântico (a natureza do alvo e da fonte deôntica, os valores de obrigação, permissão, proibição e seus subtipos) e pragmático (comportamento do orador quanto ao valor instaurado, posicionamento do orador quanto ao tema em discussão, imagens suscitadas).

No que concerne à organização desse trabalho, seu conteúdo está subdividido em cinco capítulos.

No primeiro, intitulado *Pressupostos funcionalistas para o estudo da modalidade*, procuramos explicitar os princípios que norteiam uma investigação funcionalista, mostrando o valor da adoção dessa orientação como ferramenta de análise ao estudo da categoria modalidade, e conceder uma visão geral do modelo funcional de gramática proposto por Simon Dik, do qual nos valem nessa pesquisa.

No segundo capítulo, *A categoria modalidade*, realizamos breve incursão em algumas noções provenientes dos modelos idealizados pelos lógicos e lingüísticas, para fins de compreensão da categoria modalidade, e empreendemos análise de propostas tipológicas, quando, então, expomos e discutimos idéias de Lyons, Palmer, Dik e Hengeveld sobre os modos de manifestação da modalidade.

No terceiro capítulo, *A modalidade deôntica*, centramos nossa atenção na modalidade que é objeto de estudo deste trabalho. Nesse capítulo, portanto, procuramos discutir as principais características dessa modalidade, segundo entendimento de estudiosos como Lyons e Palmer.

No quarto capítulo, *O discurso político em análise: discursos proferidos no pequeno expediente de sessões ordinárias e extraordinárias na Câmara dos Deputados*, expomos as características de nosso *corpus*, procuramos elucidar o modo como o constituímos, explicitar a metodologia e os parâmetros de análise adotados em nossa investigação.

No quinto capítulo, *A manifestação da modalidade deôntica em discursos políticos*, apresentamos e discutimos os resultados encontrados. Nesse capítulo, buscamos demonstrar as funções exercidas pelas expressões lingüísticas da modalidade deôntica na construção do ato argumentativo.

Em *Conclusão*, dedicamo-nos a refletir sobre a investigação empreendida, buscando conceder uma caracterização geral da manifestação da modalidade deôntica no discurso em análise com base nas generalizações a que nos foi possível chegar.

Ao término de cada capítulo, o leitor encontrará uma síntese, na qual procuramos trazer à tona as principais questões discutidas no capítulo que acabamos de concluir visando à melhor compreensão do capítulo subsequente. Ao término do trabalho, em anexo,

o leitor encontrará os discursos que compõem o *corpus* dessa pesquisa. Neste, as expressões que julgamos modalizadoras deônticas estão marcadas, a fim de que, diante dos enunciados por nós comentados, ao leitor seja possível o acesso ao co-texto em sua inteireza.

1. PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS PARA O ESTUDO DA MODALIDADE

Embora se distingam peculiaridades que tornam os diferentes modelos funcionalistas distintos entre si, podemos, em linhas gerais, compreender a denominação “gramática funcional” como uma teoria global da interação social que prioriza a análise das funções das unidades lingüísticas sobre seus limites e sua posição, e que concebe a gramática como acessível às pressões do uso. Assim o é porque, segundo depreendemos de Dik (1989, 1997), a orientação funcionalista entende que, no uso comunicativo da língua, não apenas a capacidade lingüística está envolvida. Juntamente a essa capacidade, atuam outras, a saber: a epistêmica, a lógica, a perceptual, a social.

Em decorrência da capacidade epistêmica, o usuário é capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; derivar conhecimentos de expressões lingüísticas, arquivar esse conhecimento adequadamente e, nas situações de intercâmbio lingüístico, recuperá-lo e utilizá-lo possibilitando a interpretação de expressões lingüísticas em situações posteriores. A capacidade lógica, por sua vez, possibilita ao usuário, munido de determinadas parcelas de conhecimento, a extração de outras parcelas de conhecimento mediante regras de raciocínio. Em virtude da capacidade perceptual, o usuário extrai, da percepção do meio que o cerca, conhecimento para produzir e interpretar expressões lingüísticas. Devido à capacidade social, o usuário não apenas sabe o que dizer, mas como e de que modo expressar-se em uma situação comunicativa específica. Essas diferentes capacidades não atuam isoladamente, mas imbricam-se, produzindo, cada uma, um *output* essencial ao funcionamento das demais.

Desta feita, a orientação funcionalista contrapõe-se à formalista na medida em que define a língua como instrumento de interação social cuja função mais destacada é a de comunicação. E, se, no mecanismo de uso da língua em situações reais de intercâmbio lingüístico, várias e diversas são as capacidades do usuário que interagem possibilitando a comunicação, não há como conceber uma descrição das expressões de uma língua de modo descontextualizado; a descrição das expressões deve fornecer dados para a explicação de seu modo de atuação em contexto específico.

Deixamos claro que não pretendemos, com o exposto, subestimar o valor da orientação formalista como ferramenta de análise. Reconhecemos que ambas as orientações são importantes instrumentos para a descrição de fenômenos lingüísticos. No entanto, como

versaremos no tópico subsequente, nosso objetivo justifica a opção pela orientação funcionalista.

1.1. A opção pela abordagem funcionalista no estudo da categoria modalidade

Aponta Neves (1997) que a adoção de um ponto de vista funcionalista no estudo de uma língua natural assume a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua como principal questão de interesse. É preocupação central em estudos funcionalistas a análise de como é possível aos falantes de uma língua, por meios lingüísticos, fazerem-se entender, terem influência no estoque de informações e no próprio comportamento prático uns dos outros.

Desse modo, o tratamento funcionalista de uma língua natural considera a **competência comunicativa**, isto é, a capacidade humana de usar e interpretar as expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória, o que implica o estudo das expressões lingüísticas em uso, portanto **uma abordagem da sintaxe e da semântica dentro de uma teoria da pragmática**. Entende-se, pois, que a gramática de uma língua só pode ser adequadamente descrita mediante avaliação de toda a situação comunicativa: **o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo**. A abordagem funcionalista propõe-se, assim, explicar as regras e princípios subjacentes à construção das expressões lingüísticas em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de utilização das expressões.

Desde a elaboração do projeto que resultou nessa pesquisa, quando começamos a empreender estudos preliminares de discursos políticos proferidos na Câmara dos Deputados, constatamos que nossa intenção de análise das funções persuasivas dos efeitos de sentido produzidos pelas expressões lingüísticas da modalidade deôntica na construção da argumentação em discursos políticos não lograria êxito se trilhássemos um caminho teórico-metodológico que concedesse proeminência a aspectos relativos à forma, atribuindo à semântica e à pragmática um papel de menor valor, ou vice-versa. Precisávamos da integração, pois, a menos que nos fosse possível transitar da forma lingüística ao seu significado dentro de seu contexto, não haveria como apresentar respostas às perquirições que o contato com o material que constitui nosso *corpus* nos impunha.

Entre as várias possibilidades de expressão lingüística da modalidade deôntica, qual a mais recorrente, por exemplo, na instauração de uma obrigação? De modo algum obtemos o mesmo efeito de sentido ao instaurarmos uma obrigação a ser cumprida por outrem mediante um adjetivo em posição predicativa ou ao assim fazê-lo por meio de um verbo auxiliar modal. Como essas opções atuam no sentido de persuadir a audiência a aderir à tese defendida? No que diz respeito aos valores semânticos da modalidade deôntica (permissão, obrigação, proibição), por que o orador X optou pela instauração de uma permissão, quando, ao versar sobre o mesmo assunto, o orador subsequente instaurou uma proibição? Que imagens transmitem oradores que optam por incluírem-se na incidência do valor deôntico instaurado em contraposição às imagens transmitidas por aqueles que optam pela exclusão? Diante de tais questionamentos, apenas uma amostra entre tantos, é evidente que uma análise quer exclusivamente semântica, quer exclusivamente sintática não possibilitaria a construção do elo entre modalidade deôntica e construção discursiva. Assim, a opção pela orientação funcionalista como ferramenta de análise dá-se em decorrência do objetivo proposto.

Destacamos, ainda, que, embora adotemos a expressão “orientação funcionalista” ao longo do texto, estamos cientes da existência de diferentes funcionalismos. Segundo Nichols (1984), existe um funcionalismo **conservador**, que aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo sem, contudo, propor uma análise funcional da estrutura; há um funcionalismo **moderado**, que aponta essa inadequação e propõe uma análise funcionalista da estrutura; e um funcionalismo **extremado**, que nega a própria estrutura e considera as regras existentes nas línguas naturais como baseadas internamente na função.

O funcionalismo com o qual trabalhamos é o moderado. E, dentre os autores cujas propostas podem ser chamadas de moderadas (Van Valin; Dik; Halliday; Hengeveld), optamos pelo funcionalismo de Simon Dik, pois o modelo proposto por Dik nos auxilia a 1) apreender as relações intersubjetivas que se dão no processo de interação verbal; 2) discernir os diferentes tipos de modalização.

1.2. O modelo funcional de gramática de Simon Dik.

1.2.1. A interação por meio da linguagem

O modelo proposto por Dik (1989) permite-nos perceber a língua como instrumento de interação social, mediante o qual os humanos estabelecem relações visando a provocar modificações específicas na informação pragmática¹ daqueles com os quais interagem em situações reais de intercâmbio lingüístico. A figura a seguir ilustra como se processa a interação por meio da linguagem verbal.

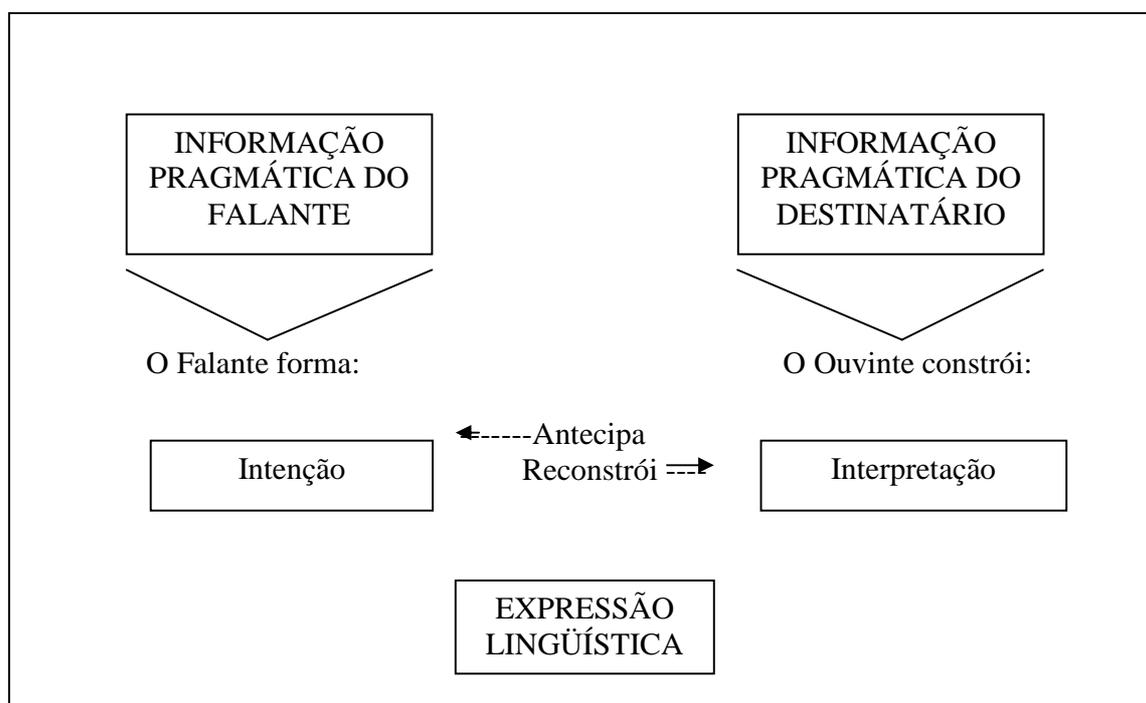


Figura 01 - Modelo de interação verbal (Dik, 1989:8-10)

¹De acordo com Dik (1989:9), a informação pragmática inclui todos os itens presentes no mundo mental de um indivíduo, desde o conhecimento que ele possui até seus preconceitos, crenças etc. Dik concede à composição da informação pragmática a seguinte divisão: **informação geral**: informação de longo prazo, concernente ao mundo real, incluindo suas características naturais e culturais, e concernente a outros mundos, possíveis ou imaginários; **informação situacional**: informação oriunda da percepção dos participantes, bem como de suas experimentações, por ocasião da situação interacional; **informação contextual**: informação derivada das expressões lingüísticas que são compartilhadas antes ou depois de qualquer ponto na interação verbal.

Desse modelo, depreendemos ser a expressão lingüística responsável pela **mediação** entre a intenção de quem enuncia e a interpretação de quem ouve. Assim o é porque, em qualquer estágio da interação verbal, tanto falante quanto ouvinte possuem **informação pragmática**, ou seja, um conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos que tanto atuarão por ocasião da enunciação (levando o falante a não necessitar verbalizar plenamente a sua intenção em virtude do que ele sabe acerca da informação do destinatário no momento da interação) quanto por ocasião da interpretação (levando o destinatário a basear-se apenas parcialmente na expressão enunciada, para fins de interpretação, em virtude da informação que ele já detém).

Desse modo, ao nos engajarmos em um ato de interação verbal, quando na posição de falantes², produzimos expressão lingüística em função de uma dada intenção, da informação pragmática que dispomos e da antecipação que fazemos de qual seja a possível interpretação daquele com o qual interagimos.

Por seu turno, quando na posição de destinatários, embasamos nossa interpretação na expressão lingüística produzida, na informação pragmática que dispomos e na nossa conjectura acerca da possível intenção do falante, procurando reconstruí-la.

É digna de nota a necessidade de formularmos adequadamente nossa intenção comunicativa. Caso contrário, não conseguiremos sucesso em realizar mudanças na informação pragmática de nosso ouvinte. Mudanças essas que podem visar à adição (fornecimento de informação não disponível ao ouvinte), à substituição (fornecimento de informações capazes de tomar o lugar de alguma outra disponível ao ouvinte) ou à rememoração (fornecimento de informações que o ouvinte já dispõe, mas delas não recorda no momento da interação).

Outro ponto merecedor de nossa atenção concerne ao entendimento do que consideramos ser o **significado** da expressão lingüística. O significado codificado pelo falante não se iguala nem à interpretação final do ouvinte nem à intenção do próprio falante.

² Em Dik (1989, 1997), as expressões *speaker* (falante) e *addresser* (ouvinte) constituem uma generalização dos papéis em uma interação verbal prototípica (a conversação oral), não se restringindo, obviamente, a textos orais.

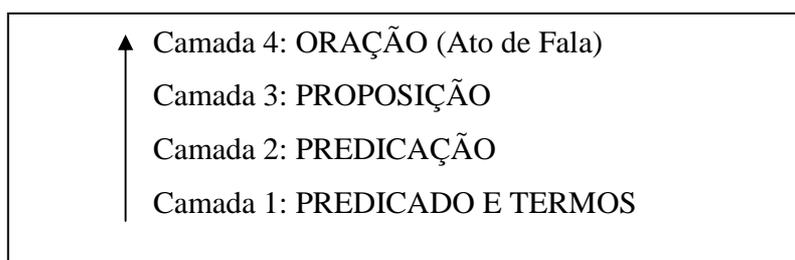
De fato, vamos ter acesso a um conteúdo semântico que corresponde a determinadas interpretações, dentro da estrutura definida pela informação disponível tanto ao falante quanto ao ouvinte.

Segundo Dik (1989, 1997), a interação social mediada pela linguagem constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada. **Cooperativa**, porque necessita de pelo menos dois participantes para alcançar seus objetivos; e **estruturada**, porque é governada por regras, normas e convenções. Dik, portanto, defende a necessidade de a Lingüística ocupar-se de dois tipos de sistemas de regras: as que estão no cerne da formação do enunciado (as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as que regem os padrões de interação verbal nos quais as expressões são utilizadas (as regras pragmáticas).

O modelo proposto por Dik permite-nos dar início à discussão das questões resultantes do contato com os textos que compõem nosso *corpus*. Na tentativa de obter a adesão da audiência (intenção comunicativa), cada parlamentar valer-se-á dos expedientes lingüísticos que julgar mais adequados à conquista daquela parte do auditório heterogêneo ao qual ele se dirige. Aqui se faz imprescindível destacarmos o conceito de “adoção de diferentes máscaras” de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Segundo os autores, os oradores, a fim de conquistar os diversos elementos de um auditório heterogêneo, “mudam de cara” à medida que subdividem sua assistência em subgrupos. Uma vez optem por repartir seus ouvintes em grupos múltiplos ou mesmo opostos (opção comumente adotada pelos proferidores de discursos políticos, haja vista a amplitude dos conflitos de interesses existentes no âmbito de uma sociedade tão heterogênea como as sociedades dos países em desenvolvimento), podem os oradores defender seus pontos de vista como homens, como cristãos, como pais, como patriotas... Compreendemos que, dada a quantidade de meios de manifestação da modalidade, bem como as possibilidades de efeitos de sentido produzidos pelo uso de expressões modalizadas, estes são meios que permitem aos oradores se expressarem em uníssono aos anseios de *certas partes* de seu auditório heterogêneo, o que condiz exatamente com a compreensão de Dik do que seja o mecanismo de interação pela linguagem verbal.

1.2.2. A representação formal dos enunciados.

A representação formal dos enunciados é outro ponto de destaque na proposta de Dik (1989,1997). A oração é concebida como uma estrutura hierárquica que consiste de várias camadas, cada uma representando um diferente tipo de entidade: o **ato de fala** (nível hierarquicamente mais elevado) envolve uma **estrutura proposicional** (nível imediatamente mais baixo ao do ato de fala) que, por seu turno, constitui-se de uma **predicação** (nível imediatamente mais baixo ao da estrutura proposicional) e, esta, na base da estrutura, designa um determinado **Estado de Coisas** (codificação lingüística de uma situação passível de ocorrência em um mundo real ou imaginário). O quadro 1, a seguir, ilustra as quatro camadas mencionadas. O sentido da seta, de cima para baixo, aponta na direção do nível hierarquicamente mais baixo ao mais elevado.



Quadro 1 – A estrutura hierárquica da oração.

Em cada um desses níveis, atuam operadores e satélites. Tanto operadores quanto satélites cumprem funções semânticas que se equiparam; o que os distingue é a **forma de expressão** por eles utilizada a fim de cumprir dada função semântica. Desta feita, enquanto operadores (representados por π) especificam um Estado de Coisas por meios gramaticais, satélites (representados por σ) realizam função semelhante por meios lexicais. Operadores e satélites estão subdivididos em níveis (I-IV). Na seqüência, por meio do quadro 3, podemos visualizar a organização dos operadores e satélites em cada nível bem como as respectivas funções destes.

Nível I – Operadores de Predicado	
Operadores (π_1)	Satélites (σ_1)
Por meios gramaticais – marcam aspecto quantificacional (perfectividade/imperfectividade) e negação de predicado.	Por meios lexicais – exprimem propriedades do Estado de Coisas, tais quais modo, velocidade e instrumento.
Nível II – Operadores de Predicação	
Operadores (π_1)	Satélites (σ_1)
Por meios gramaticais – marcam tempo, aspecto quantificacional (habitualidade, frequência, continuidade e intensidade), modalidade objetiva e polaridade.	Por meios lexicais – exprimem o cenário do Estado de Coisas: tempo, lugar, frequência e probabilidade.
Nível III – Operadores de Proposição	
Operadores (π_1)	Satélites (σ_1)
Por meios gramaticais – marcam modalidade subjetiva e evidencial.	Por meios lexicais – exprimem a validade do conteúdo proposicional, modalidade epistemológica, atitudes e evidências.
Nível IV – Operadores de Elocução	
Operadores (π_1)	Satélites (σ_1)
Por meios gramaticais – atenuam ou acentuam a força ilocucionária do ato de fala.	Por meios lexicais – exprimem estratégias comunicativas do falante em relação à força ilocucionária do enunciado.

Quadro 2 – A distribuição de operadores e satélites em níveis

A fim de entendermos de que modo o **ato de fala** envolve uma **estrutura proposicional** que, por seu turno, constitui-se de uma **predicação** e esta, por sua vez, designa um determinado **Estado de Coisas**, analisemos, sucintamente, a representação formal dos enunciados conforme proposta de Dik (1898, 1997), Hengeveld (1988, 1989, 1990), Dik e Hengeveld (1991).

A construção de uma estrutura subjacente da oração requer, inicialmente, um **predicado** (1º Camada). O predicado é um esquema que, mediante a inserção de termos

nos seus *slots* de argumentos, produz a **predicação** (2º Camada). O nível 1 do universo das predicações é o da **predicação nuclear**. O quadro 3, a seguir, ajuda-nos a visualizar o que acabamos de mencionar.

Comer [Verbo] (X ₁) agente (X ₂) meta - Predicado			
Comer [Verbo] (X ₁ : Ana) agente (X ₂ : salada) meta - Preenchimento dos slots do esquema de predicado			
Termo	Predicado	Termo	
Ana	comeu	salada	Predicação
Entidade 1	Relação	Entidade 2	

Quadro 3 – O preenchimento dos *slots* no esquema de predicado.

No exemplo acima, temos um predicado que assinala uma relação entre duas entidades, respectivamente, nos papéis de agente e de meta (Quem come; come algo). Às casas correspondentes a quem realiza a ação e sobre o que recai a ação, aplicamos um dado número de termos (*Ana* e *salada*, respectivamente); ou seja, aplicamos um certo número de expressões que são possíveis de uso para referir entidades de algum mundo real ou imaginário, resultando na predicação. A predicação indica uma codificação lingüística e possivelmente cognitiva que, na condição de falantes nativos de uma língua, fazemos de uma situação possível de ocorrência em um mundo real ou imaginário, ou seja, indica um Estado de Coisas.

A partir da predicação nuclear, por meio da adição de **operadores (π) de predicado** e **satélites (σ)**, será possível qualificar o Estado de Coisas indicado pela predicação; quando, então, chegaremos ao nível 2 da 2º camada, portanto, à **predicação central**, resultado dessas especificações concedidas à predicação nuclear.

Desta feita, aplicando operadores e satélites pertencentes ao nível I ao exemplo concedido no quadro 3, podemos ter, entre as múltiplas possibilidades, a que se apresenta no quadro 4, a seguir:

Termo	Predicado	Termo	
Ana	comeu	salada	- Predicação
Entidade 1	Relação	Entidade 2	
↓			
Ana comeu <i>salada</i> apressadamente .			

Quadro 4 – Aplicação de operadores e satélites de nível I a uma predicação nuclear.

Estamos, agora, diante de uma **predicação central**, haja vista termos o aspecto perfectivo, indicando ter sido o ato praticado por Ana uma ação conclusa; e uma indicação do modo como essa ação transcorreu, *apressadamente*.

Prosseguindo no âmbito das predicções, teremos que, mediante a utilização de operadores e satélites de nível II, concederemos à predicação central (nível dois do universo das predicções) uma ampliação, resultando, assim, na **predicação estendida** (nível três do universo das predicções), conforme podemos visualizar no quadro 5:

Ana comeu <i>salada</i> apressadamente . – Predicação Central.
↓
Ana <i>comeu</i> <i>salada</i> <i>apressadamente</i> em um restaurante perto de seu local de trabalho .

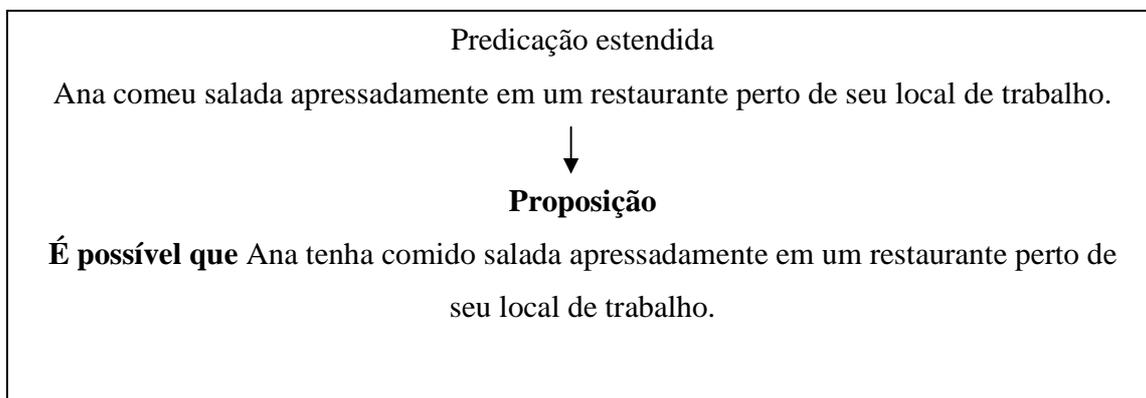
Quadro 5 – Aplicação de operadores e satélites de nível II a uma predicação central.

Passamos a ter um cenário do Estado de Coisas em decorrência do uso de um satélite de nível II que nos propiciou a visualização temporal - espacial na qual transcorre a relação entre as duas entidades (*Ana* e *salada*). Quanto ao verbo “comer” no pretérito perfeito do indicativo, é digno de nota a indicação não apenas de perfectividade, mas também de tempo. Simultaneamente, atua como operador de nível I e operador de nível II.

Salientamos que tanto uma predicação central quanto uma estendida podem aparecer como especificação de um outro Estado de Coisas. Neste caso, recebem a denominação de *predicação encaixada* em uma predicação mais elevada, ou seja, predicação encaixada em uma predicação matriz. Exemplos:

- a) Maria ouviu dizer [que Ana comeu salada apressadamente]
- b) Maria ouviu dizer [que Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho]

Passemos, agora, ao nível da proposição (3º camada). Enquanto os diferentes tipos de predicções (nuclear, central e estendida) designam Estados de Coisas, ou seja, entidades que são passíveis de durar algum tempo, de serem vistas, ouvidas, percebidas; a proposição designa um fato possível, um conteúdo proposicional, como tal podendo ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição, de lembrança, de verdade, de falsidade. Alcançamos a proposição mediante a utilização de operadores e satélites de nível III. Vejamos, no quadro 6, o que ocorre quando uma predicação estendida recebe um modalizador:



Quadro 6 – A proposição.

Mediante a utilização de um modalizador, temos agora uma avaliação do falante a respeito da possibilidade de um Estado de Coisas ocorrer. Por meio dela, o falante se descompromete parcialmente de sua assertiva.

A cláusula (4º camada), por fim, é a proposição revestida de força ilocucionária, vindo a corresponder, assim, a um ato de fala. Isso se dá em decorrência das especificações concedidas pelos operadores e satélites de nível IV à proposição. Desta feita, mediante aplicação de um operador ilocucionário, podemos ter o que está expresso no quadro 7:

- a) Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho!
- b) Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho.
- c) Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho?

Quadro 7 – O ato de fala.

Mediante a aplicação, respectivamente, de um operador ilocucionário de valor exclamativo, de um operador de valor declarativo e de outro de valor interrogativo, confrontamo-nos com três distintas possibilidades de Atos de Fala.

A teoria dos atos de fala, derivada de Austin (1962) e posteriormente desenvolvida por Searle (1979), é relevante à discussão de modo e modalidade, segundo veremos no tópico intitulado *A categoria modalidade – propostas tipológicas*. Destacamos aqui, para efeito de contextualização, que a referida teoria diz respeito à relação entre o falante e o que ele diz. Enquanto no *ato locucionário* nós estamos dizendo alguma coisa; no *ato ilocucionário*, nós estamos fazendo alguma coisa – uma pergunta; anunciando um veredito; dando uma ordem ou fazendo uma promessa. Tal distinção proposta por Austin (1962) é muito próxima da distinção assumida por Lyons (1977) entre elementos modais de uma sentença e elementos proposicionais.

Constatamos, assim, que a contribuição semântica tanto de operadores (π) quanto de satélites (σ) é fundamental à construção de um enunciado; sendo a natureza desses operadores e satélites correspondente aos níveis de estruturação da oração aos quais são aplicados. Estes propiciam uma gradual expansão da estrutura.

Destacamos que o modelo explanado não é transformacional, ou seja, não propõe dar conta do correlato psicológico da produção lingüística. O próprio Dik (1989: 52-53), ciente das limitações de seu modelo, manifesta-se acerca da seqüencialidade de etapas que concorrem à produção de enunciados nos seguintes termos:

A ordem de produção real não é nem mesmo necessariamente organizada de modo seqüencial. Estudos psicológicos de produção (e interpretação!) de sentenças tornam plausível que os usuários das línguas naturais têm antes fortes capacidades para o processamento paralelo de informação. Isso significa que uma parte do aparato de produção do falante pode estar operante na construção de termos, enquanto uma outra está procurando por predicados satisfatórios, e uma terceira está ativa para a decisão de qual deve ser a força ilocucionária.³

Fica claro, assim, que o modelo acima explanado é de descrição, não de processamento, pois o processamento pode envolver a simultaneidade dos processos supracitados.

Quanto à relevância do modelo proposto por Dik e Hengeveld (1991) ao estudo das modalidades, destacamos que ele possibilita clara distinção entre os diferentes tipos de modalização, à medida que nos permite observar os valores modais relacionados aos eixos do conhecimento e da conduta em relação ao nível da estrutura oracional em que se aplicam. Temos, assim, que a modalização localizada no eixo da conduta (modalidade deôntica) situa-se no nível da predicação, enquanto a modalização localizada no eixo do conhecimento pode dar-se no nível da predicação (modalidade epistêmica) ou no nível da proposição (modalidade epistemológica).

O objeto de estudo do nosso trabalho, portanto, está situado no âmbito da camada que designa um determinado Estado de Coisas, ou seja, uma codificação lingüística e possivelmente cognitiva que, na condição de falantes nativos de uma língua, fazemos de uma situação possível de ocorrência em um mundo real ou imaginário. Assim sendo, de acordo com o modelo considerado, a modalidade deôntica exerce a função representacional da linguagem, por meio da qual o enunciatário compreende a que situação, real ou fictícia, faz-se referência. O esquema presente no quadro 8, permite-nos visualizar o que acabamos de dizer.

³ “The order of actual production is not even necessarily in a sequential way. Psychological studies of sentence production (an interpretation!) make it plausible that natural language users have rather strong capacities for the parallel processing of information. This means that one section of the speaker’s production facility may be working on the construction of terms, while another section is already looking around for suitable predicates, and a third section is active in deciding what the illocutionary force is going to be.” (Dik, 1989: 52-53).

NÍVEL	MODALIDADE
PREDICADO	1º Camada: Designa propriedades ou relações. - Modalidade Inerente Ex: Ana não pode comer.
PREDICAÇÃO	2º Camada: Designa Estado de Coisas - Modalidade Epistêmica Objetiva Ex: É humanamente impossível que Ana tenha comido salada em tão pouco espaço de tempo. - Modalidade Deôntica Ex: Ana tem de comer pelo menos uma salada; caso contrário, não a deixarei sair.
PROPOSIÇÃO	3º Camada: Designa fatos possíveis - Modalidade Epistemológica Ex: Eu acho que Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho.
ORAÇÃO	4º Camada: Corresponde ao Ato de Fala Ex: Ana comeu salada apressadamente em um restaurante perto de seu local de trabalho!

Quadro 8 – As camadas oracionais e o fenômeno da modalidade.

Destacamos que, embora a modalidade deôntica esteja, de fato, no âmbito da predicação, a análise da atuação das expressões modalizadoras deônticas por nós empreendida respalda-nos a asseverar a existência de uma orientação argumentativa já no nível da predicação. De acordo com o modelo exposto, a função interpessoal far-se-ia notar a partir da camada denominada proposição, quando então deixamos de nos restringir à designação de entidades passíveis de durar algum tempo, de serem vistas, ouvidas, percebidas, e passamos a designar fatos possíveis, como tais podendo ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição etc. Constatamos haver uma

orientação argumentativa sobre os Estados de Coisas desejáveis pelo falante e, por isso, recomendados por ele.

No capítulo seguinte, aprofundaremos nossa discussão acerca do fenômeno lingüístico da modalidade.

1.2.3. Uma tipologia semântica dos Estados de Coisas

Ainda outro ponto de destaque na proposta de Dik e Hengeveld concerne aos parâmetros para uma tipologia semântica dos Estados de Coisas. Consideremos, em linhas gerais, essa tipologia e em que medida ela é relevante ao estudo que aqui empreendemos.

Como parâmetros mais importantes para uma tipologia semântica dos Estados de Coisas, Dik (1989, 1997) aponta os seguintes:

- I) +/-Dinâmico [+/- din]
- +/- Télico [+/- tel]
- +/- Momentâneo [+/-mom]
- +/- Experiência [+/-exp]
- +/- Controle [+/-con]

Um Estado de Coisas [-din] é aquele no qual não há mudanças, ou seja, é aquele no qual as entidades envolvidas são apresentadas como sendo ou permanecendo as mesmas ao longo do intervalo de tempo no qual se obtém o Estado de Coisas. Em contrapartida, um Estado de Coisas [+din], necessariamente, envolve algum tipo de mudança, algum tipo de dinamismo interno. Assim, afirma Dik (1997: 107), enquanto o Estado de Coisas [-din] pode ser chamado de *Situação*, o [+din] pode ser chamado de *Evento*. Os predicados em (a) e (b) descrevem Situações e os (c), (d), (e)⁴ ilustram Eventos:

- a) A substância estava vermelha./
- b) João estava sentado na cadeira de seu pai.
- c) O relógio estava tiquetaqueando.
- d) A substância avermelhou.
- e) João abriu a porta.

⁴a) The substance was red; b) Jonh was sitting in his father's chair; c) The clock was ticking; d) The substance reddened; e) Jonh opened the door. (Dik: 1997: 107)

Um Estado de Coisas [-tel] é aquele no qual não há indicação do término do ato praticado pela entidade envolvida; enquanto em um Estado de Coisas [+tel] há indicação da conclusão da ação. Compararemos as expressões (f) e (g)⁵ abaixo:

f) João estava pintando um retrato.[+tel]

g) João estava pintando retratos.[-tel]

É possível permanecer pintando indefinidamente retratos, mas não é possível permanecer pintando um mesmo retrato indefinidamente; quando terminado o retrato, a ação finda.

A momentaneidade, por sua vez, diz respeito à duração da ação. Eventos marcados pelo traço [+mom] são entendidos como não tendo duração: seu início coincide com o seu ponto final. Eventos marcados pelo traço [-mom], por outro lado, ocupam um certo intervalo de tempo, e apresentam início e fim distintos. São exemplos de eventos, respectivamente, [+mom] e [-mom] as expressões (h) e (i):

h) A bomba explodiu.

i) João começou/ continua/ terminou a /de pintar o retrato.

Uma experiência é um Estado de Coisas no qual algum ser animado percebe, sente, deseja ou experiencia alguma coisa em suas faculdades mentais ou sensorias. Assim, são exemplos, respectivamente, de Estado de Coisas [+exp] e [-exp] as expressões (j) e (k)⁷:

j) João não acreditou na história.

k) João não esperou por seus amigos.

Por fim, um Estado de Coisas é caracterizado pelo parâmetro [+con] se o seu primeiro argumento tem o poder de determinar a ocorrência ou não da ação descrita pelo Estado de Coisas. Contrastemos os exemplos (l), (m) e (n)⁸, abaixo:

l) João abriu a porta. / m) João estava sentado no jardim. / n) A árvore caiu

⁵ f) Jonh was painting a portrait; g) Jonh was painting portraits. (Dik: 1997: 108)

⁶ h) The bomb exploded; i) Jonh started/ continued/ finished painting the portrait. (Dik 1997: 111)

⁷ j) Jonh did not believe the story; k) Jonh did not wait for his friend. (Dick 1997: 116)

⁸ l) Jonh opened the door; m) Jonh was sitting in the garden; n) The tree fell down. (Dick 1997: 112)

João poderia decidir não abrir a porta ou não sentar no jardim. João é, portanto, o controlador desse Estado de Coisas. A árvore, por sua vez, não poderia decidir não cair. Dessa feita, temos, em (l) e (m), a presença do traço [+con] e, em (n), o traço [-con].

Mesmo em Estado de Coisas de *estado* [-controle] ou de *processo* [-controle], a modalidade deôntica se manifesta na qualificação de um Estado de Coisas que é consequência de uma ação a ser executada por algum agente responsável, tal como podemos notar, na seqüência, no exemplo extraído de nosso *corpus*:

o) Não há como negar que a Previdência precisa ser reformada e com toda a urgência possível. [b v 1 x I I U 4 Z] Disc.5

Percebemos que o primeiro argumento (*a Previdência*) não pode realizar a reforma evocada como necessária pelo orador. A obrigação de empreender a reforma recai sobre os parlamentares, no entanto, o orador optou por não mencionar o alvo sobre o qual o valor deôntico instaurado recai.

Uma análise semântica mediante a utilização do parâmetro [+/- con] possibilita-nos a distinção entre o significado de *capacidade* e o significado de *permissão*, este último tradicionalmente considerado deôntico. A oposição entre [+con] e [-con] interessa-nos em especial, exatamente porque, para que ocorra a modalização deôntica do enunciado, faz-se necessário, segundo afirma Neves (1996: 188), que o valor deôntico instaurado tenha como escopo um predicado com o traço [+con]. Desta feita, comenta a autora (Neves: 1997) que, com o verbo *poder*, por exemplo, o traço [+controle] da predicação em *Ele pode voltar* autoriza o significado de permissão; o que já não se verifica em *Ele pode compreender meu sofrimento*, pois, embora o sujeito também seja animado, *compreender* detém o traço [-controle], daí o significado de capacidade, não de permissão.

Conforme discutiremos no capítulo subsequente, alguns estudiosos descartam a inclusão do significado de *capacidade* dos valores deônticos, destinando a esse uma categoria modal distinta da deôntica e da epistêmica, como o faz Palmer (1986). Já outros, como Halliday (1985), não incluem esse significado entre os pertencentes aos valores modais, optando pela terminologia *potencialidade*. Ainda outros, como Silva-Corvalán (1995), incluem esse significado juntamente com o de *habilidade* sob o rótulo *modalidade*

de raiz. Por ora, limitamo-nos, apenas, a mostrar como a tipologia semântica dos Estados de Coisas pode nos auxiliar a discernir certas nuances, estando um dos parâmetros [+/- controle] no âmago da discussão do que pode ou não ser legitimamente considerado um significado deôntico. No tópico *A categoria modalidade - propostas tipológicas*, retornaremos à questão do significado de capacidade, expressando o posicionamento adotado nessa pesquisa.

1.3. Síntese

Cientes das peculiaridades que tornam os diferentes modelos funcionalistas distintos entre si, nesse capítulo inicial, procuramos expor, em linhas gerais, as características de uma investigação lingüística de orientação funcionalista. Destacamos que o tratamento funcionalista de uma língua natural considera a competência comunicativa, portanto as expressões lingüísticas precisam ser estudadas em uso, com base em uma abordagem da sintaxe e da semântica dentro de uma teoria da pragmática. Procuramos mostrar que, tendo em vista o objetivo de nosso trabalho, a saber, empreender uma análise das funções persuasivas dos efeitos de sentido produzidos por expressões lingüísticas da modalidade deôntica na construção da argumentação em discursos político, fez-se necessária a adoção de uma ferramenta de análise que nos possibilitasse transitar da forma lingüística ao seu significado dentro de seu contexto, daí nossa opção pela orientação funcionalista.

Expostas as características de um estudo lingüístico sob a perspectiva funcionalista e justificada nossa opção por esse caminho teórico-metodológico, adentramos o modelo funcional de gramática de Simon Dik (1989), pelo qual optamos. Ao considerarmos o entendimento de Dik sobre como se processa a interação por meio da linguagem verbal, bem como sua concepção da estruturação da oração em camadas e sua proposta para uma tipologia semântica dos Estados de Coisas, procuramos evidenciar em que medida o modelo proposto por Dik nos auxilia tanto na apreensão das relações intersubjetivas que se dão no processo de interação verbal, quanto no discernimento dos diferentes tipos de modalização.

Desta feita, ao término desse capítulo inicial, algumas características da modalidade deôntica já estavam claramente assumidas por nós. Dentre elas, destacamos sua atuação como importante expediente lingüístico a serviço de empreender modificações na

informação pragmática daqueles a quem os políticos se dirigem em seus discursos; sua localização na camada oracional denominada *predicação*, sua orientação argumentativa e sua manifestação tanto em Estado de Coisas detentores do traço [+controle] quanto naqueles que detêm o traço [-controle].

2. A CATEGORIA MODALIDADE

A fim de que possamos empreender uma análise das modalidades no âmbito das línguas naturais, faz-se mister breve incursão em noções oriundas dos modelos idealizados pelos lógicos, incursão essa que fazemos conscientes de que o campo da modalidade lingüística difere do campo da modalidade lógica, dado o “caráter não-lógico, não-ordenado das línguas naturais”, conforme nos lembra Neves (1996:163). Ainda, segundo expressa Cervoni (1989:61), “o campo da modalidade lingüística será necessariamente diferente do campo da modalidade lógica, apesar de as relações existentes, afinal, sabemos que ‘inspirar-se em’ não poderia significar ‘fazer coincidir’”.

Desta feita, para os fins que intentamos, noções como a de *dictum* (conteúdo do pensamento) em comparação com a de *modus* (atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo); a de necessidade e a de possibilidade, bem como a de eixos conceptuais (o da existência, o do conhecimento e o da conduta) nos serão relevantes.

A distinção entre o *dictum* e o *modus* encontra correspondência na distinção entre o que Kiefer (1987) chama de **sentença não-descritiva** e **sentença descritiva**. Segundo Kierfe, uma sentença descritiva representa uma proposição⁹, ou seja, um conteúdo proposicional (*Dictum*).

Enquanto a proposição fornece uma descrição da realidade, correspondendo, assim, a uma sentença descritiva; a sentença não-descritiva não representa uma proposição, haja vista ser a descrição do mundo apenas parte de sua função, nela havendo a expressão da atitude do falante ante ao que ele próprio enuncia.

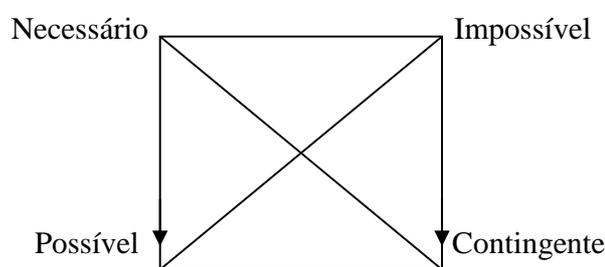
⁹ O termo *proposição* aqui empregado refere-se ao conteúdo do pensamento, *dictum*. Tanto Kierfe (1987) quanto Lyons (1977) o utilizam nessa acepção. No capítulo anterior, o termo *proposição* foi empregado com a acepção a ele conferida por Hengeveld (1989) e Dik (1989). Referia-se a uma das camadas subjacentes à construção do enunciado, a que designa não um Estado de Coisas, mas um fato possível, um conteúdo proposicional, como tal podendo ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição, de lembrança, de verdade, de falsidade.

Enquanto a sentença descritiva é constituída por uma única parte: a proposicional; a sentença não-descritiva é constituída de duas partes: a proposicional e a atitudinal. Sob a óptica lingüística, a modalidade de uma sentença é determinada pelos **elementos atitudinais**. Desta feita, embora cientes de “...que é muito improvável que...um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante”, tal como nos lembra Neves (1996:171), isto é, seja absolutamente não-modalizado, analisaremos, no presente trabalho, apenas enunciados que apresentam um segmento modal. Reconhecemos, assim, a expressão da atitude do falante como essencial para a caracterização das modalidades lingüísticas e adotamos o entendimento expresso por Coracini (1991:113), de que **modalidade é**

...a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere.

Ainda, agora nas palavras de Cervoni (1989:53), “modalidade é um ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo proposicional de seu enunciado”.

As noções de **necessidade** e **possibilidade**, por sua vez, emanam da concepção aristotélica segundo a qual os enunciados de uma ciência podem ser *necessariamente verdadeiros* ou *possivelmente verdadeiros*. A partir dessa relativização do sentido da simples verdade, foram discriminadas, a partir do quadrado lógico, o qual apresentamos abaixo, as primeiras modalidades, chamadas *aléticas* ou *aristotélicas*, modalidades essas que se referem ao **eixo da existência** e dizem respeito à determinação do valor de verdade dos enunciados.



Definida a modalidade alética, os lógicos estabeleceram, além do eixo conceptual da existência, no qual está situada essa modalidade, dois outros **eixos**: o **do conhecimento** e o **da conduta**, nos quais estão, respectivamente, situadas as modalidades **epistêmica** e **deôntica**.

Assim, enquanto a modalidade alética relaciona-se ao equacionamento veridictório das proposições, a modalidade epistêmica concerne à possibilidade ou necessidade da verdade da proposição, envolvendo, portanto, o conhecimento e a crença; e a modalidade deôntica, por seu turno, diz respeito à necessidade e possibilidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis, estando associada às funções sociais de permissão e obrigação.

Sintetizando:

- Eixos conceptuais:

DA EXISTÊNCIA	DO CONHECIMENTO	DA CONDUTA
<i>Modalidade alética</i>	<i>Modalidade epistêmica</i>	<i>Modalidade deôntica</i>
Determinação do valor de verdade dos enunciados	Possibilidade ou necessidade da verdade da proposição.	Possibilidade ou necessidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis

Praticamente todos os trabalhos cujo objetivo é o estudo quer da modalização lógica quer da modalização lingüística partem da classificação dessas três modalidades. E a crítica à lógica modal, muitas vezes não compatível com o estudo empreendido em línguas naturais, contribui para o desenvolvimento das pesquisas sobre a categoria modalidade.

Nesse primeiro momento, objetivamos apenas mostrar as implicações de alguns conceitos provenientes dos estudos empreendidos pelos lógicos a fim de que possamos começar a compreender a categoria modalidade. No tópico subsequente, intitulado *A categoria modalidade – propostas tipológicas*, analisaremos as categorias modais a que ora apenas fazemos menção.

2.1. A categoria modalidade – propostas tipológicas

Vários são os estudiosos da modalidade que, sob a perspectiva Lingüística, registram a dificuldade no que tange a classificar as modalidades em virtude de constituírem um campo cuja precisão dos limites é difícil de ser definida (Lyons, 1977; Palmer, 1979, 1986; Cervoni, 1989; Dall'Áglio-Hattner, 1995; entre outros).

Palmer (1986: 1-3), por exemplo, menciona que, embora a modalidade seja uma categoria passível de organização assim como o são as categorias de aspecto, tempo, número e gênero, a caracterização da função semântica da modalidade é menos óbvia do que a caracterização semântica das citadas categorias. Explica o autor que a categoria que expressa o passado, o presente e o futuro pode ser definida como relacionada ao tempo; a que expressa o número, por sua vez, como relacionada à enumeração; e que, embora existam alguns problemas em precisar a definição de aspecto e gênero, na prática, não há dificuldade em decidir o que deve ser tratado como exemplos de tais categorias. A noção de modalidade, no entanto, diz Palmer, é muito mais vaga e deixa em aberto um número de definições possíveis. O estudioso ainda aponta como obstáculo ao estudo da modalidade a inexistência de uma característica prototípica, claramente básica, capaz de identificar a categoria apesar da grande variação de significado entre as línguas.

Dado o reconhecimento dessa dificuldade, não nos surpreende a existência de diferentes classificações para as modalidades. No entanto, os estudiosos parecem convergir no que diz respeito à aceitação de dois principais tipos: epistêmica e deôntica. Mesmo em trabalhos nos quais não encontramos exatamente a terminologia que acaba de ser citada, nos defrontamos com correspondências ao que a maioria dos autores entende por modalidades deôntica e epistêmica.

Antes de darmos início à análise de algumas propostas tipológicas da categoria modalidade, faz-se necessária explicação do porquê da não inclusão da modalidade alética entre as comumente consideradas como os principais tipos de modalidade, conforme acabamos de mencionar. Isso se dá, porque, como já citamos anteriormente, a modalidade alética relaciona-se ao equacionamento veridictório das proposições, daí ser seu estudo de valor periférico em investigações das modalidades em línguas naturais. Acerca dessa questão, Neves (1996:172) assim se posiciona:

Uma investigação sobre o valor puramente alético de uma proposição a retiraria do contexto de enunciação para centrar-se na organização lógica interna de seus termos e na relação que ela mantém com os mundos possíveis, nos quais seria, ou não, verdadeira (...) Nessa linha de reflexão se entende por que a modalização alética não constitui matéria privilegiada de investigação quando se trata de ocorrências reais de uma língua. Nesse sentido, ela se opõe à modalização deôntica e epistêmica, que se prestam bem a uma investigação lingüística dos enunciados.

Lyons (1977) versa sobre dois tipos de modalidade: a epistêmica e a deôntica.

Para o autor, a modalidade epistêmica é aquela que diz respeito a enunciados nos quais o falante qualifica, de modo explícito, seu comprometimento com a verdade da proposição por ele enunciada. Subdivide o autor a **modalidade epistêmica** em **subjativa** e **objetiva**. A primeira é definida como a afirmação do falante e não a afirmação de um fato, e a segunda constitui a expressão de um conhecimento em geral aceito ou comprovado cientificamente. Desta feita, enquanto, ao modalizar subjativamente uma proposição, o falante se coloca como fonte da informação concedida; ao modalizar objetivamente, o falante apenas externa um conhecimento cuja aceitação é embasada quer na cientificidade do que fora enunciado, quer na aceitação comum de dado conhecimento, equiparando-se, assim, a modalidade epistêmica objetiva à modalidade alética da lógica.

Lyons (1977: 799) ilustra a diferença entre modalidade epistêmica objetiva e modalidade epistêmica subjativa ao mostrar as duas possíveis interpretações para o enunciado “Pode chover em Londres”¹⁰. Se esse enunciado tiver sido motivado por informação advinda de um meteorologista, por exemplo, posso dizer que estou diante de um enunciado modalizado objetivamente, posso declarar “Ele (meteorologista) me disse que pode chover em Londres”¹¹.

Se esse enunciado, em contrapartida, tiver sido motivado por informações advindas de fontes leigas, estarei diante de um enunciado modalizado subjativamente, mas apropriadamente relataria que “Ele me disse que pensa que pode chover em Londres”¹² ou “Ele expressou a opinião de que pode chover em Londres”¹³, em que não há embasamento científico, mas, sim, opinião pessoal.

¹⁰ *It may be raining in London*

¹¹ *He told me that it might be raining in London*

¹² *He told me that he thought it might be raining in London*

¹³ *He expressed the opinion that it might be raining in London*

A crítica feita a essa subdivisão da modalidade epistêmica proposta por Lyons concerne à sua sustentabilidade quando em confronto com o modo mediante o qual os falantes expressam conhecimento científico, uma vez que a modalidade epistêmica subjetiva também se manifesta na expressão desse tipo de conhecimento.

Por **modalidade deôntica**¹⁴, Lyons entende a proposição relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Temos, assim, não a descrição de um ato propriamente dito, mas de um Estado de Coisas a ser obtido caso o ato em questão seja levado a contento. Lyons (1977: 834, 835) ilustra a modalidade deôntica ao citar o enunciado “Abra a porta!”¹⁵, o qual será compreendido como uma imposição de obrigação de alguém a outrem a depender de quem sejam os envolvidos na interlocução. Segundo o autor, uma das maneiras de averiguarmos a validade da sentença deôntica é fazermos a pergunta “Quem disse isso?”¹⁶, pois faz-se necessário o reconhecimento da autoridade de um sobre o outro.

Palmer (1986) classifica a modalidade lingüística em três tipos: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica.

Para Palmer, a **modalidade epistêmica** é um sistema modal que indica o grau de comprometimento do falante com seu enunciado. Subdivide o autor o sistema modal epistêmico em **sistema modal dos julgamentos** e **sistema modal das evidências**.

Enquanto os julgamentos denotam proposições afirmadas com dúvida, as evidências denotam proposições afirmadas com relativa segurança, portanto abertas a questionamentos e a justificativas evidenciais. Como ilustração do sistema modal dos julgamentos e do sistema modal das evidências, Palmer oferece, respectivamente, os seguintes exemplos:

- a) É possível que... / Pode ser concluído que... / Parece que...¹⁷
- b) Eu posso sentir alguma coisa queimando.¹⁸

¹⁴ O último tópico desse capítulo é dedicado à modalidade deôntica, objeto de estudo desse trabalho. Nesse tópico, no entanto, apenas estamos elencando propostas tipológicas para as modalidades de um modo geral e discutindo algumas questões referentes a estas, o que justifica nosso não aprofundamento, nesta seção, da categoria objeto de nossa análise.

¹⁵ *Open the door!*

¹⁶ *Who says so?*

¹⁷ *It is possible that ... / It is to be concluded that... / It appears that...* (Palmer: 1986: 52)

¹⁸ *I can smell something burning* (Palmer: 1986: 75)

Por **modalidade deôntica**, Palmer entende o sistema modal que apresenta um elemento de vontade (*will*) e envolve a ação do falante ou de outra pessoa, ação essa orientada para um agente. Concede, o autor, dentre outros, o exemplo a seguir:

c) Sente-se à mesa. – pai para uma criança.¹⁹

Por **modalidade dinâmica**, o autor entende o sistema modal relacionado ao significado de capacidade/ habilidade ou disposição do sujeito, não mantendo, portanto, relação com a expressão de opinião ou atitude do falante. Cita como exemplo:

d) João pode falar Italiano.²⁰

A definição de modalidade dinâmica concedida por Palmer merece uma pausa para consideração, dada a importância para o nosso trabalho. Primeiramente, procuremos compreender os argumentos desenvolvidos pelo autor para esta subdivisão.

Segundo Palmer, a subjetividade pode ser considerada uma característica essencial da categoria modalidade (afirmação com a qual manifestamos anuência), sendo a modalidade epistêmica sempre subjetiva. No entanto, segundo o autor, há problemas com essa assertiva na análise da modalidade deôntica, pois, em alguns usos não epistêmicos de elementos modais, parece não existir elemento de subjetividade, enquanto em outros parece haver vários graus de envolvimento do falante.

Palmer considera a existência dos seguintes graus de envolvimento da parte do falante: ele pode estar totalmente envolvido [pessoalmente]; ele pode estar envolvido de algum modo [pessoalmente, mas não tão diretamente] ou envolvido como um membro da sociedade que instiga à ação [indiretamente]. A fim de demonstrar como isso se dá, o estudioso considera o modo de atuação de dois verbos modais da língua inglesa: *Can* (poder) e *must* (dever).

¹⁹ *Sit at the table - parent to child* (Palmer: 1986: 108)

²⁰ *John can speak Italian* (Palmer: 1986: 102)

O modal *can* é, às vezes, usado para expressar o que parece ser uma declaração factual não-modal, como em *John can speak italian* (João pode falar italiano). Comenta Palmer que essa expressão não envolve nem a opinião do falante, nem a atitude deste, simplesmente afirma que João tem a habilidade de falar italiano. Mas *can*, destaca o autor, é, indubitavelmente, um verbo modal em inglês.

O modal *must*, por sua vez, pode ser usado para indicar o envolvimento do falante (se ele obriga alguém a realizar uma ação, nós podemos assumir que ele próprio deseja ver a ação levada a termo, destaca Palmer) ou ele pode ser usado quando o falante não está envolvido, não tendo assim interesse claro na realização da ação. Como exemplo de ambos os usos, Palmer cita, respectivamente, *Você deve vir aqui de uma vez*²¹ e *Você deve ir agora se você deseja pegar o ônibus*.²²

Dada essa gradação do elemento subjetividade no uso dos modais, Palmer separa a modalidade dinâmica das modalidades epistêmica e deôntica por considerar que, diferentemente dessas últimas, a dinâmica engloba os casos em que os modais não exprimem a atitude subjetiva dos falantes, dizendo respeito às noções de habilidade e disposição.

Assim como Palmer, Sweetser (1990) também traça separação entre a modalidade dinâmica e as modalidades epistêmica e deôntica, alegando a autora que, por suas próprias naturezas, os significados de habilidade e disposição aos quais se referem as expressões dinamicamente modalizadas não podem ser impostas por alguém ou por uma instituição.

Halliday (1985), por sua vez, expressa concordância com o posicionamento de Palmer apenas em termos. Não considera a denominada modalidade dinâmica como um tipo de modalidade, mas concorda com a interpretação dada ao significado do modal *poder* em expressões do tipo “João pode fazer isto”; ou seja, admite que, em situações como essa, não há como considerar o modal epistêmico ou deôntico por constituir apenas uma noção de capacidade/habilidade, sem relação direta quer com a avaliação do falante quer com seu julgamento. Daí Halliday chamar de *potencialidade* exemplos como o supracitado.

You must come here at once

²¹ *You must come here at once*

²² *You must go now if you wish to catch the bus*

Já autoras como Silva-Corvalán (1995) e Ferreira (2000) optam por abrigar, em uma única categoria, as chamadas noções deônticas de obrigação e permissão e a noção de capacidade. As autoras traçam, assim, distinção entre *modalidade de raiz* e modalidade epistêmica, abrigando sob o rótulo *modalidade de raiz* todos os usos não epistêmicos dos verbos modais.

Depreendemos, de fato, dos exemplos concedidos por Palmer, haver uma gradação do elemento subjetividade em alguns usos de verbos modais, mas questionamos aqui o fato de as expressões ilustrativas dessa gradação estarem fora de uma situação real de comunicação por meio da linguagem verbal. Com uma contextualização, a então ausência de subjetividade poderia facilmente dissipar-se, permitindo-nos, assim, uma interpretação do modal quer como expressão da modalidade deôntica quer como expressão da modalidade epistêmica. Desse modo, não adotaremos nesse trabalho a posição taxativa de que as noções de habilidade e capacidade independem da avaliação do falante, pois julgamos discutível esse posicionamento, haja vista não nos parecer crível a sustentabilidade, em língua natural, de um enunciado absolutamente isento da avaliação de quem enuncia. Neves (1996: 171,172), após asseverar que “a expressão mais estritamente alética numa língua natural é a de capacidade (física, moral ou intelectual)”, nos lembra:

Ocorre que é muito improvável que o enunciado se possa manter como uma asserção descompromissada das intenções e das necessidades do falante que assevera; é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante.

Desta feita, decidimos pela inclusão ou não no campo da modalidade deôntica das expressões atributivas de capacidade à medida que consideramos toda a situação comunicativa na qual a expressão se encontra - o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo. Trataremos, no próximo capítulo, dessa questão.

Dik (1989) e **Hengeveld** (1988,1989) estabelecem uma tipologia na qual a modalidade epistêmica e a deôntica são subdivisões da **modalidade objetiva**, que se contrapõe à **inerente** e à **epistemológica**.

Essa tipologia nos parece em especial vantajosa à análise do fenômeno da modalização, por permitir o estabelecimento de distinção mais clara entre os diferentes

tipos desse fenômeno, pois considera a função desempenhada pelo item modalizador e a camada da oração sobre a qual incide.

A *modalidade inerente* é expressa por todos os meios lingüísticos mediante os quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante em um Estado de Coisas e a realização potencial desse Estado. Ela atua internamente à predicação, isto é, internamente ao Estado de Coisas.

A *modalidade objetiva*, por sua vez, é expressa por todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um Estado de Coisas em termos de seu conhecimento dos Estados de Coisas possíveis. Incide sobre a camada da oração chamada de *predicação*. Subdivide-se a modalidade objetiva em *deôntica* e *epistêmica*. Tal subdivisão encontra justificativa no tipo de conhecimento no qual o falante embasa sua avaliação de um Estado de Coisas: quando aquele que enuncia o faz embasado em conhecimento de situações possíveis ou hipotéticas resultante de sua vivência e de sua concepção da realidade, fala-se em *modalidade epistêmica*; quando aquele que enuncia o faz embasado em conhecimento de situações possíveis ou hipotéticas relativo a algum sistema de convenções (morais, legais ou sociais), fala-se em *modalidade deôntica*. Desta feita, é o tipo de conhecimento no qual o falante ancora seu julgamento a base para a distinção entre as modalidades *deôntica* e *epistêmica*.

A *modalidade epistemológica*, por seu turno, é expressa por todos os meios lingüísticos mediante os quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade do que enuncia. Incide sobre a camada da oração chamada de *proposição*. Subdivide-se a modalidade epistemológica em *subjativa* e *evidencial*. Essa subdivisão é decorrente do grau de comprometimento do falante em relação ao conteúdo de seu enunciado, que, por sua vez, está associado à origem da informação contida na proposição. Isto é, quanto mais fidedigna o falante julgar ser a fonte, maior será a tendência ao comprometimento. O esquema que se encontra na figura 2 mostra as subdivisões a que as modalidades epistemológica subjativa e epistemológica evidencial estão sujeitas:

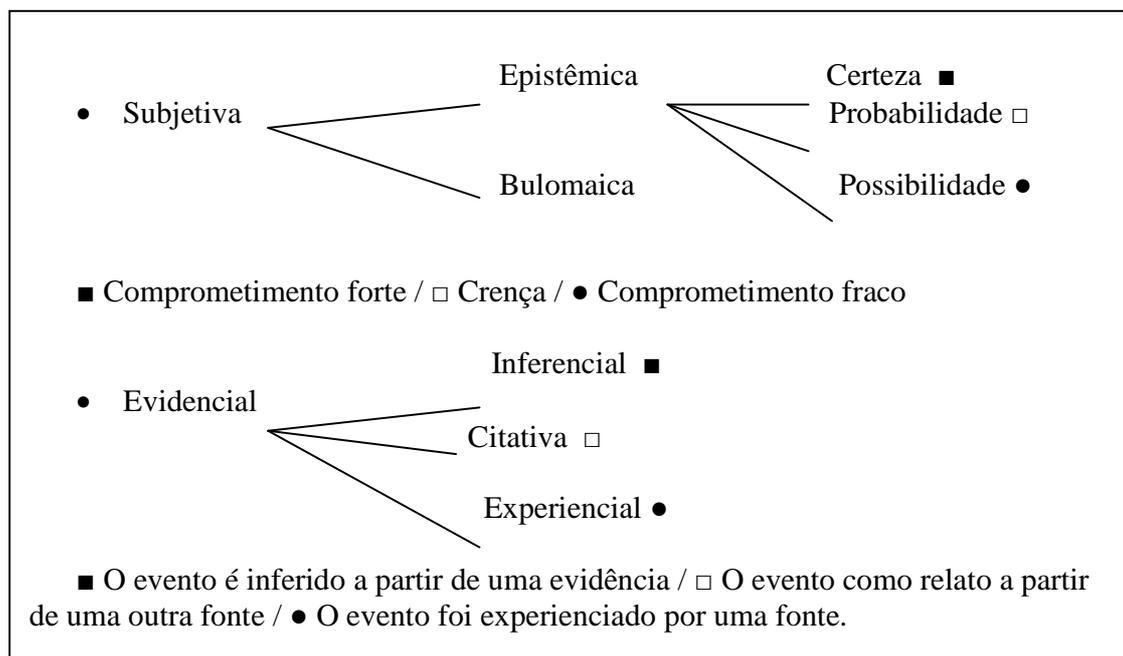


Figura 2 – Subdivisões das modalidades *epistemológica subjetiva* e *epistemológica evidencial* segundo Hengeveld.

São exemplos, respectivamente, de modalidade objetiva epistêmica, modalidade objetiva deontica, modalidade subjetiva epistêmica, modalidade bulomaica, modalidade evidencial:²³

e) É humanamente impossível que João tenha terminado a tarefa.

Dado o conhecimento da situação - a dimensão da tarefa a ser levada a cabo, a capacidade de João - o falante é conduzido a asseverar o conteúdo de *e*.

f) João tem de ter terminado a tarefa.

Dado o conhecimento de um sistema de convenção social, como, por exemplo, o prazo máximo para a entrega de um trabalho acadêmico a fim de que a correção seja feita e a nota do aluno possa ser lançada em seu histórico em tempo estipulado pela instituição de ensino, o falante é conduzido a asseverar o conteúdo de *f*.

²³ Os exemplos que se seguem são adaptações, não traduções, para a língua portuguesa, dos tipos de exemplos utilizados pelos autores.

g) Acredito ser humanamente impossível que João tenha terminado a tarefa.

Observamos que o falante revela-se como fonte da informação contida na proposição, daí resultando a afirmação da impossibilidade de questionamento da modalidade subjetiva epistêmica. Afinal, trata-se da opinião do falante.

h) Torço que João tenha terminado a tarefa.

Na modalidade bulomaica, o falante, fonte da informação contida na proposição, indica seu comprometimento emocional com o conteúdo de seu enunciado.

i) Parece que João terminou a tarefa, pois o vi muito feliz na praia, hoje cedo.

Na modalidade evidencial, o falante indica a fonte do conteúdo de seu enunciado. No exemplo *i*, o falante inferiu a conclusão da tarefa ao encargo de João em função de tê-lo visto em atividade recreativa, o que implicaria na evidencialidade inferencial.

2.2. A manifestação da categoria modalidade

Diversos são os modos de manifestação da categoria modalidade em língua portuguesa. Koch (1996) menciona os auxiliares modais, as formas verbais perifrásticas, as orações modalizadoras, os verbos de atitude proposicional, os advérbios de modalidade, certos modos e tempos verbais. Neves (1996) destaca verbos auxiliares modais, verbos de significação plena, advérbios, adjetivos em posição predicativa, substantivos, categorias gramaticais do verbo da proposição (tempo, aspecto e modo) e meios prosódicos (hesitações, patinações, repetições) como elementos que entram na configuração modal dos enunciados.

Mediante observação da listagem fornecida pelas supracitadas autoras, percebemos que a categoria *modalidade* contém a categoria *modo*, ou seja, pode dela valer-se, embora não se restrinja aos seus limites. Essa distinção entre *modo* e *modalidade* é feita por vários estudiosos; entre eles Pottier (1976) e Hoye (1997). Segundo Pottier, o modo verbal envolve as idéias de indicativo, subjuntivo e imperativo, enquanto o termo *modalidade* abrange noções que vão além dessas idéias, expressando volição, desejo, possibilidade, obrigação, entre outros. Segundo Hoye, modo refere-se a uma categoria gramatical e

modalidade refere-se ao campo completo dos contrastes modais, quer tenham sido realizados lexical, gramatical ou prosodicamente.

Outro estudioso que também adota a distinção entre *modo* e *modalidade* é Palmer (1986). Objetivando explicar o porquê do uso restrito do termo *modo* em seu livro, e a conseqüente necessidade de ter seu trabalho recebido o título de *modo e modalidade (Mood and Modality)*, ao invés de simplesmente *Mood*, o autor considera três questões, as quais exporemos.

Primeiramente, lembra-nos Palmer que o termo *modo* é tradicionalmente restrito a uma categoria expressa pela morfologia verbal. Tradicionalmente, a natureza verbal da categoria *modo* não é posta em dúvida. Ela é formalmente uma categoria morfossintática do verbo, como tempo e aspecto, embora sua função semântica relacione-se a toda a sentença. Citando Jespersen, Palmer concorda que se trata de uma categoria sintática, não nocional, a qual se apresenta na forma do verbo. Assim, a restrição do termo *modo* à morfologia verbal o torna não aplicável a todo um sistema gramatical não marcado pelo verbo. Afinal, a modalidade não é expressa em todas as línguas nos limites da morfologia verbal. Ela pode manifestar-se por meio de verbos modais (que estão pelo menos ainda dentro do elemento verbal da sentença, como destaca Palmer) ou mediante participípios, os quais estão um tanto distanciados da categoria verbo. As marcas formais da modalidade são, pois, encontradas no interior da gramática das línguas, embora não sempre no interior do verbo.

Como segundo argumento ao uso restrito do termo *modo*, o estudioso analisa como se dá a escolha entre as várias funções semânticas pertencentes aos modos encontrados nas línguas que nos são familiares. Essa escolha é mais guiada por aspectos gramaticais que pela análise dos significados modais. Como exemplo, o autor menciona o subjuntivo, que, embora seja usado em comandos diretivos, é tipicamente considerado o modo usado nas sentenças subordinativas, daí não ser coincidência que o termo subjuntivo seja uma tradução do grego *hypotaktiké*, o qual significa subordinada; função esta que é apenas uma das funções do subjuntivo.

O terceiro problema de uma análise em termos de modos tradicionais, segundo Palmer, é que esses são geralmente restritos à indicação de subjuntivo, imperativo e optativo. Mas, em muitas línguas do mundo, existem outras categorias, algumas delas

totalmente marcadas na morfologia verbal, que não podem ser facilmente designadas por nenhum desses termos.

Registramos a adoção, nesse trabalho, da separação entre *modo* e *modalidade*, pois a julgamos propícia à percepção de semelhanças e diferenças entre essas distintas categorias lingüísticas, percepção essa que útil nos será por ocasião da discussão dos dados de nosso *corpus*.

Quanto à diversidade de meios de lexicalização da categoria modalidade, segundo mencionamos no primeiro parágrafo desse tópico, é mister considerarmos que ela não nos poupa de um problema que torna dificultoso o estudo da modalidade, a saber, a polissemia. Segundo aponta Tolonen (1992; *apud* Neves: 1996: 165,166):

... um dos principais problemas no estudo da modalidade é apresentado pela tendência que as línguas naturais têm de empregar os mesmos meios lingüísticos para diversas finalidades comunicativas, das quais a modalidade é uma apenas. O reverso disso é o fato de que muitos meios se usam para os mesmos fins.

É no uso dos verbos auxiliares modais que verificamos os maiores índices de polissemia. Digno de nota é o fato de que a polissemia inerente aos modais não é privilégio da língua portuguesa. Sweetser (1990) registra a percepção da ambigüidade em modais na língua inglesa, nas línguas indo-européias, nas semíticas e nas Filipinas.

Assim, o verbo *poder*, por exemplo, em enunciado descontextualizado: “Roberto pode recorrer ao STF a fim de reverter a situação que lhe é desfavorável”, assumirá tais interpretações:

1) Capacidade – Roberto tem capacidade, quer física, quer moral, quer intelectual, para recorrer em favor de seus interesses; o que nos faria entender o enunciado como a expressão da capacidade alética.

2) Permissão – Alguém concede permissão a Roberto, a fim de que ele possa recorrer; o que nos levaria a interpretar esse enunciado como a expressão da permissão deôntica.

3) Possibilidade – Os meios à disposição de Roberto permitem que ele recorra. Daí interpretarmos o enunciado como expressão da possibilidade epistêmica.

Para precisarmos o sentido de enunciados cuja presença de verbos como *poder*, *dever*, *ter que/de* se faz notar, temos de conceder detida atenção ao contexto ou à situação comunicativa. Desta feita, a relevância da análise da enunciação para dirimir questões de polissemia é crucial. Como afirma Neves (1996:170):

Ocorre que, sendo a modalidade uma propriedade da frase enunciada (“cláusula”, na proposta de Dik), ela mantém relação necessária com o complexo de funções de que a frase se reveste. Nesse sentido, para uma tarefa de investigação que se propõe funcionalista, cabe, em princípio, a indicação de que os elementos, em exame no seu uso, têm de ser vistos como funcionais em relação ao todo enunciado.

Percebemos que a manifestação da categoria modalidade dá-se tanto por meios gramaticais, lexicais quanto prosódicos²⁴ e que, embora a gama de meios lexicais de manifestação da categoria seja vasta, a polissemia, resultante da tendência das línguas naturais de empregar meios lingüísticos idênticos para diversos fins, especialmente notória em verbos auxiliares modais, torna a análise da enunciação imprescindível à interpretação das modalidades.

Desta feita, a opção pela orientação funcionalista como ferramenta para descrição da modalidade deôntica dá-se tanto pelos objetivos propostos nesse trabalho, segundo explanamos no capítulo antecedente, como em decorrência da complexidade do próprio fenômeno em estudo. Faz-se mister, pois, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social, exatamente o que uma Gramática Funcional propõe-se ser.

Assim, embora saibamos que várias são as possibilidades para o tratamento das modalidades: quer se privilegiem aspectos relativos à forma, quer aspectos relativos à semântica e/ou à pragmática, estamos convencidos, em consonância com Palmer (1979), da dificuldade de análise resultante da adoção de apenas um ou outro critério; por isso concluímos ser a consideração tanto dos aspectos formais quanto dos semânticos a opção mais acertada ao estudo da modalidade deôntica nesse trabalho.

²⁴ Delimitamos nossa análise aos mecanismos segmentais de expressão da modalidade deôntica. Essa restrição visa à exequibilidade do projeto, uma vez que a inclusão da entonação levar-nos-ia a trabalhar com o nível dos sons, das curvas melódicas e das pausas, requerendo procedimentos e equipamentos de transcrição bastante sofisticados.

2.3. Síntese

Cientes de que breve incursão em noções oriundas dos modelos idealizados pelos lógicos é necessária à compreensão das modalidades no âmbito das línguas naturais, iniciamos o capítulo II considerando as noções de *dictum* e *modus*, as de necessidade e possibilidade e a de eixos conceptuais. Ao resgatarmos essas noções, afirmamos ser a modalidade de uma sentença determinada pelos elementos atitudinais, daí sua correlação com a noção de *modus*, a saber, atitude que o sujeito toma em relação ao conteúdo de seu enunciado; e situamos a modalidade deôntica no eixo conceptual da conduta, portanto dizendo respeito à necessidade (função social de obrigação) ou possibilidade (função social de permissão) de atos executados por agentes moralmente responsáveis.

Na seqüência, passamos a analisar algumas propostas tipológicas da categoria modalidade. Ao considerarmos as propostas de Lyons (1977), Palmer (1986), Dik (1989) e Hengeveld (1988,1989), assumimos que a modalidade deôntica está relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis, portanto é a descrição de um Estado de Coisas a ser obtido; que ela apresenta um elemento de vontade, envolvendo a ação do falante ou de outra pessoa e que o falante ancora seu julgamento em conhecimento de situações possíveis ou hipotéticas relativo a algum sistema de convenções (morais, legais, ou sociais). Quanto à separação empreendida por Palmer entre modalidade deôntica e modalidade dinâmica, optamos por decidir pela inclusão ou não das expressões atributivas de capacidade no campo da modalidade deôntica somente após empreendermos análise de toda a situação comunicativa na qual a expressão se encontra.

Na conclusão desse capítulo, ao versarmos sobre os diversos meios de manifestação da modalidade em língua portuguesa, assumimos a distinção ente *modo* e *modalidade*, quando, então, mostramos que a categoria modalidade pode valer-se da categoria modo, embora a ela não se restrinja. Neste, também consideramos o problema da polissemia inerente aos verbos modais, quando, então, mais uma vez, ressaltamos a importância da orientação funcionalista como ferramenta para descrição da modalidade, haja vista que, para precisarmos o sentido de enunciados com verbos como *poder*, *dever*, *ter que/de*, por exemplo, temos de analisar o contexto e a situação comunicativa detidamente.

3. A MODALIDADE DEÔNICA

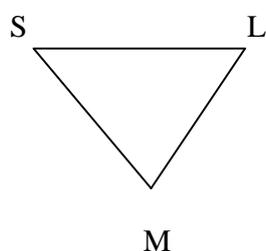
Ao longo dos capítulos anteriores, consideramos várias características da modalidade deônica ao versarmos sobre o fenômeno modalidade em geral. Ao apresentarmos a proposta de Dik (1989, 1997), afirmamos que a modalidade deônica está situada na camada oracional chamada *predicação*. Ao realizarmos breve incursão em noções extraídas dos modelos idealizados pelos lógicos, asseveramos a relação da modalidade deônica com o eixo conceptual da conduta. Ao considerarmos algumas propostas tipológicas da categoria modalidade, atribuímos à modalidade deônica características como ser a descrição de um Estado de Coisas potencial, não a descrição de um ato propriamente dito; conter um elemento de vontade, está ligada ao conhecimento que o enunciador tem de situações possíveis ou hipotéticas relativo a algum sistema de convenções (morais, legais ou sociais) etc.

Por ser a modalidade deônica o objeto de estudo deste trabalho, dedicamos este capítulo à análise das principais características dessa modalidade, segundo entendimento de estudiosos como Kalinowski, Lyons e Palmer, entre outros.

3.1. A modalidade deônica: características em discussão

As sentenças deônicas geralmente são discutidas em termos da noção de obrigação, haja vista a própria significação do termo grego *deon*: o que é obrigatório.

Kalinowski (1976), por exemplo, designa modalidade deônica como aquela à qual correspondem os valores modais de *obrigação*, *proibição* e *permissão*, concedendo a representação gráfica que se segue:



S = obrigatório

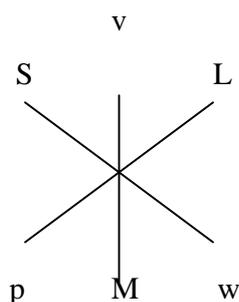
L = proibido

M = permitido (fazer e não-fazer)

De onde se depreendem as seguintes relações semânticas contrárias:

Se S então não L ou M; se L então não S ou M; se M então não L ou S.

Recorre o autor às relações de contradição e contrariedade visando explicar os pontos intermediários entre as noções de obrigação, proibição e permissão. Segundo a representação gráfica que se segue, um predicado será obrigatório se, e somente se, não for permitido não fazer; será proibido se, e somente se, não for permitido fazer; e será permitido se, e somente se, não for obrigatório:



p = permitido fazer
v = obrigatório em geral (ordenado ou proibido)
w = permitido não fazer (facultativo)

Lyons (1977) também discute sentenças deônticas em termos da noção de obrigação, estabelecendo entre os valores modais de *obrigação*, *proibição* e *permissão* os seguintes liames:

- Não obrigação – permissão de não fazer
- Obrigação – não permissão de não fazer
- Permissão – não obrigação de fazer
- Não permissão – obrigação de não fazer

A modalidade deôntica é caracterizada como aquela que se encontra entre os pólos do obrigatório e do proibido, passando pelo permitido. Comenta Lyons:

Se X não é obrigado a fazer *a* (onde *a* é um ato específico ou genérico), a ele é permitido não fazer *a*; e se ele é obrigado a fazer *a*, a ele não é permitido não fazer *a*. Também, se a X é permitido fazer *a*, então ele não é obrigado a fazer *a*, e se a X não é permitido fazer *a* ele é obrigado a não fazer *a*. Lyons 1977:832.²⁵

²⁵ If X is not obliged to do *a* (where *a* is either an individual or a generic act), he is permitted not to do *a*; and if he is obliged to do *a*, he is not permitted not to do *a* (...). Also, if X is permitted to do *a*, then he is not obliged not to do *a*: and if X is not permitted to do *a* he is obliged not to do *a*.

A partir desses comentários iniciais, percebemos que a modalidade deôntica encontra-se entre os eixos do *obrigatório* e do *proibido*, pólos extremos e contrários, passando intermediariamente pelo *permitido*. Tendo em vista a relevância das considerações de Lyons (1977) e Palmer (1986) quanto à modalidade deôntica, centraremos, a partir de agora, nossa atenção nos comentários desses dois estudiosos.

Segundo Lyons (1977), o termo deôntico [do grego “deon”: “o que é obrigatório”) é agora usado por um grande número de filósofos para fazer referência a uma particular divisão ou extensão da lógica modal: a lógica da obrigação e da permissão. Feita essa primeira conceituação, Lyons versa acerca das características da modalidade deôntica, confrontando-a com a modalidade lógica e a epistêmica. Eis as principais características apontadas pelo autor:

1 - *A modalidade deôntica relaciona-se à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis.* Portanto, diz o estudioso, quando nós impomos a alguém a obrigação de agir ou nos obrigamos quanto à realização de um determinado ato, nós estamos descrevendo o Estado de Coisas que será obtido se o ato em questão for realizado.

2 - *A modalidade deôntica mantém intrínseca conexão com a futuridade.* Desta feita, segundo Lyons, o valor de verdade de uma proposição deonticamente modalizada é determinado relativamente a algum estado do mundo posterior ao estado do mundo que contém a obrigação; e o estado do mundo que contém a obrigação não pode preceder, embora possa ser simultâneo, ao estado do mundo no qual a obrigação é imposta.

3 - *A necessidade deôntica (com a qual a obrigação está relacionada, enquanto à possibilidade relaciona-se à permissão deôntica) tipicamente procede, ou deriva, de alguma origem ou causa.* Assim, nas palavras de Lyons, se X reconhece que ele é obrigado a executar alguma ação, então existe usualmente alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável por fazer recair sobre ele a obrigação de agir nesse sentido. Pode ser uma pessoa ou instituição a cuja autoridade ele se submete; pode ser um corpo moral ou legal de princípios mais ou menos explicitamente formulado, pode ser não mais do que uma compulsão pertinente à mente ou ao espírito, que seja difícil de identificar e precisar.

Lyons assume a existência de alguma noção de obrigação universalmente válida, cujas variações em termos de categorias de sanções estariam ligadas às diferentes culturas. Essas variações estariam lexicalizadas em palavras como ‘certo’ e ‘errado’ (e, em um estágio de especificidade das leis, ‘inconstitucional’, ‘ilegal’, ‘impróprio’, ‘amoral’, ‘blasfêmia’, ‘tabu’, ‘injusto’ etc). Adverte-nos Lyons que, na análise da estrutura lexical de línguas particulares, distinções necessitarão ser traçadas entre os vários tipos de obrigação e que muitas de tais distinções serão culturalmente dependentes e terão de ser relacionadas às crenças institucionalizadas e a normas de conduta.

Quanto à origem da modalidade deôntica, Lyons instiga-nos a procurá-la nas seguintes funções da linguagem ontogenicamente básicas, a saber: a desiderativa (por meio da qual expressamos vontades e desejos) e a instrumental (por meio da qual conseguimos que outros nos façam coisas ao impormos nossas vontades a outros agentes). Há uma grande proximidade entre o significado desiderativo de “Eu quero o livro” e o significado instrumental de “Dê-me o livro”; tanto o é que os pais, comumente, interpretam as expressões desiderativas dos filhos como pedidos, argumenta Lyons. Assim, prossegue o autor, tanto as crianças fazem uso das expressões desiderativas para conseguir o que querem dos adultos como, inversamente, os pais fazem uso de proibições aos filhos para a obtenção do que desejam. Desta feita, a modalidade deôntica, intrinsecamente ligada a um tipo de controle humano dos fatos, surge antes da modalidade epistêmica. Em consonância com Lyons, Sweetser (1990) faz menção a estudos da linguagem infantil os quais apontam para a aquisição, por parte da criança, primeiramente dos sentidos deônticos dos verbos, e posteriormente dos epistêmicos.

A sentença imperativa constitui um outro aspecto relevante à abordagem dos enunciados deonticamente modalizados, pois se trata de um tipo frasal que mantém relação direta com enunciados modalizados deonticamente. Tanto o é que Récanati (1982, *apud* Coracini, 1991: 118) estabelece a seguinte relação entre modalidades e tipos frasais: frases assertivas correspondem a modalidades aléticas, frases interrogativas a modalidades epistêmicas e frases imperativas a modalidades deônticas. Tanto obrigação como permissão, segundo Neves (1996), ligam-se ao imperativo. Afinal, como aponta Lyons (1977), as sentenças imperativas, embora mais utilizadas para a expressão de ordens, podem ser usadas para a concessão de permissão. Como exemplo, o autor cita que, quando

nós dizemos “Entre!”²⁶ em resposta a uma batida na porta, nós estamos concedendo permissão, pois a batida é, por convenção, o equivalente a um pedido por permissão: isto é, significando “Posso entrar?”²⁷. Assim como a instrução “Siga!”²⁸ ou “Atravesse agora!”²⁹, prossegue Lyons, associada ao sinal verde de trânsito, não está impondo ao motorista ou ao pedestre a obrigação de se comportar ou deixar de se comportar de certa maneira: ele está criando ou mantendo a permissibilidade de uma ação por remover uma proibição.

Segundo Palmer (1986: 96), o termo deôntico é usado por ele para o tipo de modalidade caracterizada como contendo um elemento de vontade. Os significados relacionados a essa modalidade concernem à ação, realizada quer por outros quer pelo próprio falante. Para o autor, os tipos de modalidade deôntica mais importantes a serem considerados em um estudo gramatical são os *Diretivos* e os *Comissivos*.³⁰

Diretivo, segundo definição concedida por Searle e adotada por Palmer, é o tipo expresso por meio de enunciados com os quais “nós tentamos fazer com que nossos ouvintes façam coisas”³¹. Como ilustração, Palmer cita exemplos nos quais contrasta a diferença entre os usos dos modais *may* e *must*: *You may come tomorrow* e *You must come tomorrow*, cuja tradução para a língua portuguesa equivaleria a “Você pode chegar amanhã” e “Você tem de chegar amanhã”. Desta feita, enquanto *must* é usado para instituir uma obrigação, por isso podendo ser interpretado como expressando necessidade deôntica; *may* é usado para conceder permissão, podendo ser interpretado como expressando possibilidade deôntica.

²⁶ *Come in!* (Lyons: 1977: 838) / ²⁷ *May I come in?* (Lyons: 1977: 838)

²⁸ *Go!* (Lyons: 1977: 838) / ²⁹ *Cross now!* (Lyons: 1977: 838)

³⁰ Searle (1979; 1983) argumenta acerca da existência de cinco categorias básicas de atos ilocucionários:

Assertivos: Quando nós dizemos aos nossos ouvintes (falsa ou verdadeiramente) como as coisas são;

Diretivos: Quando nós conseguimos que nossos ouvintes façam coisas;

Comissivos: Quando nós nos obrigamos a fazer coisas;

Declarativos: Quando nós causamos mudanças no mundo com nossas expressões

Expressivos: Quando nós expressamos nossos sentimentos e atitudes.

Segundo Palmer (1986: 13), o que Searle chama de *assertivos* e *diretivos* estão no centro de qualquer discussão da modalidade. Palmer considera os *diretivos* e os *comissivos* sob o rótulo de modalidade deôntica.

³¹ *Where we try to get our hearers to do things.* (Palmer 1986:97)

Os Comissivos, por sua vez, também segundo definição de Searle adotada por Palmer, relacionam-se àquelas expressões por meio das quais nós imputamos a nós mesmos a obrigação de fazer coisas³².

Palmer considera, ainda, o que chama de outras *modalidades* (*Volitive* e *Evaluative*), sobre as quais declara que obviamente não são estritamente deônticas, pois o termo *deôntico*, em sentido estrito, só se aplicaria ao conceito de diretivos.

Mas, tendo em vista que essas outras modalidades são igualmente não epistêmicas, pois não expressam o grau de comprometimento do falante com o seu enunciado, argumenta Palmer, opta o autor por utilizar o termo *deôntico* para tratar de tais modalidades por uma questão de conveniência. Desta feita, sob o rótulo *deôntico* também estão expressões que exprimem esperança e desejo, tais quais “Eu espero que João esteja aqui agora” (*I hope John is here now*) e “Eu queria que João estivesse aqui agora” (*I wish John were here now*), bem como aquelas que expressam a atitude de aceitação da verdade daquilo que o falante enuncia: “Ele deve fazer semelhante coisa!” (*That he should do such a thing!*).

Achamos discutível essa inclusão das modalidades *volitiva* e *avaliativa* sob o rótulo *deôntico*. Percebemos que essa inclusão se deu mediante o fato de não haver indícios de comprometimento do falante em relação ao conteúdo de sua enunciação nessas categorias. Assim, enquanto para que o enunciado seja considerado expressão da modalidade epistêmica requer-se dele a posse de dois traços característicos: subjetividade e gradação do nível de comprometimento daquele que enuncia em relação ao conteúdo de seu enunciado; para considerar um enunciado como expressão da modalidade deôntica, requer-se apenas a característica subjetividade.

O tipo comissivo é, de fato, próximo do tipo diretivo no sentido de que, em ambos, podemos flagrar os valores modais de obrigação, permissão e proibição, o que não se dá com as duas outras modalidades supracitadas.

³² *Where we commit ourselves to doing things.* (Palmer 1986:115)

Desta feita, nesse trabalho, ao nos referirmos à expressão *modalidade deôntica*, estamos nos remetendo aos tipos diretivos e comissivos, segundo designação de Palmer, bem como às características a que Lyons se refere como pertencentes à modalidade deôntica e ao entendimento que Dik e Hengeveld manifestam do que seja modalidade deôntica, segundo mencionamos. Também não excluimos da denominação *modalidade deôntica* aquelas expressões atributivas de capacidade/habilidade inseridas em contexto nos quais os valores semânticos tradicionalmente considerados modais possam se fazer perceber.

Finalizando esse tópico, destacamos que, no que concerne à expressão da modalidade deôntica, ela é expressa por *verbos auxiliares modais e plenos; advérbios, adjetivos em posição predicativa; substantivos*, podendo haver concomitância de dois ou mais dos meios supracitados.

3.2. Síntese

Dedicamos esse terceiro capítulo à consideração de algumas particularidades do objeto de estudo de nosso trabalho, *a modalidade deôntica*. Caracterizada como aquela que se encontra entre os pólos do obrigatório e do proibido, passando pelo permitido, a modalidade deôntica está relacionada a atos praticados por agentes moralmente responsáveis e mantém intrínseca relação com a futuridade. Vimos que a necessidade deôntica procede de alguma origem, podendo ser esta uma instituição, uma pessoa, um corpo moral ou legal de princípios ou até mesmo uma compulsão pertinente à mente ou ao espírito. Ao mencionarmos a relação entre sentença imperativa e modalidade deôntica, consideramos que não apenas a obrigação liga-se ao imperativo, mas também a permissão. Adotamos a distinção feita por Palmer entre o tipo diretivo e o comissivo da modalidade deôntica, estando este relacionado às expressões por meio das quais imputamos a nós mesmos a obrigação de fazer coisas e aquele relacionado às expressões por meio das quais tentamos fazer com que nossos ouvintes façam coisas. Por fim, questionamos a inclusão, por parte de Palmer, das modalidades volitiva e avaliativa no estudo da modalidade deôntica, postura essa não assumida em nosso trabalho, e fizemos menção aos meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica em língua portuguesa, tais como verbos auxiliares modais, plenos, advérbios, adjetivos em posição predicativa etc.

4. O DISCURSO POLÍTICO EM ANÁLISE: DISCURSOS PROFERIDOS NO PEQUENO EXPEDIENTE DE SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

4.1. A Caracterização do *Corpus*

A fim de elucidar os fatores que compõem as circunstâncias específicas de produção do discurso político proferido na Câmara dos Deputados (oradores; ambiente de proferimento dos discursos, auditório – em presença e virtual; determinações regimentais etc) adentraremos a consideração do modo de funcionamento da Câmara a partir de uma consideração do Regimento Interno da Casa.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado mediante Resolução nº 17, de 1989, publicada no Suplemento ao Diário do Congresso Nacional de 22-9-1989, p.3, disponibilizado pela Internet no endereço www.camara.gov.br, a Câmara reunir-se-á durante as seguintes sessões legislativas: *preparatórias*, *ordinárias*, *extraordinárias* e *solenes*.

As *preparatórias* precedem a inauguração dos trabalhos do Congresso Nacional na primeira e na terceira sessões legislativas de cada legislatura.³³

As *ordinárias*, com duração de até cinco horas, são realizadas em todos os dias úteis da semana, iniciando-se às nove horas, nas sextas-feiras, e às quatorze horas de segunda à quinta-feira, e destinam-se a debates e deliberações. Exceto quando, por ofício, o Presidente da Câmara, por proposta do Colégio de Líderes ou mediante deliberação do Plenário sobre requerimento de pelo menos um décimo dos Deputados, convocar períodos de sessões extraordinárias exclusivamente destinadas à discussão e votação das matérias constantes no ato de convocação é que não serão realizadas as sessões ordinárias.

As *extraordinárias*, com duração de quatro horas, são realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias e destinam-se, exclusivamente, à discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

As *solenes* são realizadas para comemorações especiais ou recepção de altas personalidades; admite-se a realização de até duas sessões solenes por mês.

³³ A legislatura é o período de mandato de um representante do povo, tem duração de 4 anos.

Todas as quatro sessões supracitadas são públicas, sendo excepcionalmente secretas apenas por deliberação do Plenário segundo previsto na Constituição.

Assim, após analisarmos os tipos de sessões realizadas pela Câmara, optamos, para a constituição de nosso *corpus*, por discursos proferidos em sessões ordinárias e extraordinárias. Nossa opção justifica-se pelo caráter de debate e deliberação atribuído às referidas sessões. Concomitantemente, nos discursos nelas proferidos, ser-nos-á possível o contato com enunciações cujo propósito é a adesão do auditório às teses defendidas. Além disso, a frequência de suas realizações nos permite flagrar o exercício diário da arte oratória política. Deter-nos-emos, a seguir, no modo de funcionamento dessas duas sessões a fim de que possamos entender algumas das características peculiares aos discursos de nosso *corpus*.

Tanto as sessões ordinárias quanto as extraordinárias constam de Pequeno Expediente e Grande Expediente. O Pequeno Expediente tem duração de sessenta minutos improrrogáveis. Nele os oradores inscritos podem fazer uso da palavra pelo prazo de **cinco minutos**, não sendo permitidos apartes (interrupções breves de outros deputados que visam a indagar, solicitar esclarecimento em relação à matéria em debate.) A inscrição dos oradores é feita na Mesa, em caráter pessoal e intransferível, das oito às treze horas e trinta minutos, diariamente, sendo assegurada a preferência aos que não tenham falado nas cinco sessões anteriores. O Grande Expediente, por sua vez, tem duração de cinquenta minutos improrrogáveis. Nele os oradores inscritos podem fazer uso da palavra pelo prazo de vinte e cinco minutos, sendo permitidos apartes (O deputado que queira apartear terá de pedir e obter a permissão do orador, sendo a interrupção inclusa no tempo destinado ao orador). A lista de oradores é organizada mediante sorteio mensal.

Optamos por trabalhar com discursos proferidos no **Pequeno Expediente** para que, desse modo, pudéssemos lidar com um maior número de discursos e, portanto, termos acesso a uma diversidade maior de pontos de vista acerca do tema em discussão.

Conforme o até então exposto, a fim de garantir o uso da palavra, cada parlamentar precisa, primeiramente, inscrever-se no local e horário estabelecidos e, em seguida, elaborar um pronunciamento exequível no tempo que lhe foi concedido, sob pena de ter seu discurso interrompido. No entanto, há outras exigências, conforme reza o Art. 73 do Regimento Interno da Casa, parcialmente transcrito na seqüência:

Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

III – o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente impossibilitados;

V – ao falar da bancada, o orador, em nenhuma hipótese, poderá fazê-lo de costas à Mesa;

VII – se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por encerrado;

X – o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral;

XI – referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

XII – nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas.

Além de especificações quanto à postura física do orador e ao tratamento que este deve destinar às autoridades, em nome da *austeridade* a que se refere o *caput* do artigo 73 (acima transcrito), o Regimento contém determinações quanto a quem pode estar no recinto do Plenário durante as sessões (*deputados, senadores, ex-parlamentares, funcionários da Câmara em serviço local e os jornalistas credenciados – caput do artigo 77*), a como devem se comportar os em Plenário (*não será permitida conversação que perturbe; a qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário – incisos II e XIV do art.73*), ao comportamento do público na galeria (*mantendo-se a incomunicabilidade com o recinto do Plenário – parágrafo 4º do artigo 77*); a quantos devem estar em Plenário a fim de que um Pequeno Expediente possa ter início (*pelo menos a décima parte do número total de deputados, desprezada a fração - § 2º do artigo 79*), a compêndios que devem estar à disposição do orador por ocasião da sessão (*A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso - § 1º do artigo 79*) etc.

Percebemos, assim, que o ambiente é bastante organizado e formal, exigindo austeridade; que cada um dos 513 parlamentares está em igual condição no que concerne a serem fontes de instauração de exigências a serem cumpridas e a serem alvos de valores deônticos instaurados, pois todos são autoridades legislativas; que expressões formulaicas,

tendo em vista as próprias especificações regimentais quanto ao vocabulário, serão recorrentes nos discursos etc.

Em Plenário, portanto, cada parlamentar intenciona persuadir seus pares (auditório em presença) quanto à legitimidade de seu ponto de vista, ao mesmo tempo em que precisa mostrar-se à opinião pública (auditório virtual) como um representante legítimo dos interesses daqueles que o elegeram. Trava-se, assim, uma verdadeira *batalha*, cuja arma principal é a palavra.

Ao analisarmos a “batalha discursiva” travada por ocasião da discussão da Proposta de Reforma da Previdência nos moldes formulados pelo governo do Presidente Luiz Inácio, detectamos estratégias comuns aos oradores conforme estes se mantinham na *oposição ao projeto*; na *defesa do projeto* ou *relutantes quanto à adoção de um posicionamento taxativo*. Tendo em vista que, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), o ato argumentativo é uma espécie de operação visando a fazer com que o receptor conheça e aceite a imagem que o emissor transmite do referente como sendo a que ele deve adotar para si, os oradores buscam transmitir imagens do texto da Reforma, do Governo vigente e dos seus pares, mediante recorrência a estratégias cuja exposição nos parece relevante à compreensão de como se deu, em termos argumentativos, o que denominamos “batalha discursiva”. Destacamos que as estratégias na seqüência elencadas foram depreendidas da análise que fizemos de todos os textos que constituem o *corpus* desse trabalho na medida em que organizamos os argumentos recorrentes e os correlacionamos aos posicionamentos dos parlamentares. Assim, verificamos:

Estratégias e argumentos recorrentes em discursos de defesa do projeto:

- incitar a revolta fazendo crer ser a maioria dos servidores públicos agraciados com vultosas aposentadorias;
- atrelar a deficiência do atual sistema previdenciário ao ônus com aposentadorias e pensões pagas a servidores públicos, apresentados como detentores de privilégios;
- enaltecer a iniciativa do Governo Lula que, mediante a proposta apresentada, enfrenta privilégios históricos a fim de tornar o sistema previdenciário mais justo;
- desqualificar os que se opõem à aprovação do texto da proposta, apresentando-os como defensores de privilégios históricos.

Estratégias e argumentos recorrentes em discursos de oposição ao projeto:

- incitar a revolta mediante a propalação da tese de ser a proposta de Reforma emanada do Executivo inconstitucional; ela é apresentada como afronta ao Direito adquirido do cidadão;
- atrelar a deficiência do atual sistema previdenciário à má administração, por parte do Governo, do dinheiro pago pelo servidor público para efeito de aposentadoria ao longo de toda sua vida laboral;
- desmerecer a iniciativa do governo Lula, procurando provar ser a proposta apresentada um modo de colocar a Previdência no colo da iniciativa privada, privilegiando, assim, os banqueiros;
- desqualificar os que apóiam a proposta, caracterizando-os como estelionatários eleitorais.

Estratégias e argumentos recorrentes em discursos que demonstram relutância quanto à adoção de um posicionamento quer absolutamente favorável quer absolutamente contrário ao projeto:

- incitar à reflexão, trazendo à tona questões que o orador julga estarem sendo relegadas a um segundo plano; estas são apresentadas como muito importantes;
- reivindicar um período maior de tempo para que os pontos mais polêmicos do projeto possam ser analisados com maior acuidade;
- externar sua preocupação com o modo como a discussão está transcorrendo e com as manifestações de insatisfação por parte da sociedade;
- sublevar valores como “ser a Câmara a casa do povo”; “ter o parlamentar de ser coerente em suas decisões” etc.

Cada orador faz da bancada da Câmara seu palanque pessoal, do qual, nos termos de Dik (1989, 1997), procura efetuar mudanças na informação pragmática de seu auditório. São evidentes as situações em que os oradores procuram provocar mudanças nos conhecimentos de seus ouvintes mediante o fornecimento de informações que julgam não disponíveis a estes; outras vezes, percebemos que a mudança intentada pelo orador visa a buscar substituir algo na informação pragmática de seus ouvintes, já outras vezes tentam os

oradores fazerem que os ouvintes rememorem questões que parecem esquecidas. Percebemos, portanto, que os discursos se enquadram na proposta de modelo de interação verbal de Dik (1989), sobre o qual versamos no capítulo I.

4.2. A Constituição do *Corpus*

Para a análise dos efeitos de sentidos produzidos por expressões deonticamente modalizadoras em discursos políticos, trabalhamos com um total de 44 discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias e Extraordinárias durante o período de tramitação da proposta de Reforma da Previdência Social (leia-se: reforma do regime próprio do servidor público, não da Previdência como um todo), no âmbito legislativo. Essa foi a primeira reforma empreendida no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e culminou com a aprovação da Emenda Constitucional nº 41/ 2003. O *corpus* é constituído por transcrições dos discursos proferidos pelos parlamentares e disponibilizados ao público no formato de *notas taquigráficas*³⁴ pelo *site* oficial da Câmara www.camara.gov.br.

Visto termos partido da hipótese de que haveria uma ligação entre a pressão no que concerne à adoção de um veredicto que satisfaça a sociedade e a incidência de expressões deonticamente modalizadoras nos discursos; a saber, quanto maior a pressão popular, mais freqüentemente valer-se-iam os parlamentares de expressões capazes de apresentá-los à opinião pública como autoridades dispostas a lutar pelos interesses da comunidade, os 44 discursos foram agrupados em ordem cronológica de proferimento, tendo como critério que assinala o término de um grupo e início de outro acontecimentos que intensificaram os embates entre os argumentos pró e contra pontos da proposta emanada do Executivo. Segue-se a especificação dos grupos juntamente com a explanação dos aspectos contextuais que separam um grupo de discursos de outro:

³⁴ No artigo 73 inciso VI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, lemos: *a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso* - grifo nosso. Ainda no Regimento, agora no artigo 98 § 2º, lemos: Ao Deputado é lícito retirar na **Taquigrafia**, para revisão, o seu discurso, não permitindo a publicação na ata respectiva. Caso o orador não devolva o discurso dentro de cinco sessões, a Taquigrafia dará à publicação o texto sem revisão do orador - grifo nosso.

1º GRUPO: Discursos proferidos de 22.02.2003 até 30.04.2003 [09 discursos]

Período em que os parlamentares discutiam em Plenário pontos de um texto que não estava ainda sob julgamento do Legislativo. Os principais pontos a comporem o texto da proposta em processo de elaboração no Executivo começavam a vir, gradativamente, à tona e sobre tais manifestavam-se alguns parlamentares. Temos, portanto, as primeiras discussões em Plenário.

2º GRUPO: Discursos proferidos de 06.05.2003 até 05.06.2003 [11 discursos]

No dia 30 de abril de 2003, o Presidente da República, juntamente com uma comitiva de 27 Governadores, dirige-se à Câmara a fim de entregar os projetos de reformas previdenciária e tributária. Ao chegar à Câmara, a proposta é encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJ) a fim de que seu teor seja julgado quanto ao critério de constitucionalidade. Só após o parecer de constitucionalidade, pode o texto, de fato, prosperar na Casa para efeito de votação em Plenário; caso o teor da proposta seja julgado inconstitucional, não haverá votação em Plenário, sendo arquivada. Desta feita, os 11 discursos que constituem o 2º grupo são proferidos enquanto os Parlamentares aguardam o parecer da CCJ. Visto a íntegra da proposta agora ser de conhecimento público, a mídia veicula as alterações no regime próprio da previdência do servidor público propostas pelo Executivo mais intensamente, e as manifestações populares de (des)contentamento começam a vicejar.

3º GRUPO: Discursos proferidos de 06.06.2003 até 04.07.2003 [12 discursos]

No dia 05 de julho de 2003, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara emite parecer favorável quanto ao critério *constitucionalidade* da proposta de Reforma da Previdência, aprovando-a por maioria dos votos (44 a favor e 13 contra), sem emendas nem destaques. Temos, portanto, a 1º vitória da proposta no âmbito Legislativo. O texto é encaminhado à Comissão Especial da Reforma da Previdência, onde os parlamentares que desejam propor modificações ao texto da proposta devem buscar fazê-las.

As manifestações de revolta por parte dos servidores públicos quanto ao parecer de constitucionalidade da proposta ecoam pelo País, e uma sensação de inexplicabilidade

envolve a classe média brasileira. Afinal, em 1999, quando da votação, na mesma CCJ, da Proposta de Emenda à Constituição nº 136/1999, a qual sustentava a necessidade de os servidores públicos inativos voltarem a contribuir para a Previdência (um dos pontos ressuscitados pela proposta de 2003), a bancada inteira do PT apresentou voto em separado, defendendo a inconstitucionalidade da proposta, sendo esta, por fim, declarada por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIIn) nº 2.010-DF.

4º GRUPO: Discursos proferidos de 09.06.2003 até 23.06.2003 [12 discursos]

No dia 08 de junho de 2003, servidores públicos federais deflagram greve nacional - 1º movimento grevista no Governo Petista – como evidência de repúdio ao texto da proposta da Previdência. Período em que a discussão continua a prosperar na Casa, mas agora sob o peso de uma greve nacional, findando com a votação e aprovação, no Plenário da Comissão Especial da Reforma da Previdência, do relatório do Deputado José Pimentel. Nesse dia, a Tropa de Choque da Polícia Militar reprime manifestação de servidores públicos no Plenário da Casa do Povo. A proposta é aprovada em 1º turno com poucas alterações em seu texto inicial.

O quadro abaixo mostra a constituição e delimitação do *corpus*, indicando a quantidade de modalizadores deônticos presentes em cada um dos grupos discursivos:

Número de Discursos por Grupo	Número de palavras	Número de expressões modalizadoras deônticas	Número de caracteres (sem espaço)
1º Grupo: 09	5.025	42	26.339
2º Grupo: 11	6.438	64	34.479
3º Grupo: 12	7.008	30	37.809
4º Grupo: 12	5.867	53	31.525
Total: 44	24.338	189	130.152

Quadro 9: Delimitação do *corpus* – grupos de discurso em análise.

Por ocasião da constituição do *corpus*, buscamos estabelecer um volume textual aproximado nos quatro grupos, daí a preocupação com o número de caracteres de cada discurso coletado, a fim de que fosse viável o estabelecimento de comparações quanto às categorias de análise levadas em conta por ocasião da apreciação das ocorrências.

Em um primeiro momento da apresentação da análise das 189 expressões deonticamente modalizadoras, exporemos, em conjunto e em correlação com o que sucedeu em cada um dos grupos nos quais reunimos os discursos, a análise quantitativa e qualitativa dos meios lingüísticos instauradores de valores deônticos, dos valores instaurados, dos tipos de fonte e alvo do valor deôntico, do comportamento do orador em relação ao valor instaurado, bem como do tipo de frase na qual a expressão modalizadora se encontra e de seu posicionamento na seqüência proferida.

Concomitantemente, faremos comentários acerca dos efeitos de sentido produzidos pelos enunciados deonticamente modalizados, quando, então, versaremos acerca das imagens transmitidas pelo orador de si à sua audiência em virtude das escolhas lingüísticas envolvendo a expressão de valores deônticos.

Para a análise qualitativa, optamos, como expusemos no capítulo I, por uma abordagem do fenômeno da modalização sob a óptica funcionalista, daí porque não perdermos de vista, em ambos os momentos mencionados, a situação comunicativa: o propósito de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Para a análise quantitativa dos enunciados modalizadores deônticos, aplicamos aos dados dois programas do pacote VARBRUL – Makecell e Crotab. O primeiro é responsável pelos cálculos percentuais de frequência relativa a cada variável; o segundo, pelo cruzamento das variáveis. Embora nosso objeto de estudo não seja um fenômeno lingüístico variável, à maneira como esse termo é definido pela Teoria da Variação Lingüística, a adoção dos dois programas supracitados visa a permitir-nos a manipulação de um volume considerável de dados com a garantia de que todos eles serão analisados sob uma mesma perspectiva quantitativa.

4.3. Parâmetros para análise do *Corpus*

A fim de que possamos analisar em que medida as expressões modalizadoras deônticas estão a serviço da persuasão em discursos políticos, buscamos elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos capazes de caracterizar o uso de tais expressões. Exporemos, a seguir, tais parâmetros juntamente com exemplos retirados do nosso *corpus*. Antes, portanto, julgamos necessário explicar as codificações presentes ao término de cada trecho que servirá de exemplo ao expormos os parâmetros visando à compreensão da metodologia utilizada na análise dos dados.

Ao término de cada trecho no qual encontramos expressão lingüística da modalidade deôntica, há, entre colchetes, uma codificação que se reporta a cada um dos parâmetros utilizados na análise. Em seqüência, também registramos o nº do discurso no qual a seqüência foi encontrada. Na seqüência, expomos a codificação utilizada:

- Grupo ao qual o discurso pertence: *b* (1ª grupo); *e* (2ª grupo); *j* (3º grupo); *M* (4º grupo);
- Forma de expressão da modalidade deôntica: *v* (verbo auxiliar modal); *V* (verbo de significação plena); *a* (adjetivo em posição predicativa); *s* (substantivo); *d* (advérbio); *A* (adjetivo);
- Valor deôntico instaurado: *1* (Obrigação); *2* (Permissão); *3* (Proibição);
- Tipo de obrigação/ Tipo de proibição: *x* (externa); *m* (interna);
- Tipo de Permissão: *g* (sugestão); *n* (concessão); *t* (autorização); *o* (ordem);
- Fonte deôntica: *I* (indivíduo); *i* (instituição);
- Alvo deôntico: *I* (indivíduo); *i* (instituição);
- Comportamento do orador em relação ao valor instaurado: *L* (inclusivo); *U* (exclusivo);
- Tipo de frase na qual a seqüência modalizadora deôntica se encontra: *4* (asserção afirmativa); *8* (asserção negativa no modal); *9* (asserção negativa no principal); *r* (asserção negativa);
- Localização da expressão modalizadora deôntica no discurso: *K* (Introdução); *Y* (Desenvolvimento); *Z* (Conclusão).

Optamos por registrar a codificação à medida que os parâmetros vão sendo expostos. Desta feita, ao falarmos sobre formas de expressão, cada trecho do *corpus* escolhido para ilustrar esse parâmetro vem apenas com a indicação, entre colchetes, do grupo ao qual o discurso pertence e da forma lingüística nele presente; prosseguindo, ao falarmos de valores deônticos, o leitor já se deparará com trechos seguidos por três codificações: grupo ao qual o discurso pertence, forma lingüística de expressão da modalidade deôntica e valor deôntico instaurado e assim sucessivamente. Ressaltamos, ainda, que as letras do alfabeto bem como os números que escolhemos para codificação dos trechos foram opções pessoais guiadas por critérios menemônicos, não embasadas em alguma codificação utilizada por estudiosos citados nesse trabalho.

a) Grupo no qual o discurso se encontra

Como os discursos que constituem o *corpus* foram agrupados em ordem cronológica de proferimento, tendo como critério que assinala o término de um grupo e início de outro acontecimentos que intensificaram os embates entre os argumentos pró e contra pontos da proposta emanada do Executivo, a identificação do grupo ao qual o discurso pertence gera a expectativa da presença de uma maior ou menor frequência de expressões modalizadoras deônticas. Essa expectativa justifica-se, conforme já mencionamos, pela percepção da existência de uma relação entre pressão no que concerne à adoção de um veredicto que satisfaça a sociedade e a incidência de expressões deonticamente modalizadoras nos discursos.

b) Formas de expressão

Conforme consideramos no capítulo 2, a expressão lexical da modalidade deôntica pode se dar por meio de verbo auxiliar modal; verbo de significação plena; adjetivo em posição predicativa; substantivos e adjetivos em posição não-predicativa, entre outras. Os seguintes trechos retirados do nosso *corpus* ilustram, respectivamente, as formas de expressão da modalidade deôntica mencionadas:

1) Portanto, toda lei deve ter como princípio e como fim o Homem e não o Estado, em primeiro lugar.³⁵ [bv] Disc.2

2) Cabe ao Governo, portanto, adotar medidas capazes de evitar o pânico que ora se instala na classe média quanto ao futuro e rever posicionamentos fixados na reforma da Previdência que vão provocar graves perdas de renda nas futuras aposentadorias e pensões desse importante segmento da população. [eV] Disc. 15

3) Mesmo admitindo a veracidade do dado, é preciso contar a verdade por inteiro. [ba] Disc.

4) Sr. Presidente, as visitas às cidades e as conversas nas fábricas têm indicado a necessidade de a comunidade ser mais bem informada. [bs] Disc.07

5) ... possibilitando a certas categorias profissionais omitirem-se da participação efetiva na solução de problemas nacionais e elegendo grupos menos organizados para o sacrifício necessário. [MA] Disc.31

Os advérbios foram encontrados em nosso *corpus* atuando não como meios de expressão da modalidade deôntica, mas como intensificadores do valor deôntico instaurado, conforme o exemplo a seguir ilustra:

6) Deixei muito claro que sou inteiramente contra privilégios garantidos a alguns poucos pela atual legislação, os quais, portanto, devem ser *rigorosamente* eliminados. [Mv] Disc.38.

³⁵ Por julgarmos didático, optamos por iniciar uma nova numeração para fins de apresentação das ocorrências do *corpus*. Desta feita, o leitor observará que a ocorrência ilustrativa de verbo auxiliar modal com meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica recebeu a numeração 1. Lembramos que, em anexo, página 122 desse trabalho, estão todos os discursos dos quais extraímos os exemplos citados.

No exemplo 6, percebemos o verbo auxiliar modal (*dever*) como meio de expressão da modalidade deôntica intensificado por advérbio de modo *rigorosamente*. . No capítulo destinado à análise, consideraremos a relevância tanto das marcas de asseveração como das de atenuação dos valores deônticos instaurados para efeito da construção da persuasão.

c) Valores deônticos instaurados

Conforme fizemos menção no capítulo 2, a modalidade deôntica é caracterizada como aquela que se encontra entre os pólos do *obrigatório* e do *proibido*, passando pelo *permitido*. Na seqüência, apresentamos ocorrências que exemplificam esses valores:

7) Precisamos acabar com a idéia de que aposentadoria é benesse do Estado. – obrigação [ev1] Disc. 19

8) Mas hoje me permito falar da reforma da Previdência Social. – permissão [ev2] Disc.16

9) Não podemos ser apenas uma caixa de ressonância do Executivo. – proibição [ev3] Disc.20

c) Tipo de obrigação

Para análise do valor deôntico *obrigação*, valer-nos-emos da proposta de Almeida (1988: 14), que estabelece a seguinte tipologia:

- Obrigação moral (interna): Envolve o dever de consciência, profissional, social e religioso. Esse tipo de obrigação se exprime na locução: *ter obrigação de* [dever autodesignado]
- Obrigação material (externa): Envolve a necessidade natural, física, biológica ou fisiológica. Esse tipo de obrigação se exprime na locução: *ser obrigado a* [dever transferido]
- Obrigação lógica: Envolve as leis do pensamento, o raciocínio lógico ou a conveniência que entende premeditação. Para esse tipo de obrigação,

Almeida sugere a correspondência com expressões adverbiais tais quais: obviamente, logicamente etc.

Por considerarmos que a obrigação lógica, segundo definição de Almeida, estaria ligada à necessidade alética, não acolhemos esse subtipo do valor deôntico obrigação em nossa análise. Desta feita, as ocorrências abaixo, respectivamente, ilustram a obrigação *interna* e a *externa*:

10) E os servidores públicos do Brasil deverão ter *grandeza* suficiente para dar uma contribuição a mais para construirmos uma *sociedade mais solidária*. [j v 1 m] Disc.21

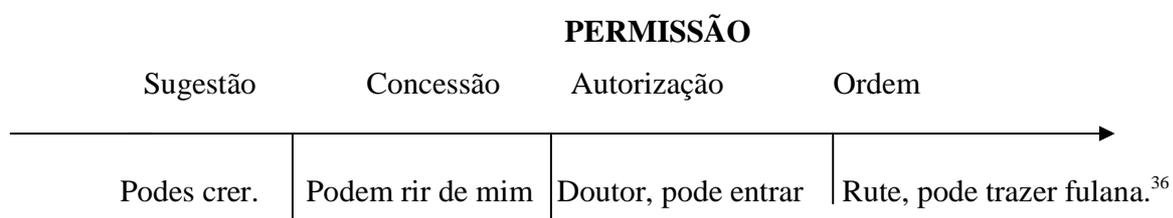
11) Por outro lado, a aposentadoria integral, como *garantia fundamental da chamada Constituição Cidadã*, deve prevalecer, no mínimo, para todos os agentes públicos das chamadas carreiras de Estado, e que exercem funções indelegáveis à iniciativa privada. [j v 1 x] Disc.27

Em 10, percebemos que o orador conclama os servidores públicos à prestação de um dever cívico, recorrendo à necessidade de ter grandeza, atributo moral por tradição dos grandes homens e mulheres, a fim de que possam participar da construção de uma sociedade solidária, portanto mais justa. Notamos, assim, que o orador fundamenta a obrigação a ser cumprida em valores morais. Em 11, por sua vez, ao demarcar claramente seu posicionamento em relação a um dos pontos da proposta, a manutenção da aposentadoria integral, o orador evoca a força da Lei. Percebemos que o orador fundamenta a obrigação a ser cumprida em preceitos constitucionais. Enquanto em 10 valeu-se o orador da emoção, evocando nos indivíduos sobre os quais a obrigação por ele instaurada recai nobres sentimentos; em 11, o orador valeu-se do texto da Lei. Em outras palavras, diz-se que o ser humano, por ensinamento, *tem a obrigação de ser nobre, solidário*, mas o homem *é obrigado a seguir os ditames legais para efeito de preservação das relações sociais*.

d) Tipo de permissão

Para análise do valor deôntico *permissão*, valer-nos-emos, mais uma vez, da proposta de Almeida (1988:164). Segundo Almeida, assim como no caso da obrigação, a

permissão pode assumir diferentes nuances, cujos extremos são *sugestão* e *ordem*, passando intermediariamente pela *concessão* e *autorização*, conforme ilustramos a seguir:



Em nosso *corpus*, encontramos os tipos de permissão classificados por Almeida como concessão e sugestão, ilustrados, respectivamente, a seguir:

12) Mobilização esta que teve a orientação específica de construir as bases de descontentamento popular para alavancar as “carreiras políticas” de seus candidatos, conforme podemos entender pela atual postura do Governo Federal, ... [ev2n] Disc. 11

13)... e se o problema é a falta de alternativas, posso citar a defendida pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) ... [ev2t] Disc.11

Em 12, temos um caso de permissão do tipo concessão. Segundo o orador, as atitudes do Governo Federal concedem margem à interpretação de ter havido má-fé entre o que o partido do atual Governo mostrava ser antes de assumir o poder e o que ele mostra ser após a vitória. Em 13, por seu turno, temos um caso de permissão do tipo sugestão. O orador sugere ao auditório uma alternativa para a aparente falta de proposta.

³⁶ Os exemplos que ilustram os tipos de permissão foram extraídos do trabalho de Almeida (1988), não de nosso *corpus*. Mantivemos, assim, a coerência com o que vimos fazendo ao longo do trabalho, ou seja, sempre que possível, optamos por exemplificar as definições concedidas pelos estudiosos os quais estamos citando nesse trabalho com exemplos por eles concedidos.

e) Tipo de fonte deôntica

Conforme explanamos no subtópico *a modalidade deôntica*, menciona Lyons (1977) que o valor deôntico deriva de alguma origem ou causa. Assim, se X reconhece ser obrigado a executar uma ação, é porque existe alguém ou alguma coisa que X reconhece como tendo autoridade para fazer recair sobre ele a obrigação de agir nesse ou naquele sentido, podendo ser uma pessoa ou instituição a cuja autoridade X se submete; podendo ser um corpo moral ou legal de princípios mais ou menos explicitamente formulado, ou até uma compulsão pertinente à mente ou ao espírito. Temos, assim, que a instauração dos valores de obrigação, permissão e proibição emanam de uma *fonte*.

No caso do discurso político, cada parlamentar tem o respaldo popular (o voto do cidadão) para instaurar obrigações, permissões e proibições na defesa do interesse da sociedade (ou de parte dela) aos demais parlamentares ou à esfera Executiva e Judiciária. Na condição de representantes do povo, valem-se os parlamentares da sua própria condição de autoridades legislativas e fiscalizadoras para instaurar valores deônticos, recorrendo a valores consagrados, como interesse social, justiça, moralidade cristã, legislação vigente etc.

Destacamos que, ao mencionarmos ser a fonte uma instituição (i) ou um indivíduo (I), temos ciência de que, nem sempre, estamos lidando com uma variável dicotômica, pois, quando, por exemplo, o parlamentar se posiciona na sua condição de membro do Legislativo, ele instaura valores deônticos na condição de indivíduo que é parte de uma instituição; assim, ao mesmo tempo em que fala por si, evoca toda uma classe. No capítulo destinado à análise dos dados, voltaremos a essa questão com maior acuidade. Por ora, apenas ilustraremos, com os exemplos a seguir, os tipos de *fonte deôntica*:

14) Segundo *alguns formadores de opinião*, o Parlamento deve estar bastante alerta para os trechos da reforma proposta, que representam, nada mais nada menos, do que uma privatização da Previdência, ... [ev1xI] Disc.20

15) Para ser médico, dentista, torneiro mecânico etc, não basta saber fazer, nem apenas ter feito o curso, é preciso ter o aceite da sociedade expresso no diploma, caso contrário, seria um charlatão. [ba1xi] Disc. 09

Enquanto, em 14, o orador dá voz a uma obrigação a ser cumprida pelo Parlamento instaurada por alguns membros da classe dos formadores de opinião no Brasil (indivíduos); em 15, o orador relembra uma obrigação a ser cumprida por todos os membros da sociedade brasileira instaurada pela Lei vigente do País (instituição).

e) Tipo de alvo deôntico

Conforme mencionado no capítulo 2, Lyons entende por modalidade deôntica a proposição relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Sendo assim, aquele que é compelido à adoção de um determinado proceder, por reconhecer a autoridade da fonte de onde emana a instauração de um valor deôntico, constitui o *alvo* sobre o qual recai o valor instaurado.

A fim de que possamos entender sobre o que ou quem recai valores deônticos instaurados no transcorrer da oratória política, faz-se mister analisar o referente da incidência como individual ou coletivo; abrangendo desde os parlamentares, os quais detinham o poder de aceitação ou rejeição da proposta oriunda do Poder Executivo, até a sociedade brasileira como um todo, a qual, segundo a Constituição, detém a titularidade do Poder Constituinte Originário.³⁷

Na seqüência, observamos a instauração de uma obrigação que incide sobre um *indivíduo* (16) e, em (17), sobre uma *instituição*:

16) Uma nova e infeliz resposta veio ontem com o discurso do *Presidente*, que diz que ninguém nem nada será capaz de deter seu ímpeto reformista. Numa atitude absolutamente antidemocrática e messiânica, desafiou a Constituição, o Congresso Nacional, o Judiciário e a população brasileira, mostrando uma coragem que, infelizmente, deveria ter mostrado perante o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o FMI, mas não o fez. [jv1mII] Disc.29

³⁷ A expressão *Poder Constituinte Originário* diz respeito ao poder de elaboração da Carta Magna a reger a vida social de um povo. Como vivemos sob um regime democrático representativo, o titular desse poder é o povo, que o delega a representantes eleitos por meio de sufrágio direto e universal. Desta feita, os valores deônticos instaurados nos discursos recaem, mais frequentemente, sobre os parlamentares como indivíduos, sobre o Parlamento como instituição legisladora e fiscalizadora e sobre aqueles que concederam aos parlamentares a legitimidade de versar sobre os interesses da coletividade.

17) Quero falar, Sr. Presidente, sobre algumas incongruências que percebo no projeto, e *esta Casa precisa* se empenhar para aperfeiçoá-la, para o bem da população brasileira e de suas entidades representativas. [ev1mli] Dic.16

Em 16, o orador instaura uma obrigação que recai sobre o Presidente da República, já em 17, o orador instaura obrigação que recai sobre a Câmara dos Deputados, como instituição.

f) Comportamento do orador quanto ao valor instaurado

Ao citarmos, no capítulo 1, o conceito de “adoção de diferentes máscaras” presente em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), mencionamos que o orador, no intento de conquistar a adesão de integrantes de um auditório heterogêneo, recorre à adoção de diferentes *faces* a fim de conduzir o auditório à aceitação do ponto de vista por ele defendido. A *inclusão* ou *exclusão* do orador na incidência do valor deôntico instaurado é, portanto, relevante estratégia persuasiva, à medida que confere ao orador essa possibilidade de adoção de distintas faces. Com base nesse recurso retórico, algumas vezes o orador se coloca entre aqueles sobre os quais recai a responsabilidade de executar os valores deônticos instaurados, comprometendo-se, assim, a agir, como em (18), outras vezes, o orador assinala nítida distância entre aqueles que precisam agir e ele, colocando-se como aquele a quem não compete diretamente executar uma ação, o que não o impede de pressionar aqueles a quem ele atribui obrigações, como em (19); ou como aquele que já cumpriu sua parte na execução da tarefa, cabendo, agora, a outrem agir (20).

18) *Devemos* fazer emendas que possibilitem ao Governo brasileiro assegurar uma aposentadoria para quem trabalhou toda sua vida neste País. Este é o debate que *devemos* fazer com responsabilidade neste Parlamento. [bv1mIIU] Disc.08

19) *O Partido dos trabalhadores*, que chegou ao Governo, tem de chegar também ao poder e dobrar o salário mínimo, como fez Getúlio Vargas, mesmo tendo que prestar contas ao FMI. [ev1mliU] Disc.16

20) *Aqueles que governaram este país têm que* assumir a responsabilidade, ter autocrítica e dizer em que erraram, para que o atual Governo possa construir um sistema previdenciário responsável para a grande maioria do povo brasileiro. [bv1mIIU] Disc.08

Percebemos que, em (18), o orador insere-se entre aqueles que devem fazer emendas, devem debater, assumindo perante seu auditório o compromisso de participar da execução da obrigação que acaba de instaurar. Em (19), no entanto, o orador não se insere entre aqueles a quem compete dobrar o salário mínimo e prestar contas ao FMI, pois delega essas incumbências ao Partido dos Trabalhadores, legenda distinta da sua, assumindo, assim, o compromisso de cobrar as ações devidas a quem as compete realizar e de denunciar. Já em (20), o orador, na condição de integrante do Partido do Presidente da República, instaura obrigação que não recai sobre ele, tendo em vista já ter assumido seu grau de participação efetiva no cumprimento da tarefa.

g) Tipo de frase

Julgamos que a análise do modo de atuação das seqüências modalizadoras deônticas na construção da persuasão em discursos políticos também deve passar pela consideração do tipo de frase nas quais essas seqüências se encontram a fim de que possamos verificar quais os tipos frasais nos quais a modalidade em análise mais caracteristicamente se faz presente no tipo de discurso em tela.

Dada a relevância da pergunta retórica para efeito de persuasão, bem como de frases exclamativas, capazes de enfatizar a perplexidade do orador ante a uma faceta do tema considerado, supúnhamos que esses tipos frasais seriam recorrentes em nosso *corpus*. No entanto, constatamos a predominância de asserções afirmativas e de asserções negativas, ambas de cunho imperativo³⁸, o que condiz com o fato de ser a modalidade deôntica possuidora de uma conotação muito forte de ordem, pedido ou conselho.

³⁸ Não estamos fazendo referência ao *modo* verbal. Utilizamos o termo *imperativo* para indicar que percebemos, nos tipos frasais recorrentes no *corpus*, conotações (ordem, pedido, conselho) que são, por tradição, entendidas como manifestas pelo modo verbal imperativo, mas não são exclusivas deste. Para marcarmos essa distinção, estamos optando por falar em *cunho imperativo*.

Os exemplos, a seguir, mostram os tipos frasais recorrentes em nosso *corpus*, respectivamente, asserção afirmativa e asserção negativa, ambas de cunho imperativo:

21) Devemos apoiar aquilo que for bom para o País e recusar os pontos negativos. [ev1mIIL4Y] Disc.20

22) Não podemos ser apenas uma caixa de ressonância do executivo. [ev3mIIL8] Disc. 20

Em 21, temos uma asserção afirmativa; enquanto em 22, temos uma asserção com um operador de negação incidindo sobre o modal.

h) Localização da seqüência modalizada no discurso

Tendo em vista ser nosso objetivo contribuir para a construção do elo entre modalidade deôntica e construção discursiva, julgamos apropriada a verificação e a análise da relação entre expressões deônticas e seu posicionamento no corpo da estrutura oratória: se nas palavras iniciais do orador; se no desenvolvimento do seu ponto de vista; se em suas palavras concludentes. Vejamos, abaixo, exemplos de seqüências localizadas no que percebemos ser esses três distintos pontos no discurso nº 31 de nosso *corpus*.

Logo em suas palavras iniciais, o orador expressa sua anuência quanto à necessidade de realização da reforma, conclamando a Nação a agir, conforme vemos em 23:

23) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar de uma visão cidadã da Reforma da Previdência. O País está em crise e necessita da participação dos brasileiros. [jV1mIIU4K]

Após os brasileiros terem sido conclamados a atuar na resolução da crise, o orador passa a detalhar, no desenvolvimento de sua argumentação, o modo como ele concebe a realização da Reforma. Para cada ponto por ele salientado, há a precedência de um modalizador deôntico, conforme podemos constatar nos trechos a seguir:

24) Na esfera estatal, precisamos combater com extremo rigor a sonegação e a apropriação indébita com ações que resultem na fiscalização constante e na cobrança judicial incansável

das procuradorias, enquanto se aperfeiçoa e se simplifica a legislação em tela. [jV1mIIU4Y]

25) É preciso restabelecer um Estado de Direito capaz de rechaçar a prática da sonegação fiscal como estratégia de competitividade. [ja1mIIU4Y]

26) Na iniciativa privada, empresários e autônomos, grandes, médios e pequenos, precisam reordenar suas ações, patrocinando a consolidação do novo sistema, contribuindo conforme determinado em lei. [jv1mIIU4Y]

27) Quanto à contribuição previdenciária dos atuais e futuros beneficiários, precisamos de regras gerais e claras, deixando de lado pleitos que busquem transformar o juiz, o militar, o promotor, o político, o servidor público, ou qualquer outro grupo, em brasileiros especiais. [jV1mIIL4Y]

28) No caso em tela, tais beneficiários devem contribuir, pois as normas que lhes permitiram as condições em que se encontram seus benefícios não estavam amparadas por análises atuariais e econômicas consistentes. [jv1mIIU4Y]

Constatamos que, em (24) e (25), o orador instaura obrigações que recaem sobre os parlamentares, pois dizem respeito à atuação legislativa; em (26), por sua vez, o orador instaura obrigação que recai sobre os empresários; já em (27), o orador, novamente instaura obrigação que recai sobre os parlamentares, afinal, a eles compete o estabelecimento das tais *regras gerais e claras*; em (28), por fim, o orador instaura obrigação que recai sobre os beneficiários que, de algum modo, foram indevidamente beneficiados. Percebemos, assim, que, as várias tarefas a serem cumpridas por diferentes agentes a fim de que a Reforma seja satisfatória, na concepção do orador, são mencionadas, no decorrer do desenvolvimento do discurso, como escopo de uma expressão modalizadora deôntica.

Em suas palavras finais, arremata o autor sublevando a defendida necessidade da Reforma, destacando ser sua realização uma questão de justiça e colocando-se entre os que têm a obrigação de realizá-la:

29) Nós, na condição de Parlamentares, temos que promover justiça a todo o povo brasileiro. Era o que tinha a dizer. [j v 1 m I I U 4 Y]

Expostos e exemplificados os parâmetros acima, enfatizamos que ainda outros fatores se fizeram notar ao nos debruçarmos sobre as seqüências lingüísticas de nosso *corpus*, e a estes não deixamos de considerar no capítulo V, destinado à análise mais detalhada dos dados. São eles: as marcas de asseveração da força ilocucionária e o recurso à citação, por parte do orador, de valores deônticos instaurados por terceiros.

4.4. Síntese

Iniciamos o quarto capítulo dando a conhecer o modo de funcionamento da Câmara dos Deputados a fim de elucidar os fatores que compõem as condições de produção do discurso político proferido na Câmara. Embasados no Regimento Interno da Câmara, expusemos os tipos de sessões legislativas – *preparatórias, ordinárias, extraordinárias e solenes* – e suas peculiaridades, quando, então, tornamos clara nossa predileção, para efeito de constituição do *corpus*, por discursos proferidos em sessões ordinárias e extraordinárias em função do caráter de debate e deliberação presente nessas sessões. Aprofundando nosso conhecimento, versamos acerca da constituição das referidas sessões, quando então explicamos a distinção entre Pequeno Expediente e Grande expediente. Assumimos nossa opção por trabalhar com discursos proferidos no Pequeno Expediente para que pudéssemos lidar com um maior número de discursos e, assim, termos acesso a uma diversidade maior de pontos de vista. Ainda na primeira parte desse capítulo, transcrevemos alguns artigos do Regimento da Câmara, os quais versam acerca da postura física a ser adotada pelo parlamentar que discursa em plenário, do tipo de vocabulário a ser adotado etc. Concluindo o primeiro tópico desse capítulo, consideramos estratégias e argumentos recorrentes em discursos de nosso *corpus* em correlação com o posicionamento adotado pelos parlamentares na discussão do Projeto de reforma da Previdência, tema sobre o qual os discursos do *corpus* versam, quando então pudemos vislumbrar a aplicabilidade do modelo de interação verbal de Dik (1989,1997).

Na continuidade, buscamos explicitar a constituição do *corpus*. Esse é composto por 44 transcrições de discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias e

Extraordinárias durante o período de tramitação da proposta de Reforma da Previdência Social. Para efeito de análise, os abrigamos em quatro grupos, tendo, como critério que assinala o término de um grupo e início de outro, acontecimentos que intensificaram os embates entre argumentos pró e contra pontos da proposta emanada do Executivo. Finalizamos o segundo subtópico desse capítulo expondo nossa metodologia de análise quantitativa e qualitativa.

Na seqüência, apresentamos os parâmetros para análise do *Corpus* juntamente com trechos de discursos que ilustram os elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos escolhidos por nós, a saber: grupo de discurso; meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica; valor deôntico instaurado; obrigação, permissão e proibição: subtipos; fonte e alvo deôntico no discurso político; comportamento do orador quanto ao valor deôntico instaurado; tipo de frase; localização da seqüência modalizadora no discurso; marcas de atenuação e asseveração da força ilocucionária.

CAPÍTULO V – A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE DEÔNTICA EM DISCURSOS POLÍTICOS

Neste capítulo, retomaremos os elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos considerados no capítulo anterior, por ocasião da apresentação dos parâmetros de análise do *corpus*, a fim de empreendermos discussão dos dados provenientes da análise dos 44 discursos que compõem o *corpus* dessa pesquisa.

5.1. Grupo de discurso: etapas de discussão da reforma

Conforme expusemos no capítulo III, ao apresentarmos a constituição do *corpus*, para verificarmos hipótese de existência de uma relação entre aumento da pressão sobre os parlamentares, no que tange à adoção de resoluções capazes de satisfazer a opinião popular, e intensificação do uso de expressões deonticamente modalizadoras em pronunciamentos legislativos, organizamos os discursos de nosso *corpus* em grupos. Desta feita, dispomos os 44 discursos em 4 grupos, de tal modo a visualizarmos um percurso que tem como ponto inicial os primeiros pronunciamentos de parlamentares acerca da Proposta de Reforma da Previdência (início do 1º semestre do Governo Lula) até a aprovação do texto da proposta em primeiro turno (final do 1º semestre do Governo Lula).

Assim, do 1º grupo para o 2º, constatamos uma intensificação da utilização de expressões deonticamente modalizadoras [22 trechos a mais: 42 expressões (1º grupo) / 64 expressões (2º grupo)]; do 2º para o 3º grupo, percebemos uma menor recorrência às expressões lingüísticas da modalidade deôntica [34 trechos a menos: 64 expressões (2º grupo) / 30 expressões (3º grupo)]; por fim, do 3º grupo para o 4º, nova intensificação é verificada [23 trechos a mais: 30 expressões (3º grupo) / 53 expressões (4º grupo)].

Ao relacionarmos a frequência de uso de expressões da modalidade deôntica com a etapa de discussão da reforma na qual o discurso foi proferido, confirmamos a existência de um elo entre pressão social sobre os oradores e frequência de uso de expressões deonticamente modalizadoras.

Os primeiros nove discursos de nosso *corpus* (grupo 1) foram proferidos em um período que antecede a chegada do texto oficial da proposta de Reforma à Câmara; trata-se de um período inicial de discussão. Nesse, os parlamentares estão considerando a

necessidade de realização da proposta, o que a proposta deve conter e já começam, incipientemente, a rebater argumentos de seus pares a fim de conduzir a audiência à aceitação do modo como desejam que a questão seja percebida.

Quando o texto é entregue para apreciação da Casa, a “batalha discursiva” intensifica-se, pois, para que o texto possa prosperar em Plenário, é preciso ter sua constitucionalidade reconhecida. O parecer de constitucionalidade representa a primeira vitória dos defensores do projeto; a não-aprovação, por sua vez, é derrota inconteste, pois o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) é terminativo, o que resulta na impossibilidade de tramitação de um texto na Casa. Assim, nesse período, os que defendem a legitimidade do projeto e os que se mostram a ele contrários intensificam a defesa de seus pontos de vista a fim de procurar influir tanto na decisão de seus pares que estão na CCJ quanto na opinião dos membros da sociedade. Recorrem os oradores bem mais a expressões modalizadoras deônticas nesse grupo do que no inicial.

Analisando, contextualmente, o decréscimo do uso de expressões modalizadoras deônticas do 2º para o 3º grupo, compreendemos que, após o parecer favorável da CCJ, entra o processo de embate argumentativo em uma fase de calma para os que obtiveram a primeira vitória e de reavaliação das estratégias argumentativas para aqueles que estão na oposição ao conteúdo do texto emanado do Executivo. Desta feita, enquanto os que viram a derrocada de seu intento de derrubar a proposta na CCJ precisam reformular a argumentação, os vitoriosos não têm por que fazer a defesa de seu posicionamento com a intensidade de outrora. É nesse grupo que encontramos a maior quantidade de discursos sem expressão alguma da modalidade deôntica (Dos 44 discursos que compõem o *corpus*, em cinco deles verificamos a inexistência de expressões da modalidade deôntica; três desses discursos estão localizados no 3º grupo) e o maior número de discursos nos quais não há adoção de um posicionamento taxativo por parte do orador quer a favor do conteúdo da proposta, quer contra.

Do 3º para o 4º grupo, temos nova intensificação do uso de expressões modalizadoras deônticas. Essa intensificação é justificável tanto pela proximidade da votação do relatório, cujo resultado significará vitória ou derrota do projeto em 1º turno, quanto pela pressão de uma greve nacional dos servidores públicos.

Em consonância com o modelo de interação verbal de Dik (1989), ao nos engajarmos em um ato de interação verbal, quando na posição de falantes, produzimos expressão lingüística em função de uma dada intenção, da informação pragmática que dispomos e da antecipação que fazemos de qual seja a possível interpretação daquele com o qual interagimos. Sendo assim, parece-nos que utilizar expressões lingüísticas que tornam a defesa de um modo de perceber o objeto em discussão, em um dado momento, mais incisiva é tão relevante quanto saber qual o momento de não utilizar tais expressões ou fazê-lo menos freqüentemente.

Notamos, assim, que, visando obter sucesso na modificação da informação pragmática dos membros da audiência, as expressões modalizadoras deônticas se fizeram presentes nos discursos de nosso *corpus* de modo estratégico, na defesa dos pontos de vista mais diversos sobre o mesmo objeto em análise.

Nossa primeira constatação atesta, portanto, a relevância da análise da enunciação, conforme expusemos no tópico *A manifestação da categoria modalidade* (cap. II), para a devida abordagem do fenômeno modalidade, tendo em vista a complexidade dessa categoria. Sem a devida observância ao percurso de tramitação do projeto de reforma previdenciária no âmbito Legislativo, não seria possível asseverar a relação entre o momento em que se encontra a discussão e o maior ou menor uso de expressões da modalidade deôntica como o fazemos agora.

5.2. Meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica.

Em cada um dos quatro grupos nos quais organizamos os discursos que compõem nosso *corpus*, assim como na análise dos grupos em sua totalidade, constatamos ser o verbo auxiliar modal o mais recorrente meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica. Na seqüência, apresentamos os percentuais das formas de expressão da modalidade deôntica no *corpus* em sua totalidade (tabela 01):

Verbo auxiliar modal		Verbo de significação plena		Adjetivo em posição predicativa		Substantivo		Adjetivo	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
126	67	17	9	31	16	7	4	7	4

Tabela 01 – Formas de expressão da modalidade deôntica no discurso político.

Na tabela 01, temos, em ordem decrescente de produtividade, o verbo auxiliar modal, o adjetivo em posição predicativa, o verbo de significação plena e substantivos e adjetivos compartilhando a posição de menor produtividade.

Na tabela 02, na seqüência, vemos como os meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica se distribuem nos grupos:

Grupos	Verbo auxiliar modal		Verbo de significação plena		Adjetivo em posição predicativa		Substantivo		Adjetivo	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	26	62	2	5	8	19	5	12	1	3
2	46	73,4	5	7,9	9	14	1	1,6	2	3,1
3	18	60	6	20	4	13,3	0	0	2	6,7
4	36	68	4	7,3	10	19	1	1,9	2	3,8

Tabela 02 – Formas de expressão da modalidade deôntica em cada grupo de discurso político

Percebemos que, apenas no 3º grupo, identificamos uma maior produtividade do verbo de significação plena (20%) se comparado ao adjetivo em posição predicativa (13,3%); e a ausência de substantivos como meio de expressão da modalidade deôntica. No entanto, as diferenças quantitativas, no que tange aos meios de expressão, percebidas entre

um grupo e outro, são pequenas, o que nos respalda a asseverar ser o que encontramos na análise do *corpus* na sua totalidade um reflexo bem próximo do que ocorreu nos grupos individualmente.

No que concerne ao tipo de verbo auxiliar empregado, verificou-se uma maior frequência do verbo *dever* (36%) indicativo de obrigação (em afirmativas) e proibição (em negativas), conforme podemos constatar, respectivamente, nos exemplos a seguir:

30) Assim sendo, salvo melhor juízo, duas vertentes de análise devem ser observadas. [M v 1 m I I U 4 Y] Disc.41

31) Não se deve simplesmente bater o pé e dizer que quem é da base do Governo tem de votar de acordo. Não é assim. [e v 3 m I I U 8 Y] Disc.16

Com segunda maior frequência (24%), é utilizada a expressão *ter que/de*. Tal expressão também é característica do valor deôntico de obrigação, conforme vemos na ocorrência a seguir:

32) A reforma da nossa Previdência tem que ser feita e vai receber meu total apoio. [e v 1 x I I U 4 Y] Dis.16

O verbo *poder*, por sua vez, é utilizado em 23% das ocorrências, freqüentemente com valor de uma negação de permissão, isto é, de uma proibição. A ocorrência, abaixo, ilustra o que acabamos de mencionar:

33) Por tudo isso, não podemos votar o texto da reforma da Previdência Social sem antes discuti-lo com profundidade. [e v 3 x I I L 8 Y] Disc.16

O verbo *precisar* manifesta-se em 17% das ocorrências, indicando uma necessidade deôntica, ou seja, uma obrigação:

34) Quero falar, Sr. Presidente, sobre algumas incongruências que percebo no projeto, e esta Casa precisa se empenhar para aperfeiçoá-lo, para o bem da população brasileira e de suas entidades representativas. [e v 1 x I i U 4 Y] Disc.16

A diferença mais evidente entre as qualificações modais feitas nos discursos em que os oradores demonstram ser favoráveis à proposta e naqueles em que houve manifestação de desfavor ao conteúdo do texto em apreciação está no uso do verbo *dever*. Observamos que os oradores que se manifestam contrários à proposta fazem mais uso do modal *dever* (70%) em orações assertivas afirmativas, instaurando obrigações nas quais se incluem, segundo observamos no exemplo (35).

35) Devemos fazer emendas que possibilitem ao Governo brasileiro assegurar uma aposentadoria para quem trabalhou toda sua vida neste País. [bv1mIIU4Z] Disc.8

Por sua vez, os oradores que manifestam um posicionamento favorável à proposta utilizam, mais freqüentemente, o modal *dever* (66%) também em orações assertivas afirmativas, mas instaurando obrigações das quais se excluem, como podemos ver em (36).

36) Aqueles que radicalizam o discurso contra a reforma da Previdência dos servidores públicos parecem esquecer que a atual conjuntura acaba onerando absurdamente as finanças públicas, e, conseqüentemente deveriam ter eles esse discernimento, finda por impingir à grande maioria da sociedade brasileira, exatamente a que vive nas piores condições, a responsabilidade de garantir e financiar um sistema mal planejado de benefícios previdenciários. [ev1mIIU4Y] Disc.12

Quanto aos oradores que optaram por não adotar uma posição taxativa (contra/ a favor), estes se valeram, mais freqüentemente, de adjetivos em posição predicativa (60%), com destaque para a alta produtividade da expressão *é preciso*, tal como observamos em (37):

37) É preciso um correto diagnóstico dos problemas, para que se possa avaliar se realmente necessitamos reformar nosso Direito Positivo. A opinião pública vem sendo mobilizada, nos últimos 10 anos, a favor de algumas reformas. [Ma1mIIU4Y] Disc.41

Percebemos que, enquanto os oradores que se manifestaram contrários à realização da proposta, nos moldes emanados do Executivo, transmitiram ao auditório a imagem de disposição no que concerne a empreender tarefas necessárias à realização de alterações no

regime previdenciário benéficas à população; os que manifestaram posicionamento favorável valeram-se, com mais frequência, da imagem de cumpridores de seus deveres e utilizam o verbo *dever* na tentativa de mostrar à opinião pública o que compete a outrem realizar, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos (35) e (36).

Por sua vez, o uso do verbo *dever* não tem o mesmo destaque nos discursos nos quais os oradores optaram pela não manifestação de um posicionamento quer absolutamente contrário quer absolutamente favorável. Nestes, adjetivos em posição predicativa são mais recorrentes (*é preciso, é importante, é urgente, é necessário*). Por meio dessa expressão da modalidade deôntica, os oradores vestiram a máscara da conscienciosidade, ou seja, sem expressarem, diretamente, sobre quem recai a obrigação que estão a instaurar, mostraram-se preocupados com determinadas questões, as quais são por eles defendidas como relevantes à execução de mudanças no regime previdenciário, de fato, benéficas à sociedade. Ao colocar como foco central o que é preciso, urgente, necessário, importante... realizar, e não a quem compete realizar, o discurso perde a força do embate argumentativo entre grupos de posicionamento divergente e ganha um aspecto de “convocação à reflexão”, que constitui, sem dúvida, estratégia retórica de muita valia.

5.3. Valor deôntico instaurado

Conforme mencionamos ao expormos os parâmetros de análise do *corpus*, consideramos os valores de *obrigação, permissão e proibição* nesta investigação da análise deôntica. Na tabela, a seguir, apresentamos os percentuais dos valores deônticos no *corpus* em sua totalidade (tabela 03):

Obrigação		Permissão		Proibição	
N	%	N	%	N	%
151	80	6	3	32	17

Tabela 03 – Valores deônticos instaurados no discurso político

Constatamos a alta produtividade da instauração de obrigações por parte de todos os oradores (80%), o que é justificável se levarmos em conta o acirramento natural do embate

discursivo quando está em jogo demarcações de eleitorado. Todos os 513 parlamentares compartilham a mesma legitimidade oriunda do voto livre e secreto para atuar como autoridades legislativas e fiscalizadoras, o que os torna igualmente em condições de delegarem tarefas uns aos outros, a membros de outras instâncias e às próprias instâncias existentes na sociedade quando na defesa dos interesses da parcela da coletividade que representam. Os exemplos abaixo ilustram o que acabamos de mencionar:

38) Quero falar, Sr. Presidente, sobre algumas incongruências que percebo no projeto, e esta Casa precisa se empenhar para aperfeiçoá-lo, para o bem da população brasileira e de suas entidades representativas. [ev1xIiU4Y] Disc.16

39) Quanto ao grande e sofrido contingente de 19 milhões de pessoas que trabalham por conta própria ou sem remuneração, o Executivo e o Congresso Nacional estão lhes devendo aperfeiçoamento da reforma previdenciária, a fim de garantir um mínimo de proteção. [jV1mIiL1Y] Disc.25

40) Temos de apresentar uma proposta de reforma da Previdência que combata privilégios, que assegure direitos e que dê resposta aos nossos filhos que, se Deus quiser, trabalharão e precisarão de Previdência que tenha sustentabilidade. [bv1mIIL4Y] Disc. 7

Observamos que a obrigação presente no exemplo (38) é instaurada pelo orador e recai sobre a instituição a que o Deputado, que se mostrou contrário ao texto da proposta ao longo de seu discurso, pertence. No exemplo (39), temos um caso de instauração de obrigação por parte de um orador que não manifestou posicionamento taxativo em seu discurso. Este, ao optar por trazer à tona questões que, na sua concepção, precisam ser tratadas com maior profundidade, instaura obrigação que recai sobre a Câmara e o Senado (Congresso Nacional) e sobre o Poder Executivo. Em (40), o orador, favorável ao teor da proposta em discussão, instaura obrigação que recai sobre os parlamentares quais indivíduos, inclusive sobre si próprio. Percebemos, portanto, a alta produtividade da instauração de obrigações independentemente do posicionamento (taxativo – quer contrário, quer favorável – não-taxativo) adotado pelo orador.

Na tabela 04, na seqüência, vemos como os valores deônticos instaurados nos discursos políticos se distribuem nos grupos:

Grupos	Obrigação		Permissão		Proibição	
	N	%	N	%	N	%
1	36	86	2	5	4	9
2	48	75	4	6	12	19
3	26	87	0	0	4	13
4	41	77	0	0	12	23

Tabela 04 – Valores deônticos instaurados em cada grupo de discursos políticos

A alta produtividade da instauração de obrigações revelou-se, segundo nos mostra a tabela 04, em todos os grupos de discursos políticos. Podemos afirmar, desta feita, ser o discurso político em análise caracterizado pela instauração de obrigações, ora recaindo sobre instituições, ora sobre indivíduos, ora enfatizando a responsabilidade e, portanto, o compromisso, de toda uma classe, ora o de indivíduos em suas funções de representantes do povo etc.

A instauração de proibições, por seu turno, fez-se mais freqüente em discursos nos quais o orador manifesta não ser favorável ao conteúdo do texto em apreciação. Tanto o é que, das trinta e duas ocorrências de proibições encontradas no *corpus*, vinte e três se fizeram presentes em tais discursos. Na seqüência, trechos retirados de dois discursos de nosso *corpus* ilustram a atuação de expressões modalizadoras deônticas em seqüências que instauram proibições em discursos nos quais os oradores expressam sua não anuência ao texto em discussão:

41) Por tudo isso, não podemos votar o texto da Reforma da Previdência Social sem antes discuti-lo com profundidade. [ev3xIIL8Z] Disc.16

42) O que o inativo quer é simplesmente o cumprimento de um contrato, que não pode ser rompido unilateralmente pelo Governo, em benefício próprio. [ev3xIIx8Z] Disc.19

Ambos os trechos arrematam discursos mediante instaurações de proibições. Em 41, o orador, depois de todos os argumentos por ele apresentados como desabonadores do texto na conformação em que este chegou à Câmara, conclui não ser lícito que ele e seus pares votem o texto da Reforma do modo como ele se apresenta. Em (42), por sua vez, o orador arremata lembrando aos membros de seu auditório uma cláusula constitucional segundo a qual mudanças em contratos só podem ocorrer quando as partes neles envolvidas concordam, e os inativos não estão a concordar com as mudanças que o Governo propõe em seus contratos de trabalho. Percebemos que as proibições atuam no sentido de demarcar pontos considerados pelo orador como ilícitos, impróprios, prestando-se, muitas vezes, à denúncia. A alta produtividade de expressões proibitivas na conclusão dos discursos é, portanto, digna de nota, tanto o é que, das trinta e duas ocorrências presentes no *corpus*, quinze estão localizadas em trechos conclusivos, ou seja, nas palavras finais dos discursos.

No que diz respeito ao valor de permissão, este foi rarissimamente instaurado; fez-se presente em apenas três (Discursos 7, 11 e 16) dos 44 discursos de nosso *corpus*. Vejamos, abaixo, exemplos, de seqüências instauradoras de permissões para que possamos considerar em que medida atuam na construção da persuasão em discursos políticos:

43) Por experiência de vida, posso ter divergências e dúvidas em relação à Reforma da Previdência Social, mas a confiança que tenho no Governo Lula é extraordinariamente superior a qualquer dúvida que possa ter. [bv2lIII4Y] Disc.07

44) E se o problema é a falta de alternativas, posso citar a defendida pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Superintendente da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Kaizô Beltrão, um dos principais especialistas no assunto do País. [ev2tIIU4Y] Dis.11

Em (43), o orador, visando aproximar-se daqueles que demonstram ter uma opinião distinta da sua em relação à aceitação do texto da Proposta, concede-se o direito de divergir. Mesmo na condição de apoiador do Governo, o orador concede a si mesmo a possibilidade de discordar do texto proposto, mostrando, assim, aos que divergem que isso é natural, o que não deve abalar a confiança na proposta emanada do Executivo. Em (44), por sua vez, ocorre a instauração de sugestão. Diante da alegada inexistência de uma

proposta melhor do que a provinda do Executivo, o orador sugere a apreciação da alternativa por ele citada. Desta feita, o orador não está buscando aproximar-se de parte de seu auditório que dele diverge, mas está mostrando conhecimento do ponto sobre o qual está debatendo ao mesmo tempo em que procura evidenciar ao seu auditório ser falaciosa a alegação de não haver proposições capazes de substituir a que está sob análise. Enquanto em (43) uma concessão foi utilizada para efeito de aproximação entre partes discordantes, em (44) uma sugestão foi utilizada como mecanismo de contra-argumentação, visando pôr em xeque a análise divergente.

5.4. Obrigação, permissão e proibição: subtipos.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, para análise dos tipos de valores deônticos instaurados, utilizamos a proposta de Almeida (1988). Desta feita, na tentativa de flagrar as distintas e, por vezes, sutis nuances na instauração de valores deônticos, adotamos, parcialmente, a classificação de Almeida na análise das obrigações e proibições, caracterizando-as como dever transferido (*externas*) ou como dever autodestinado (*internas*), e, integralmente, na análise das permissões, analisando-as como *sugestão*, *concessão*, *autorização* ou *ordem*.

Quando, por ocasião da instauração de uma obrigação ou proibição, o orador recorre a atributos tradicionalmente cultuados, em nossa sociedade, como pertencentes aos homens de bem – justiça, coerência, lealdade, solidariedade – a fim de fundamentar, respaldar o valor instaurado, afirmamos estar diante quer de uma *obrigação interna*, quer de uma *proibição interna*. Valendo-se de um expediente lingüístico sugerido por Almeida, estaríamos diante de um enunciado que poderia ser parafraseado como *temos a obrigação de...* Somos, de fato, ensinados que temos a obrigação de compartilhar, de ponderar as conseqüências de nossos atos... (proceder moralmente desejável); por outro lado, ouvimos que temos a obrigação de não nos julgarmos superiores aos outros, de não agirmos deslealmente (proceder moralmente reprovável). Os exemplos (45) e (46) ilustram, respectivamente, obrigação interna e proibição interna:

45) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a *coerência* deve ser a bússola dos homens públicos de bem, que, apesar de não serem impedidos de rever posições ou *mudar de*

opinião ao longo de sua trajetória política, devem fazê-lo *de forma responsável*, sem se exporem ao ridículo ou ao constrangimento. [ev1mIIU4K] Disc.11

46) Realmente, de vez em quando, sinto-me envergonhado de ser Parlamentar. Por mais que discorde historicamente das posições do PT, tenho certeza de que ninguém pode praticar *estelionato eleitoral* para chegar ao Governo. Não é possível mandar cartas, discursar contra a reforma da Previdência e, quando aqui chega, apresentar uma proposta mais draconiana ainda do que seu antecessor! [Mv3mIIU4Y] Disc.33

Em (45), o orador fundamenta as obrigações que instaura em atributos consagrados por nossa sociedade como imprescindíveis a pessoas respeitáveis. *Temos a obrigação de ser coerentes e responsáveis e não mudarmos de posicionamento, oportunamente, se almejamos granjear um mínimo de credibilidade.* Quanto ao trecho (46), registramos a inexistência, no ordenamento jurídico brasileiro, de uma sanção institucionalizada para o que o orador denominou de *estelionato eleitoral*. Desta feita, ao instaurar as proibições presentes no trecho transcrito, o orador respalda-se no atributo moral da integridade; é consenso que, se um representante foi eleito por prometer fazer X, ao assumir a representação daqueles que o elegeram, ele *tem*, moralmente, *a obrigação* de fazer X, portanto, de ser íntegro. Existe a obrigação moral, há sanções que podem advir sobre ele (a perda da credibilidade, inviabilizando a continuidade na vida pública, por exemplo), mas não há um poder imperioso capaz de imediatamente sancionar um ocupante de cargo público que não agiu em consonância com suas promessas.

Por sua vez, quando o orador, ao instaurar uma obrigação ou proibição, recorre ao ordenamento jurídico, por exemplo, afirmamos ser a motivação do valor instaurado *externa*. Nós *somos obrigados a* obedecer à Norma jurídica. A força da Lei vigente em um País é tão imperiosa que, segundo o princípio constitucional da *inescusabilidade*, ninguém, nem mesmo um estrangeiro, pode alegar a ignorância sobre a existência de uma lei com o pretexto de justificar a sua não observância. Desta feita, enquanto existem sanções institucionalizadas que recaem sobre alguém que descumpra um contrato lavrado em cartório, por exemplo, daí *sermos obrigados a* honrar algo juridicamente acordado, não há uma força imperiosa que obrigue alguém a, por exemplo, ser solidário, embora nossa

sociedade dissemine (via religião, educação formal) que temos a obrigação de agirmos solidariamente. Os trechos, abaixo, ilustram, respectivamente, a obrigação externa e a proibição externa:

47) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os debates nas audiências públicas promovidas pela Comissão Especial que aprecia a reforma da Previdência Social e os que se realizam nos mais diferentes pontos do País estão demonstrando a absoluta necessidade de revisão, por parte do Governo, de dispositivos constantes de sua proposta original. [Ms1xiiU4K] Disc.38

48) Os servidores públicos têm direitos e não podem arcar sozinhos com a conta da Previdência. [bv3xIIU8Y] Dis.06

Em (47), a obrigação instaurada tem por fundamentação o próprio processo legislativo. Se os debates nas audiências promovidas pela Comissão instituída para apreciar o texto da Reforma, bem como os realizados externamente à Câmara, com a sociedade, indicam a necessidade de rever pontos do texto em discussão, os parlamentares *são obrigados* a agir em conformidade com o que o processo de discussão está evidenciando; caso contrário, o proceder legislativo pode ser considerado inconstitucional, portanto nulo. Em (48), a proibição instaurada respalda-se na questão legal. Os direitos que os servidores têm, segundo o orador, inviabilizam modificações no sistema previdenciário que resultem em os servidores terem de arcar, sozinhos, com o ônus da dívida da Previdência.

Em termos quantitativos, constatamos que, das 151 seqüências instauradoras de obrigações presentes em nosso *corpus*, 83 (55%) foram analisadas como internas e 68 (45%) como externas. Quanto às proibições, das 32 seqüências constantes em nosso *corpus*, 24 (75%) foram consideradas internas e 08 (25%) externas.

Para melhor compreensão da alta produtividade da motivação interna do valor deôntico instaurado na construção da argumentação em discursos políticos, é relevante considerarmos, mesmo que sucintamente, o conceito de *topoi* presente em Ducrot (1990). Os *topoi* são princípios argumentativos pressupostos, lugares comuns que, por si mesmos, consistem numa interpretação do mundo e têm força persuasiva pelo fato de constituírem uma sabedoria aceita por muitos, daí terem autoridade. Consideremos o enunciado “a

coerência deve ser a bússola dos homens públicos de bem” sob a ótica da concepção argumentativa da linguagem a fim de entendermos de que modo o conceito de *topoi* se aplica em nosso trabalho.

A concepção argumentativa da linguagem entende que o sentido argumentativo da linguagem não é psicológico, antes consiste na colocação das coisas em certa perspectiva. Desta feita, não faz sentido dizer que é falsa ou verdadeira a frase “*a coerência deve ser a bússola dos homens públicos de bem*”, pois seu sentido está na intenção do orador de conduzir o auditório à aceitação de uma, entre muitas, conclusões. Uma das possibilidades caminharía na seguinte condução dos argumentos: Se a coerência deve ser a bússola dos homens públicos de bem (lugar comum), se os membros do Partido dos Trabalhadores mostram-se incoerentes (é o que, de fato, o orador procura evidenciar ao longo de seu discurso), estes são homens públicos mal-intencionados, portanto, indignos da aceitação público.

Percebemos que, ao recorrerem à necessidade de coerência por parte do homem público, à necessidade de construção de uma sociedade mais justa, ao dever cidadão de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário para as próximas gerações, à necessidade de inclusão dos menos afortunados, à inaceitabilidade da ascensão ao poder via mentira, entre outros expedientes, os oradores estão valendo-se de *topoi*. Os *topoi* são valorosos à condução da conclusão a que o orador deseja fazer seu auditório chegar na medida em que estabelece como ponto de partida algo cuja aceitabilidade é tão difundida que, dificilmente, será aspecto controverso para qualquer que seja o membro da sociedade no período histórico em que a argumentação está sendo proferida.

Desta feita, a alta produtividade do tipo interno não nos surpreendeu. Afinal, na disputa pelo eleitorado (mesmo não sendo período oficial de palanque; quando a discussão recebe grande atenção por parte da mídia, o que torna o posicionamento dos parlamentares alvo de crítica ou de elogio, ela se torna, sim, delimitadora de eleitorado), o discurso visceral, que faz do orador um paladino dos sentimentos nobres e um ardoroso combatente dos valores tradicionalmente reprováveis pela sociedade, é muito utilizado por políticos.

Ao analisarmos os tipos de permissões, valendo-nos da classificação proposta por Almeida (1988), segundo mencionamos, constatamos a existência, em nosso *corpus*, dos tipos concessão e sugestão. Os exemplos, a seguir, ilustram ambos os tipos:

49) Mas hoje me permito falar da reforma da Previdência Social. [ev2tpIIL4K] Disc. 16

50) Com a proposta do Governo em mão, poderemos apresentar as nossas. O Governo apresentará um projeto, ao qual estou disposto a votar favoravelmente. Mas, se pudermos apresentar emendas, esta é a Casa e o espaço que finalmente decidirá o verdadeiro encaminhamento. [bv2niIL4Z] Disc.07

Em (49), temos a instauração de uma concessão; o próprio orador concede a si permissão para versar sobre a Reforma da Previdência ao invés de sobre outras questões. Esse trecho está localizado nas palavras introdutórias do orador, portanto atuando como delimitador do assunto a ser considerado. Em (50), temos a instauração de uma sugestão. O orador, que claramente defende o texto emanado do Executivo na íntegra, a fim de não transparecer autoritarismo, traz à tona o direito outorgado pela Constituição aos parlamentares, que podem, sim, emendar um texto em apreciação. É como se ele dissesse que não há imposição da parte do Governo. É muito mais fácil olhar com simpatia algo que não nos é imposto. Assim, mediante a sugestão, o orador evidencia maleabilidade. Essa qualidade é reforçada, ainda, pela inclusão do orador entre aqueles a quem a Constituição permite apresentar emendas a propostas, pois, ao utilizar o verbo *poder* na 1ª pessoa do plural, o orador, que, segundo depreendemos do todo do seu discurso, parece não ter ressalvas ao texto emanado do Executivo, pois a ele manifesta anuência plena, aproxima-se daqueles que desejam propor modificações ao texto.

5.5. Fonte e Alvo deôntico no discurso político

O valor deôntico instaurado pode ser percebido como proveniente quer de um *indivíduo* quer de uma *instituição*, e este valor, por sua vez, pode recair sobre um indivíduo ou uma instituição. Vejamos, na seqüência, trechos do *corpus* ilustrativos do que acabamos de asseverar:

51) Devo dizer que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está se mostrando absolutamente inábil não só na condução desse processo, mas também no enfrentamento de todas as questões brasileiras, talvez por ser a primeira vez que seu partido assume o comando do País. [Mv1mIIL4K] Disc 42

52) A partir deste momento, *a Casa* tem a responsabilidade de aprofundar o debate e fazer as emendas necessárias para adequar o projeto às discussões e idéias representadas por cada um de nós, membros do Poder Legislativo. [bs1xIiU4K] Disc.08

53) Em 2002, a sociedade destinou R\$ 17 bilhões para financiar o déficit do Regime Geral de Previdência Social RGPS, complementando o pagamento de 19 milhões de benefícios, e, no mesmo período, teve de destinar R\$ 39 bilhões para complementar o pagamento de apenas 3,2 milhões de servidores públicos. [ev1xiiU4Y] Disc.12

Em (51), o indivíduo, orador, é, a um só tempo, fonte e alvo da obrigação instaurada. Estamos diante de uma obrigação de cunho moral (afinal não há força externa que obrigue o orador a admitir publicamente a inabilidade de seu próprio partido) instaurada pelo orador que recai sobre si próprio. Ele se manifesta como estando compelido a admitir as falhas do seu partido. Em (52), o orador instaura obrigação que recai sobre a instituição a qual pertence (a Casa). Em (53), o orador dá a conhecer ao seu auditório uma realidade visando instigar a revolta e mover aqueles que o escutam a abraçar a defesa da Reforma nos moldes propostos pelo Executivo, como o orador o quer. Para tanto, alude a uma obrigação instaurada pelo próprio sistema Previdenciário brasileiro na sua atual conformação; este legou à sociedade (instituição), nas palavras do orador, a pesada obrigação de ter de destinar 39 bilhões para complementar o pagamento de apenas 3,2 milhões de servidores públicos.

As funções persuasivas a que se prestam as escolhas da fonte e do alvo são de extrema relevância. Constatamos, por exemplo, que, quando o orador se deixa perceber, ao mesmo tempo, como a fonte a instaurar obrigação de cunho moral e o alvo sobre o qual recai o valor instaurado, ele se reveste da máscara da honestidade, como no exemplo (51). Ele se apresenta como aquele que reconhece a existência de falhas ou como aquele que precisa fazer uma dada declaração etc. Essa estratégia, presente em vários discursos de nosso *corpus*, principalmente na introdução dos discursos, arrefece um possível ímpeto belicoso dos membros do auditório que manifestam posicionamento contrário ao do orador, tornando, assim, possível a este desenvolver seu ponto de vista com uma maior probabilidade de ser ouvido; afinal, ele já iniciou sua fala estabelecendo um elo entre ele e aqueles que tenderiam a não admitir as idéias que ele exporá. Quando o orador instaura

valor que apenas indiretamente recai sobre si e seus pares, como no exemplo (52), optando por enfatizar a responsabilidade de uma instituição, ele se livra do desgaste de ter “apontado o dedo” para um grupo partidário em específico, para um membro de grupo partidário etc. A opção pelo alvo instituição faz recair o peso da obrigação sobre um todo. Quando o orador, por seu turno, dá voz a um valor instaurado por alguém ou por uma instituição, como no exemplo (53), ele geralmente o faz para respaldar o posicionamento que está a defender. Os valores deônticos percebidos em nosso *corpus* como não provenientes da voz do orador, mas citados por ele, mostraram-se ser poderosas “âncoras” à construção da defesa do ponto de vista do orador, pois atuam no sentido de adicionar informação ao conhecimento pragmático dos membros da audiência.

Destacamos que a identificação tanto do alvo quanto da fonte como individual ou coletiva nem sempre é ponto pacífico; daí estarmos a falar em como percebemos a origem ou o alvo do valor deôntico instaurado, respaldados, obviamente, no co-texto e contexto dos discursos em análise. Seguem-se exemplos por meio dos quais explanaremos a dificuldade por nós percebida por ocasião da identificação dos tipos de fonte e alvo bem como o proceder metodológico que adotamos:

54) Cabe ao Governo, portanto, adotar medidas capazes de evitar o pânico que ora se instala na classe média quanto ao futuro e rever posicionamentos fixados na reforma da Previdência que vão provocar graves perdas de renda nas futuras aposentadorias e pensões desse importante segmento da população. [eV1xIiU4Z] Disc15

55) Temos que ver como se vai fazer a reforma e como se vai cobrar. [ev1xIIL4Y] Disc.16

56) É inadmissível a manutenção da atual situação. [ea3mIIU4Y] Disc.12

Os dois primeiros exemplos, (54) e (55), não nos apresentam problemas em termos de identificação dos tipos de fonte e alvo, pois estes se encontram claramente expressos ou facilmente depreendidos. Em ambos, percebemos o indivíduo orador como a fonte da qual emana o valor instaurado; em (54), o alvo é a instituição Governo (expresso) e, em (55), o alvo são indivíduos (parlamentares), segundo depreendemos da utilização do verbo na 1º

Em termos porcentuais, dos 189 trechos modalizadores deônticos presentes em nosso *corpus*, 85% tiveram indivíduos como fonte da qual emana o valor instaurado. No que concerne ao alvo, 25% dos valores instaurados recaíram sobre indivíduos. A alta produtividade da ausência de marcas indicativas daquele/ daquilo sobre o qual recai o valor instaurado se fez notar em 65% das ocorrências. Em apenas 10% das ocorrências foram percebidas instituições como alvo.

Percebemos a alta produtividade de indivíduos como fonte de valores deônticos e alta produtividade da inexistência de marcas indicativas do alvo. Se indicar como alvo uma instituição, segundo comentamos acima, já permite ao orador fazer recair o valor deôntico instaurado apenas indiretamente sobre si e seus pares, utilizar-se apenas de expressões como “É inadmissível”, presente em (56), sem indicar a quem compete alterar a situação denunciada, soa como um eco de revolta, um extravasamento. Há um forte efeito retórico nesse tipo de enunciado, e um baixo comprometimento com o encaminhamento das ações necessárias.

Ainda sobre o alvo deôntico, deixamos claro que, quando asseveramos a *ausência* de uma marca que nos indique ser o alvo um indivíduo ou instituição não estamos postulando sua inexistência; trata-se de um modo de dizer que diminui responsabilidades. Ressaltamos que, no estudo, não interessa a existência real do alvo. A argumentação fundamenta-se na linguagem, nesse modo, o falante opta por não explicitar o alvo, o que tem como efeito a diluição das responsabilidades.

5.6. Comportamento do orador quanto ao valor deôntico instaurado

Ao analisarmos o alvo sobre o qual recai o valor deôntico instaurado na oratória parlamentar, procuramos observar o comportamento do orador em relação à sua aproximação ou afastamento do alvo. Os exemplos, a seguir, ilustram, respectivamente, a exclusão³⁹ e a inclusão do orador:

³⁹ Não se trata, propriamente, de uma exclusão do orador do alvo sobre o qual incide o valor instaurado, mas de uma não-inclusão explícita do orador no alvo deôntico.

57) Cabe ao Governo, portanto, adotar medidas capazes de evitar o pânico que ora se instala na classe média quanto ao futuro e rever posicionamentos fixados na reforma da Previdência que vão provocar graves perdas de renda nas futuras aposentadorias e pensões desse importante segmento da população. [eV1xIiU4Z] Disc.15

58) Este é o debate que devemos fazer com responsabilidade neste Parlamento. [b v 1 m I I U 4 Z] Disc.8

Em (57), temos a exclusão do orador da incidência do valor instaurado. Observamos, com frequência, em nosso *corpus*, a utilização do termo *Governo* fazendo referência à esfera do Executivo, daí os parlamentares (esfera legislativa) naturalmente se excluírem desse alvo. Em (58), observamos a inclusão do orador que, juntamente com os demais parlamentares, se coloca entre os que têm de debater o assunto em tela. Ambas as opções exclusão/inclusão mostram-se relevantes à construção da persuasão em discursos políticos. Conforme já mencionamos, ao incluir-se entre aqueles a quem compete a execução de uma dada tarefa, o orador apresenta-se à sua audiência como tendo disposição para fazer o que necessário for; ao excluir-se, ele mostra não está diretamente relacionado à execução de determinada tarefa, mas apresenta-se como disposto a lutar para que aqueles a quem compete realizá-la assim o façam.

Constatamos a alta produtividade da exclusão em nosso *corpus*. Dos 189 trechos modalizadores deônticos nele presentes, em 48 (25%) flagramos a inclusão do orador e, em 141 (75%), a exclusão. A alta frequência da exclusão não nos surpreendeu, afinal, apresentar-se à opinião pública como alguém que já arcou com o ônus que lhe competia na execução de uma tarefa, ou levar a audiência a crer que a competência para a realização de algo é de outrem, cabendo-lhe denunciar e cobrar, atenua a pressão por parte do auditório sobre a figura do orador e a transfere a outros indivíduos ou a instituições. Por se tratar de embate político sobre tema controverso, envolvendo muitos e diversos interesses e interessados, retirar de sobre os ombros o peso de ter de adotar publicamente um posicionamento gerador de impopularidade quer com aqueles que lutavam pela aprovação do projeto, quer com os que torciam por seu engavetamento, mostrou-se estratégia recorrente.

Ao relacionarmos os parâmetros tipo de alvo deôntico (ausência de marca/ instituição/ indivíduo) e comportamento do orador quanto ao valor deôntico instaurado (inclusivo/ não-inclusivo), chegamos a uma segunda escala de comprometimento com a responsabilidade de agir ou de indicar quem deve agir que, assim como a anterior, caminha no sentido de um menor para um maior comprometimento, segundo ilustração na seqüência:



5.7. Tipo de frase

Dada a relevância da pergunta retórica para efeito de persuasão, bem como de frases exclamativas, capazes de enfatizar a perplexidade do orador ante a uma faceta do tema considerado, supúnhamos que esses tipos frasais seriam recorrentes em nosso *corpus*. No entanto, esses tipos não foram encontrados nos discursos que analisamos. Constatamos a predominância de asserções afirmativas e de asserções negativas, ambas de cunho imperativo, o que condiz com o fato de ser a modalidade deôntica possuidora de uma conotação muito forte de ordem, pedido ou conselho.

Das 189 expressões da modalidade deôntica constantes em nosso *corpus*, 158 (84%) se fizeram presentes em asserções afirmativas, apenas 31(16%) em asserções negativas; sendo que, destas, em 28 (91%), percebemos o operador de negação incidindo sobre o modal. Os exemplos, abaixo, ilustram, respectivamente, asserções afirmativas e asserções negativas:

59) Precisamos acabar com a idéia de que aposentadoria é benesse do Estado. É obrigação! É cumprimento de um direito comprado pelo cidadão. [ev1xIIL4Y] Disc.19

60) Além da definição de um teto para os proventos, a reforma não poderá deixar de tocar em pontos que ainda são herança do Estado patrimonialista, entre eles a acumulação da aposentadoria e o recebimento simultâneo de proventos oriundos do exercício do mesmo cargo. [Mv3mIiU8Y] Disc.39

Constatamos ser o discurso político em análise predominantemente constituído por frases assertivas nas quais percebemos um tom de chamada à ação, de conselho, portanto faz-se notar o imperativo fraco. Não há ocorrência de injunções, imperativo forte. O fato de serem todos os parlamentares igualmente autoridades legitimamente constituídas justifica a não existência de ordens diretas instauradas uns sobre os outros e, nos casos em que o valor deôntico instaurado recai sobre indivíduos que não os próprios parlamentares, percebemos a predileção da estratégia da não delegação direta de demandas, considerada agressiva por muitos, daí a ausência de injunções.

5.8. Localização da seqüência modalizadora no discurso

Para efeito de análise do modo de atuação das seqüências modalizadoras deônticas na oratória política, procuramos verificar em que pontos no contínuo discursivo as expressões em análise se fizeram mais freqüentes e que funções exerceram de forma mais acentuada.

Percebemos que, em suas palavras iniciais, os oradores, após dirigirem-se à Mesa da Câmara e aos seus pares presentes em plenário, costumam introduzir o tema central de sua fala, geralmente em tom de denúncia, e, para este fim, as expressões modalizadoras deônticas foram bastante recorrentes, segundo podemos observar no exemplo abaixo:

61) Exmos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por trás dos números que fundamentam a urgência da Reforma previdenciária, há realidades que precisam ser contempladas por nós, legisladores, e pelo Governo, para que situações, já insustentáveis, não se tornem cruéis. [bs1xIIU4K] [bv1mIiU4K] Disc.6

Mediante um substantivo e um verbo auxiliar modal, respectivamente, *urgência* e *precisar*, o orador inicia sua fala instaurando obrigações que recaem tanto sobre os legisladores quanto sobre o Executivo (Governo). E ele o faz em tom de denúncia, pois a

sanção para a não observância das questões sobre as quais ele irá versar já se faz clara na introdução do discurso: *para que situações, já insustentáveis, não se tornem cruéis*. Após essa introdução que visa causar impacto, o orador passa, então, a discorrer sobre essas realidades que, em suas palavras, *precisam ser contempladas*. Registramos que, ao longo de nosso *corpus*, detectamos a presença de 36 expressões modalizadoras deônticas atuando na introdução dos discursos.

Delimitado o enfoque mediante o qual o assunto será considerado pelo orador, este passa ao seu desenvolvimento. Nesse ponto do contínuo discursivo, fez-se notar, com maior intensidade, a presença de expressões modalizadoras deônticas; registramos a presença de 117 dessas expressões nessa posição em todo o *corpus*. Observemos seu modo de atuação no exemplo que se segue:

62) É fundamental que se assegure um princípio básico de qualquer modelo ou estrutura legal, isto é, o da garantia jurídica. Isso significa, Sr. Presidente, que para os atuais servidores devem prevalecer as regras pactuadas por eles nos contratos firmados com o Estado, quando ingressaram no serviço público. Portanto, a integralidade das aposentadorias e a paridade nos reajustes para aposentadorias e pensões com os da remuneração na ativa precisam ser mantidas, por uma questão de justiça e de garantia jurídica. O mesmo deve ocorrer com a contribuição dos inativos. [M a 1 x I I U 4 Y] [M v 1 x I I U 4 Y] [M v 1 x I I U 4 Y] [M v 1 x I I U 4 Y] Disc.38

No intento de posicionar-se acerca de um ponto específico da proposta, a necessidade de manutenção das regras firmadas entre Governo e funcionários públicos quando estes assumiram suas funções, o orador utiliza-se de expressões modalizadoras deônticas que atuam no sentido de reforçar a obrigação instituída pelo texto constitucional, o qual reza ser fundamental a manutenção da garantia jurídica. Percebemos que a alta produtividade de expressões modalizadoras deônticas no desenvolvimento dos discursos atua ou como recurso enfático, ou como meio de organização de diversos pontos distintos a serem discutidos pelo orador, de modo que cada ponto considerado apareça no discurso como escopo de uma expressão modalizadora deôntica.

Defendido seu ponto de vista, é hora de arrematá-lo. Geralmente os oradores o fazem mediante breve retomada das questões centrais. Em todo o *corpus*, detectamos a

presença de 36 expressões modalizadoras deônticas atuando no fechamento dos discursos. Vejamos exemplo na seqüência:

63) Feitas essas considerações preliminares, acho que devemos nos dedicar ao processo de elaboração final do projeto, tendo em vista o devido respeito ao servidor público, de todas as instâncias, e o reconhecimento de que há, sim, carreiras estratégicas no Estado, portanto o combate a privilégios e demasias não pode significar a desqualificação do servidor público. [Mv1mIIL4Z] [Mv3mIIU8Z] Disc.40

O ponto central defendido pelo orador ao longo de sua fala, a saber, o respeito que se deve ao servidor público, é trazido novamente à tona nas palavras conclusivas do discurso mediante a instauração de uma obrigação e de uma proibição. Desta feita, ele assegura aos seus ouvintes que se dedicará à elaboração do projeto de Reforma sem, contudo, admitir a desqualificação do servidor público.

5.9. Marcas de asseveração da força ilocucionária

De acordo com Hengeveld (1988), a asseveração atua no sentido de reforçar imposição ou autoridade, enquanto a atenuação é utilizada no sentido contrário, propiciando, assim, a primeira, uma maior exposição do falante; a segunda, uma preservação de sua face.

Ao analisarmos as expressões da modalidade deôntica presentes no *corpus*, percebemos a presença de alguns expedientes lingüísticos que corroboram para tornar a força ilocucionária de valores instaurados mais intensa. A esses estamos chamando de *marcas de asseveração*.

Exercendo a função de intensificadores, destacamos a atuação de advérbios, a repetição do meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica e o uso do verbo no futuro do pretérito.

Das 189 expressões da modalidade deôntica presentes no *corpus*, em quatro, detectamos a presença de advérbios atuando como intensificadores da força ilocucionária do valor deôntico instaurado. Na seqüência, registramos trechos de discursos nos quais há presença de advérbios:

64) A proposta de universalizar a contribuição previdenciária pode ser considerada inovadora, compatível com os padrões da modernidade, mas é preciso garantir que os recursos *efetivamente* sejam canalizados para a instituição. [e a 1 m I i U 4 Z] Disc.17

65) Deixei muito claro que sou inteiramente contra os privilégios garantidos a alguns poucos pela atual legislação, os quais, portanto, devem ser *rigorosamente* eliminados. [M v 1 x I I U 4 K] Dic.38

66) Essa é, sim, tarefa do nosso partido, que ao longo dos anos consolidou-se pelas lutas populares, pela organização sindical, pelo debate com a sociedade na discussão sobre o papel do Estado, sobre como deveríamos atuar na relação do Estado com os servidores públicos, particularmente os federais. [M a 1 m I i L 4 K] Disc.34

67) Não me vou ater aos números nem à falta de recursos para honrar o compromisso solene que o Governo assumiu com quem trabalhou pelo menos 35 anos e que quando chega ao portal da aposentadoria tem ainda que enfrentar diversos entraves burocráticos para conseguir o benefício. [b v 1 x i I U 4 k] Disc.2

Nos exemplos acima, notamos a presença de operadores argumentativos (efetivamente, rigorosamente, sim, ainda), atuando sobre adjetivos e substantivos em posição predicativa (é preciso, é tarefa) e sobre verbos auxiliares modais (dever, ter que). A atuação de tais operadores como intensificadores é facilmente percebida mediante o recurso da supressão de tais dos respectivos enunciados em que se fazem notar. Caso o orador tivesse optado por declarar que “Essa é tarefa do nosso partido”, ao invés de por expressar que “Essa é, *sim*, tarefa do nosso partido”, conforme observamos em (66), por exemplo, não haveria prejuízo à instauração do valor de obrigação, mas o impacto a que se presta a enunciação na conformação escolhida pelo orador estaria indelevelmente prejudicado.

Percebemos que a opção pela intensificação da força ilocucionária do valor instaurado é importante recurso à construção da persuasão em discursos políticos à medida que põe em relevo determinados pontos do discurso e permite ao orador estabelecer crítica de modo sutil. Senão, vejamos. Em (64), ao mencionar que “é preciso garantir que os recursos *efetivamente* sejam canalizados para a instituição”, o orador, ao mesmo tempo em

que concede destaque ao ponto central de seu discurso, critica o modo como se dá o repasse de verbas dos cofres públicos para o caixa da previdência; ele está apontando para a existência de desvios parciais. Em (65), por seu turno, ao declarar que privilégios “devem ser rigorosamente eliminados”, mais uma vez, temos o destaque à questão central do discurso e a crítica a iniciativas anteriores que se mostraram incapazes de atuar com o rigor defendido pelo orador como necessário. Em (66), o *sim* presente no enunciado “Essa é, *sim*, tarefa do nosso partido”, abre a possibilidade de interlocução bem-sucedida entre o orador, membro do Partido dos Trabalhadores, e os membros de partidos que se opõem ao Governo na medida em que enfatiza como corretas as cobranças dos oposicionistas em torno das obrigações que recaem sobre o PT. Em (67), ao mencionar que, ao chegar ao portal da aposentadoria o trabalhador “tem *ainda* que enfrentar diversos entraves burocráticos para conseguir o benefício”, o orador está pondo em relevo o quão desumano é o tratamento dispensado ao trabalhador pela atual conformação do sistema previdenciário. É o tipo de informação denunciadora, mediante a qual a revolta é insuflada; sentimento excelente à aceitação da necessidade de reformulação que será proposta pelo orador a partir desse ponto do discurso.

Outro mecanismo de intensificação da força ilocucionária do valor deôntico instaurado bastante recorrente em nosso *corpus* é a repetição do meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica. Na seqüência, registramos uma ocorrência desse recurso enfático para efeito de ilustração e análise:

68) Temos que discutir um pouco mais. O meu partido está discutindo... Temos que ver como se vai fazer a reforma e como se vai cobrar... Além do mais, temos que discutir aqui também o problema do professor... . O salário pago aos professores no Brasil é um dos piores do mundo. E eles ainda terão de ficar 35 anos trabalhando?! Aí, não! Temos que discutir isso também. Quero que o Presidente Lula, o Ministro José Dirceu e Eduardo Campos tomem conhecimento deste meu pronunciamento, no qual afirmo que temos de discutir a Previdência Social. Disc.16

No trecho (68), a ênfase é realizada mediante dois expedientes, a saber, a repetição do verbo auxiliar modal *ter que/de* e a paráfrase. Percebemos que o orador realiza uma

espécie de pausa em seu discurso e dirige-se à Mesa diretora, para a qual externa seu desejo de que os próceres do Executivo tomem conhecimento do seu posicionamento, parafraseando idéia por ele defendida ao longo de todo o discurso, a saber, “temos de discutir a Previdência Social”. Registramos que, no discurso número dezesseis do nosso *corpus*, do qual extraímos o trecho acima, foram percebidas 26 expressões modalizadoras deônticas, sendo, portanto, o recurso à ênfase por meio da repetição de um mesmo meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica acentuadamente explorado pelo orador, mediante o qual ele se apresenta como árduo defensor de um determinado ponto de vista.

Na defesa de pontos de vista, valem-se os oradores também do efeito enfático propiciado pelo encadeamento do mesmo meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica em expressões, alternadamente, afirmativas e negativa, conforme ilustra o trecho abaixo:

69) De fato, os privilegiados existem, e para eles deve haver uma legislação mais rigorosa, que elimine tais privilégios. Não se deve dizer que toda a classe trabalhadora é privilegiada. [b v 1 m I I U 4 Y] [b v 3 x I I U 8 Y]Disc.03

Podemos dizer, em termos de transmissão de conteúdo, que o orador teria manifestado seu ponto de vista se tivesse simplesmente dito que “...os privilegiados existem, e para eles deve haver uma legislação mais rigorosa, que elimine tais privilégios”. Afinal, nesse primeiro enunciado, já está presente a idéia de que não é toda uma classe que é privilegiada, pois o orador diz que sobre “eles” (indivíduos), não sobre toda uma classe, deve recair uma legislação mais rigorosa. O enunciado na seqüência parece-nos, portanto, predominantemente enfático. Destacamos, também, sua atuação como elemento de denúncia, na medida em que atua no sentido de mostrar que está havendo uma deturpação do que sejam as reais condições da classe trabalhadora no serviço público brasileiro. A denúncia, que também atua como uma chamada indireta aos que estão propalando a idéia rechaçada pelo orador, atua como elemento conclusivo.

No que concerne ao uso do verbo no futuro do pretérito, este se apresenta como recurso de asseveração da força ilocucionária do valor deôntico instaurado em alguns

discursos de nosso *corpus* na medida em que torna a crítica mais mordaz. Vejamos como isso se dá mediante análise dos exemplos a seguir:

70) A Previdência sempre foi, ou deveria ter sido, patrimônio dos trabalhadores e, portanto, intocável. Ocorre que os trabalhadores nunca foram chamados para administrar os recursos advindos de suas próprias contribuições. [j v 1 m I i U 4 K] Disc.27

71) Uma nova e infeliz resposta veio ontem com o discurso do Presidente, que diz que ninguém nem nada será capaz de deter seu ímpeto reformista. Numa atitude absolutamente antidemocrática e messiânica, desafiou a Constituição, o Congresso Nacional, o Judiciário e a população brasileira, mostrando uma coragem que, infelizmente, deveria ter mostrado perante o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o FMI, mas não o fez. [j v 1 m I I U 4 Y] Disc.29

Apontando para uma futuridade em relação a um tempo passado, o verbo no futuro do pretérito assinala, em (70) e (71), o não-cumprimento de uma obrigação. Ao declararem que a “Previdência deveria ter sido patrimônio dos trabalhadores”, em (70), ou que o Presidente brasileiro “deveria ter mostrado coragem perante o Presidente dos Estados Unidos”, em (71), os oradores estão, respectivamente, denunciando os gerenciadores do dinheiro público por incompetência administrativa e denunciando a subordinação do Presidente da República ante aos poderosos e suas instituições. Exatamente por incidir sobre atitudes futuras em relação ao passado, essas críticas são mais contumazes, pois, mesmo que os atingidos pelas denúncias ajam no sentido de atuarem na reversão das características a eles atribuídas, respectivamente, ingerência da coisa pública e subserviência ao poder do capital, ainda assim, não poderão apagar o fato de não terem cumprido com as obrigações que sobre eles recaíram anteriormente. A única defesa contra a crítica incidente sobre o futuro em relação a um tempo passado é a alegação de não descumprimento do dever que lhe era devido, afinal, só podemos agir sobre o futuro em relação a um tempo presente.

5.10. Síntese

Nesse capítulo, dedicado à análise e discussão dos dados, procuramos verificar os modos de atuação da modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos.

No subtópico inicial, *Grupo de discurso: etapas de discussão da reforma*, ao relacionarmos a frequência de uso de expressões da modalidade deôntica com a etapa de discussão da reforma na qual o discurso foi proferido, confirmamos a existência de um elo entre pressão social sobre os oradores e frequência de uso de expressões deonticamente modalizadoras. Quanto mais decisiva a etapa da discussão se mostrava ser, mais frequentemente os oradores utilizaram-se de expressões modalizadoras deônticas em seus discursos, o que evidenciou o uso estratégico desse recurso lingüístico por parte dos oradores.

No segundo subtópico, *Meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica*, pudemos constatar a alta produtividade de verbos auxiliares modais como meio de expressão da modalidade deôntica em discursos políticos, destacando-se entre os modais o verbo *dever*. Observamos que, embora se utilizando dos mesmos meios lingüísticos de manifestação da modalidade deôntica, há diferenças entre as qualificações modais feitas pelos oradores a depender do modo como se posicionaram ante ao tema em discussão. Assim, enquanto os oradores que manifestam um posicionamento favorável à proposta de reforma de previdência utilizam, com mais frequência, o modal *dever* em orações assertivas afirmativas instaurando obrigações nas quais se excluem, os oradores que se manifestaram contrários à proposta fazem mais uso do verbo modal *dever* em orações assertivas afirmativas instaurando obrigações nas quais se incluem. Por sua vez, os oradores que não adotaram uma posição nem contra, nem a favor valeram-se mais intensamente de adjetivos em posição predicativa. As diferenças entre as qualificações modais se revelaram importantes estratégias argumentativas na medida em que transmitem aos ouvintes imagens distintas dos oradores.

No terceiro tópico, *Valor deôntico instaurado*, constatamos a alta produtividade da instauração de obrigações por parte dos oradores. Das 189 ocorrências de expressões modalizadoras deônticas presentes no *corpus*, em 151 fez-se notar o valor de obrigação; em 32, o valor de proibição e, em 6, o de permissão. Pudemos afirmar, desta feita, ser o

discurso político em análise caracterizado pela instauração de obrigações, ora recaindo sobre instituições, ora sobre indivíduos, ora enfatizando a responsabilidade e, portanto, o compromisso, de toda uma classe, ora o de indivíduos em suas funções de representantes do povo etc.

No quarto tópico, *Obrigação, permissão e proibição: subtipos*, expusemos a alta produtividade do subtipo interno tanto de obrigação quanto de proibição. Quando à permissão, rarissimamente empregada, percebemos a presença dos subtipos concessão e sugestão. A alta produtividade do tipo interno não nos surpreendeu. Afinal, na disputa pelo eleitorado, o discurso visceral, que faz do orador um paladino dos sentimentos nobres e um ardoroso combatente dos valores tradicionalmente reprováveis pela sociedade, é muito utilizado por políticos.

No quinto tópico, *Fonte e alvo deôntico no discurso político*, constatamos, em termos percentuais, que, dos 189 trechos modalizadores deônticos presentes em nosso *corpus*, 85% tiveram indivíduos como fonte da qual emana o valor instaurado. No que concerne ao alvo, 25% dos valores instaurados recaíram sobre indivíduos. A alta produtividade da ausência de marcas indicativas daquele/ daquilo sobre o qual recai o valor instaurado se fez notar em 65% das ocorrências. Em apenas 10% das ocorrências foram percebidas instituições como alvo. Percebemos a alta produtividade de indivíduos como fonte de valores deônticos e alta produtividade da inexistência de marcas indicativas do alvo. Em termos qualitativos, ponderamos que, se indicar como alvo uma instituição já permite ao orador fazer recai o valor deôntico instaurado apenas indiretamente sobre si e seus pares, utilizar-se apenas de expressões como “É inadmissível...”, por exemplo, sem indicar a quem compete alterar a situação denunciada, soa como um eco de revolta, um extravasamento. Há um forte efeito retórico nesse tipo de enunciado, e um baixo comprometimento com ações necessárias.

No sexto tópico, *Comportamento do orador quanto ao valor deôntico instaurado*, pudemos constatar a alta produtividade da não-inclusão (exclusão) do orador no alvo sobre o qual recai o valor deôntico instaurado em discursos. Dos 189 trechos modalizadores deônticos presentes no *corpus*, em 48 (25%) flagramos a inclusão do orador e, em 141 (75%), a exclusão. A alta frequência da exclusão não nos surpreendeu, afinal, mostrou ser

excelente estratégia de desvio de atenção da audiência para outros indivíduos ou instituições, atenuando, assim, a pressão por parte do auditório sobre a figura do orador.

No sétimo tópico, *Tipo de frase*, expusemos que o discurso político em análise mostrou-se predominantemente constituído por frases assertivas nas quais percebemos um tom de chamada à ação, de conselho, portanto fazendo-se notar o imperativo fraco. Não há ocorrência de injunções, imperativo forte. O fato de serem todos os parlamentares igualmente autoridades legitimamente constituídas justifica a não existência de ordens diretas instauradas uns sobre os outros e, nos casos em que o valor deôntico instaurado recai sobre indivíduos que não os próprios parlamentares, percebemos a predileção da estratégia da não delegação direta de demandas, considerada agressiva por muitos, daí a ausência de injunções.

No oitavo tópico, *Localização da seqüência modalizadora no discurso*, versamos acerca dos pontos, no contínuo discursivo, nos quais as expressões modalizadoras deônticas se fizeram mais freqüentes e procuramos verificar que funções exerceram de forma mais acentuada. Pudemos constatar a presença de 36 expressões modalizadoras deônticas atuando na introdução dos discursos, 36 atuando na conclusão e 117 atuando no desenvolvimento. Percebemos que a alta produtividade de expressões modalizadoras deônticas no desenvolvimento dos discursos atua ou como recurso enfático, ou como meio de organização de diversos pontos distintos a serem discutidos pelo orador, de modo que cada ponto considerado apareça no discurso como escopo de uma expressão modalizadora deôntica.

No nono e último tópico, *Marcas de asseveração da força ilocucionária*, mostramos como alguns expedientes lingüísticos corroboram para tornar a força ilocucionária de valores instaurados mais intensa, quando então expusemos e comentamos o modo de atuação de operadores argumentativos, do recurso à repetição do meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica e de verbos no futuro do pretérito como asseveradores da força ilocucionária.

CONCLUSÃO

Adotando um caminho teórico-metodológico que nos permitiu transitar da forma lingüística ao significado dentro de um contexto, buscamos compreender de que maneira a expressão da modalidade deôntica atua na construção da persuasão em discursos políticos.

Para a análise dos efeitos de sentidos produzidos por expressões modalizadoras deônticas em discursos políticos, trabalhamos com um total de 44 discursos proferidos no Pequeno Expediente de Sessões Ordinárias e Extraordinárias durante o período de tramitação da proposta de Reforma da Previdência Social na Câmara dos Deputados, em 2003.

A fim de levar nosso objetivo a contento, buscamos elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos capazes de caracterizar o uso das 189 expressões lingüísticas da modalidade deôntica presentes em nosso *corpus*. Desta feita, empreendemos análise das etapas de discussão da reforma em correlação com a frequência de uso de expressões da modalidade deôntica; dos meios lingüísticos de expressão da modalidade deôntica; dos valores deônticos instaurados; dos tipos de obrigações; dos tipos de proibições; dos tipos de permissões instauradas; da fonte deôntica; do alvo deôntico; do comportamento do orador em relação ao valor instaurado; do tipo de frase na qual a seqüência modalizadora deôntica se encontra e da localização da expressão modalizadora deôntica no discurso.

Em *conclusão*, é oportuno, portanto, voltarmos ao começo a fim de que, com base no trajeto de pesquisa trilhado, possamos conceder respostas às perquirições feitas por ocasião da elaboração do projeto dessa pesquisa.

Quando realizávamos nossas primeiras incursões ao universo discursivo da Câmara dos Deputados para efeito de análise da relevância do objeto de estudo desse trabalho, chamou-nos a atenção, primeiro, a alta produtividade do uso de expressões modalizadoras deônticas presentes no discurso e, logo em seguida, a diversidade de opções que estão ao dispor dos oradores no que concerne à instauração de valores deônticos. Postulamos, então, uma série de questões às quais nos propúnhamos responder. Consideramo-nos, agora, aptos a retornar às perquirições feitas por ocasião do projeto dessa dissertação a fim de concedermos a elas respostas embasadas no trajeto de pesquisa trilhado.

Em relação aos meios lingüísticos de manifestação da modalidade deôntica, desde os primeiros contatos com discursos proferidos na Câmara, chamou-nos a atenção os

efeitos de sentido produzidos por distintos recursos lingüísticos na instauração de um mesmo valor deôntico. Logo pudemos constatar que, de modo algum, obtínhamos o mesmo efeito de sentido ao instaurarmos uma obrigação, por exemplo, mediante um adjetivo em posição predicativa (... é preciso garantir que os recursos efetivamente sejam canalizados para a instituição) ou ao assim fazê-lo através de um verbo auxiliar modal (Nós, na condição de Parlamentares, temos que promover justiça a todo o povo brasileiro). Diante dessa realidade, formulamos a seguinte indagação: de que modo essas opções atuam no sentido de persuadir a audiência a aderir à tese defendida pelo orador?

Segundo comentamos no capítulo V, a instauração de obrigações por meio de adjetivos em posição predicativa confere ao discurso um aspecto de “convocação à reflexão”. Esse meio lingüístico mostrou-se altamente produtivo em discursos nos quais os oradores optaram pela adoção de um posicionamento não-taxativo; nem contra a proposta, nem a favor dela. Em enunciados nos quais valores deônticos são instaurados por meio de adjetivos em posição predicativa, percebemos que o foco da atenção é direcionado para o que *é preciso, necessário, urgente...realizar*, não para quem compete realizar. A utilização de adjetivos em posição predicativa em instaurações de obrigações mostrou ser estratégia retórica de muita valia na medida em que reveste o orador da máscara da conscienciosidade. Por meio dessa estratégia, o orador “retira-se” do embate argumentativo travado entre grupos de posicionamento divergente e apresenta-se como alguém ou que vê questões mais profundas a serem discutidas ou que dá voz à indignação de parte da sociedade diante de um determinado quadro social. Desse modo, faz-se ecoar palavras de ordem (É inadmissível a manutenção da atual situação) de forte efeito retórico e baixo comprometimento em relação à tomada de atitudes capazes de modificar as situações denunciadas pelos oradores.

Por sua vez, a utilização de verbos auxiliares modais fez-se mais freqüente em discursos nos quais os oradores posicionam-se taxativamente, quer contra o texto emanado do Executivo, quer a favor dele; com a seguinte diferença qualitativa bastante interessante, em relação ao verbo mais recorrente nos discursos, o auxiliar *dever*. Percebemos que os oradores que se manifestaram contrários à proposta optaram pela inclusão de si mesmos no alvo sobre o qual recai a obrigação, transmitindo, assim, aos ouvintes, a imagem de disposição no que concerne a empreender tarefas necessárias à realização de alterações no

regime previdenciário benéficas à população. Por sua vez, os oradores que manifestaram um posicionamento favorável à proposta optaram por excluírem-se do alvo sobre o qual a obrigação recai, transmitindo ao auditório a imagem de cumpridores de seus deveres, valendo-se do verbo *dever* a fim de mostrar à opinião pública o que compete a outrem realizar.

Desta feita, as opções lingüísticas mediante as quais um valor deôntico pode ser instaurado são propiciadoras de máscaras com as quais os oradores se mostram à opinião pública. Estas possibilitam ao orador apresentar-se como alguém disposto a agir em prol da modificação de uma dada situação; como aquele que já arcou com o ônus que lhe era devido na execução de uma dada tarefa, competindo-lhe, agora, o papel de denunciante; ou como aquele que demonstra preocupação com certas questões. Cada orador sabe para que parte desse imenso auditório heterogêneo, que é a opinião pública, seu discurso se dirige. Assim, parece-nos que cada orador procura versar sobre o tema sob o prisma que lhe parece mais plausível a adesão de seu ponto de vista por parte da sua audiência.

Em relação à fonte da qual emana o valor deôntico instaurado e ao alvo sobre o qual recai o valor deôntico, no projeto inicial, formulamos as seguintes questões: no que diz respeito ao tipo de fonte instauradora do valor deôntico, por que, às vezes, recorre o orador a si próprio como fonte, mas por que, às vezes, opta por uma instituição? No que tange à escolha do alvo sobre o qual recai o valor semântico instaurado, que propósitos argumentativos se escondem por trás da opção entre instaurar um valor deôntico a um indivíduo ou a uma instituição?

Ao longo da análise, vimos que as funções persuasivas a que se prestam as escolhas da fonte e do alvo são de extrema relevância. Constatamos, por exemplo, que, quando o orador se deixa perceber, ao mesmo tempo, como a fonte a instaurar obrigação de cunho moral e o alvo sobre o qual recai o valor instaurado, ele se reveste da máscara da honestidade (Devo dizer que o Governo...). Ele se apresenta como aquele que reconhece a existência de falhas ou como aquele que precisa fazer uma dada declaração etc. Essa estratégia, presente em vários discursos de nosso *corpus*, principalmente na introdução dos discursos, arrefece um esperado ímpeto belicoso dos membros do auditório que manifestam posicionamento contrário ao do orador, tornando, assim, possível a este desenvolver seu ponto de vista com uma maior probabilidade de ser ouvido; afinal, ele já iniciou sua fala

estabelecendo um elo entre ele e aqueles que tenderiam a não admitir as idéias que ele exporá. Quando o orador instaura valor que apenas indiretamente recai sobre si e seus pares, (...*a Casa* tem a responsabilidade de aprofundar o debate...), optando por enfatizar a responsabilidade de uma instituição, ele se livra do desgaste de ter “apontado o dedo” para um grupo partidário em específico, para um membro de grupo partidário etc. A opção pelo alvo instituição faz recair o peso da obrigação sobre um todo.

Por sua vez, ao se deixar perceber como a fonte da qual emana o valor deôntico instaurado, o orador apresenta-se como uma autoridade, valendo-se, assim, da sua condição de representante legítimo dos interesses da sociedade que o elegeu. Quando opta, porém, por externar de onde embasa o valor instaurado, citando a Constituição, preceitos religiosos, etc, ele deixa sua própria autoridade como pano de fundo a fim de conceder relevo a uma fonte que julga mais competente, por isso mais forte argumentativamente.

A análise do *corpus* nos revelou a dificuldade em identificar o alvo como individual ou coletivo, pois estávamos a desconsiderar uma terceira opção, extremamente produtiva e muito relevante em termos de estratégia argumentativa; a que diz respeito à ausência de uma marca que identifique o alvo sobre o qual recai o valor instaurado. Constatamos, de fato, existir uma espécie de escala de comprometimento com a responsabilidade de agir ou de indicar quem deve agir. Essa escala caminha no sentido de um menor comprometimento (ausência de marca indicativa do alvo) para um maior comprometimento (indivíduo como alvo), apresentando como ponto intermediário a identificação do alvo como instituição.

Quando correlacionamos a identificação do alvo (ausência de marca, instituição, indivíduo) com o comportamento do orador em relação ao valor deôntico instaurado, se inclusivo ou exclusivo (mais propriamente não-inclusivo), alcançamos um entendimento mais amplo das estratégias de descomprometimento com a responsabilidade de agir ou de indicar quem deve agir. Essa escala caminha no sentido de um menor comprometimento (quando não há indicação de marca capaz de identificar o alvo) para um maior comprometimento (quando o orador indica como alvo um indivíduo que corresponde ao próprio enunciador), apresentando como pontos intermediários os seguintes: instituição/ exclusão (Cabe ao Governo, portanto, adotar medidas capazes de evitar o pânico que ora se instala na classe média...) instituição/ inclusão (Cabe a nós, como Poder Legislativo, corrigir isso), indivíduo/ exclusão (Primeiro ele deveria reivindicar o pagamento de 10

salários mínimos...), indivíduo/ inclusão (Nós, na condição de Parlamentares, temos que promover justiça a todo o povo brasileiro).

Parece-nos, assim, que tanto a fonte de onde emana o valor deôntico quanto o alvo sobre o qual recai o valor instaurado são escolhidos pelo orador na medida do grau de seu comprometimento. Instaurar um valor deôntico que do orador parece emanar a um indivíduo nominalmente identificado é estratégia de confronto direto. Dos 189 trechos modalizadores deônticos presentes em nosso *corpus*, em apenas três se fez notar essa opção de extremo embate. A opção mais produtiva foi aquela na qual percebemos o orador como fonte e a ausência de marca indicativa do alvo.

No que concerne ao comportamento do orador de incluir-se ou não no alvo sobre o qual incide o valor deôntico instaurado, o qual acabamos de correlacionar ao tipo de alvo, constam, no projeto, as seguintes indagações: que imagens transmitem os oradores que optam por incluírem-se na incidência do valor deôntico instaurado em contraposição às imagens obtidas por aqueles que optam pela não-inclusão? Como essas imagens construídas corroboram com a persuasão discursiva?

Constatamos a frequência da exclusão do orador do alvo deôntico em nosso *corpus*. Dos 189 trechos com modalizadores deônticos, em 48 (25%) flagramos a inclusão do orador e, em 141 (75%), a exclusão.

Assim, enquanto, ao incluir-se no alvo, o orador apresenta-se como aquele que vai atuar na resolução das questões elencadas em seu discurso como precisando de intervenção, ao excluir-se, ele se apresenta como aquele que está apto a denunciar, a cobrar de quem compete agir. Ambas as opções mostraram ser relevantes recursos persuasivos.

Não apenas as respostas suscitadas por ocasião da elaboração do projeto dessa pesquisa foram respondidas, mas várias outras questões foram nos sendo apresentadas enquanto nos debruçávamos na investigação dos modos de atuação da modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos.

Desta feita, pudemos constatar a existência de uma relação entre aumento da pressão sobre os parlamentares, no que tange à adoção de resoluções capazes de satisfazer a opinião popular, e intensificação do uso de expressões deônticas modalizadoras em pronunciamentos legislativos. A depender da etapa de discussão na qual o texto em tramitação na Câmara se encontrava, mais ou menos freqüentemente se valeram os

oradores da instauração de valores deônticos. Essa correlação entre período no qual o discurso é proferido e frequência de expressões da modalidade deôntica nos permitiu flagrar o potencial persuasivo do uso de tais expressões.

Em relação aos valores deônticos instaurados (obrigação - permissão - proibição), podemos, agora, asseverar que os discursos políticos em análise caracterizam-se pela instauração de obrigações. E que a obrigação interna, que significa o recurso à menção de valores tradicionalmente cultuados, em nossa sociedade, a fim de respaldar a noção deôntica instaurada, destacou-se em relação à obrigação externa. Essa opção, como todas as que envolvem o uso de expressões modalizadoras deônticas, é relevante à construção da persuasão. Na disputa pelo eleitorado, apresentar-se à opinião pública como um instaurador de obrigações traz à tona a posição de autoridade daquele que fala, concedendo ao eleitor a aparência de exercício das funções para as quais o parlamentar foi eleito: fiscalizar e legislar. Por sua vez, o discurso visceral, respaldado em valores como justiça, coerência apresenta o orador travestido dos valores socialmente cultuados como nobres, o que facilita a aceitação do grande público, daí a predileção para instauração de obrigações do tipo interno.

Quanto aos tipos de frases nas quais as sentenças modalizadoras deônticas se fizeram notar mais freqüentemente, constatamos ser o discurso político em análise predominantemente constituído por frases assertivas nas quais percebemos um tom de chamada à ação, de conselho, portanto faz-se notar o imperativo fraco. Não há ocorrência de injunções, imperativo forte. O fato de serem todos os parlamentares igualmente autoridades legitimamente constituídas justifica, a nosso ver, a não existência de ordens diretas instauradas uns sobre os outros e, nos casos em que o valor deôntico instaurado recai sobre indivíduos que não os próprios parlamentares, percebemos a predileção da estratégia da não delegação direta de demandas, considerada agressiva por muitos, daí a ausência de injunções.

Quanto à localização das expressões modalizadoras deônticas no contínuo discursivo, pudemos perceber que elas se fizeram notar na introdução, no desenvolvimento (mais acentuadamente) e na conclusão dos discursos analisados. Nas palavras iniciais dos discursos, atuaram como introdutoras do tema central a ser considerado, geralmente o abrindo em tom de denúncia. Nas palavras concludentes, atuaram como arrematadoras da

questão central discutida ao longo do discurso, geralmente o concluindo em tom de promessa. No desenvolvimento, por sua vez, destacaram-se ou como recurso enfático, ou como meio de organização de diversos pontos distintos a serem discutidos pelo orador, de modo que cada ponto considerado surgisse no discurso como escopo de uma expressão modalizadora deôntica. Constatamos, assim, que as expressões da modalidade deôntica unem os fios da teia argumentativa; apresentando questões centrais, fragmentando-as em partes, desenvolvendo-as enfaticamente, arrematando-as de modo a marcar nos ouvintes o ponto apresentado como central.

Ainda pudemos verificar os meios utilizados pelo orador para intensificar a força ilocucionária de valores instaurados. Verificamos que, por meio de operadores argumentativos, da repetição do meio lingüístico de expressão da modalidade deôntica e do uso do verbo no futuro do pretérito associado ao particípio foi possível aos oradores concederem mais assertividade a valores deônticos instaurados em seus discursos. A presença de intensificadores nessas expressões corrobora ao entendimento delas como estratégicas à construção da persuasão.

Ao término do trajeto de pesquisa empreendido, julgamos, portanto, ter alcançado nosso objetivo, a saber: contribuir ao entendimento do elo entre modalidade deôntica e construção discursiva.

Lembramos, por fim, que restringimos nossa análise apenas aos mecanismos segmentais de expressão da modalidade deôntica, por uma questão de exequibilidade do projeto, como expusemos. Assim, acreditamos que, somada a essa investigação, uma análise dos mecanismos não-segmentais de expressão da modalidade deôntica – curvas melódicas, pausas, gestos – nos conduziria a um entendimento cabal do modo de atuação dessa categoria lingüística no processo de construção da persuasão em discursos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. de. A categoria da modalidade. *Uniletras*, v. 10, p.10-24, 1988.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- CERVONI, J. *A enunciação*. Tradução por L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes:1991.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.(1995). A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. Araraquara, 1995. Tese (doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Parte II: Complex and devived constructions. 2.ed. N. Y.: Mounon de Gruyter, 1997.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Parte I: The sctructure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- DIK, S.; HENGEVELD, K. The hierarchical sctructure of the clause and the typology of perception-verb complements. *Linguistics*, v.29, p.231-259, 1991.
- DIK, S.; HENGEVELD, K.; VESTER, E.; VET, C. The hierarchical sctructure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET, C. (eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, p.25-70, 1990.
- DUCROT. Oswald. *Polifonia e argumentacion*. Cali: Universidad Del Valle, 1990
- FERREIRA, Lúcia Maria Alves.(2000) *A estabilidade semântico-sintática do modal Poder: evidências em três sincronias*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. *J. Linguistics*, n.25, 1989.
- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a fuctional grammar of Spanish. *J. Semantics*, v.6, 1988.
- HOYE, Leo. *Adverbs and modality in english*. London: Longman, 1997.

KALINOWSKI, G. Un aperçu élémentaire des modalités déontiques. *Languages*, v.43, 1976.

KIEFER, Ferenc. On defining modality. *Folia Lingüística*, v. 21, n.1, 1987.

KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, v.2, 1977.

NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M.H.M. *A modalidade*. In: KOCH, I.V. (org.). Gramática do português falado: desenvolvimentos. Campinas: Unicamp/ São Paulo, v.6, 1996.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of anthropology*, v.43, 1984.

PALMER, F.R. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.

PALMER, F.R. *Modality and the english modals*. London: Longman, 1979.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução por Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996

POTTIER, B. Sur la formulation des modalités em linguistique. *Langage*, v.43, 1976.

Regimento Interno da Câmara. (disponibilizado para download no endereço: www.camara.gov.br)

SEARLE, J.R. *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge University Press, 1979.

SILVA-CORVALÁN, Carmem Silva. Contextual conditions for the interpretation of poder and deber in spanish. In: BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam, Philadelphia, 1995.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge University Press, 1990.

ANEXO

Corpus

01

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 008.1.52.O

Hora: 15:26

Fase: PE

Orador: WILSON SANTOS, PSDB-MT

Data: 27/02/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 0

O SR. WILSON SANTOS (PSDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar das ameaças de greve por parte dos sindicatos e até dos apelos levados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo vai mesmo apoiar a fixação de um teto para as aposentadorias dos servidores e algum tipo de contribuição dos aposentados para a Previdência Social. Além de serem pontos defendidos abertamente por integrantes do Governo, ambos encontram eco entre os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que ontem realizou a primeira reunião temática sobre a reforma da Previdência. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, 50,67% dos 82 integrantes do Conselho não consideram que os servidores atuais tenham direito adquirido sobre as aposentadorias e 58,66% são favoráveis à cobrança de contribuição dos aposentados. Acontece que, Sr. Presidente, os conselheiros parecem esquecer que o direito adquirido é das cláusulas pétreas da Constituição Federal e que se reveste como um ato jurídico perfeito e acabado. O Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, defendeu recentemente as medidas diante dos conselheiros, ao dizer que há uma "tendência muito forte" de incluí-las na proposta de reforma, afirmando que para os atuais servidores, não há dúvida jurídica nenhuma de que, estabelecida a regra constitucional e havendo contribuição prevista para os inativos, quem se aposentar a partir da regra obrigatoriamente estará incluído, contudo, reconhece a hipótese da dúvida para quem já está aposentado. O próprio Ministério da Previdência, ironicamente, não considera a contribuição dos atuais inativos fundamental porque não terá grande impacto financeiro a médio prazo. A economia seria de R\$ 1,5 bilhão no primeiro ano, mas com tendência de redução. O que chama a atenção em tudo isso é que, com essa história de se pretender taxar os inativos, objetivando resolver o déficit da Previdência, o Presidente Lula está se transformando no Robin Wood às avessas: tira dos pobres para dar aos ricos. Melhor faria o Governo se cobrasse mais impostos dos banqueiros que, como sempre, continuam a aumentar seus lucros à custa dos sacrifícios impostos à sociedade, a começar pelo freqüente aumento da taxa de juros; pelo contingenciamento de despesas no Orçamento, cujas conseqüências mais graves e imediatas são o crescimento da dívida pública; pela elevada concentração de rendas e pela queda constante do nível de emprego. E o tema da Previdência ainda abrange outras questões sociais, Sr. Presidente. Cerca de 32,4% dos 13,3 milhões de aposentados voltam ao mercado de trabalho, comprovando que o que recebem mal dá para sobreviver. Isso foi o que revelou a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destes, a grande maioria, dois terços, ganham até um salário mínimo, ou seja, R\$ 200. E vem a pergunta: de que adianta se aposentar aos 52 anos se o benefício não dá para o

sustento da família? O valor da aposentadoria é baixo e insuficiente, e sem renda o aposentado acaba voltando ao mercado de trabalho. Na Europa, por exemplo, a realidade é bem diferente. Além de se aposentarem mais velhos, aos 65 anos, os trabalhadores gozam de benefícios que não existem por aqui, como a complementação da renda. Cerca de 75% das famílias européias estão inseridas nesse programa. Basta a comprovação de que a renda *per capita* da família é insuficiente para sustentar o número de moradores residentes no domicílio. Claro que se trata de um cenário distinto do nosso, mas serve como pano de fundo para comparações. Na Europa, as pessoas acabam o ensino fundamental aos 18 anos, ao contrário do Brasil, 14 anos, e começam a trabalhar mais velhas, com 23 anos. Isso naturalmente faz com que os europeus se aposentem mais tarde. Fica aqui meu posicionamento contrário, Sr. Presidente, no tocante à essa possível contribuição injusta dos inativos. Muito obrigado.

02

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 012.1.52.0

Hora: 15:36

Fase: PE

Orador: ALMIR MOURA, PL-RJ

Data: 11/03/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 05

O SR. ALMIR MOURA (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna, hoje, para ressaltar um dos pontos mais importantes que serão debatidos pela Câmara este ano, qual seja o da Previdência Social. Por sua complexidade e tamanhas as dificuldades que se apresentam ao legislador, esse problema tem sido jogado para debaixo do tapete por tantas administrações. Não me vou ater aos números nem à falta de recursos para honrar o compromisso solene que o Governo assumiu com quem trabalhou pelo menos 35 anos e que quando chega ao portal da aposentadoria **tem ainda que** enfrentar diversos entraves burocráticos para conseguir o benefício. Quero referir-me às injustiças, a situações que até chamaria de trágicas por que passam milhares de brasileiros, sobretudo neste momento de grandes dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pelo País. Neste salve-se-quem-puder, em que as empresas buscam a sobrevivência a todo custo, o corte preferencial para redução de despesas geralmente ocorre na folha de pagamento. Todos sabemos que o custo que a empresa tem com um empregado não se restringe apenas ao salário: há uma carga muito grande de encargos, que chega em alguns casos à metade do que o empregado recebe. Sabemos muito bem que, seja qual for a decisão tomada pelo Congresso Nacional em relação a este grave problema, a Previdência Social terá ainda um árduo caminho a percorrer, até que a situação seja normalizada. O número de trabalhadores informais aumenta percentualmente a cada ano que passa e, lamentavelmente, essa grande força de trabalho não contribui autonomamente para a Previdência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, defendemos aqui que seja criada uma campanha de conscientização e divulgadas intensamente pela mídia todas as facilidades para que o cidadão, que está no mercado informal, contribua para a Previdência. Pelo que temos lido nos jornais, se esse contingente de trabalhadores estivesse contribuindo pelo mínimo, boa parte do problema financeiro da Previdência seria minimizado. Esta, creio, é uma medida urgente: conscientizar o trabalhador informal, através de uma campanha veiculada pela mídia, que ele deve pagar o seu INSS, garantindo, assim, todos os benefícios oferecidos pela Previdência.. Este é um ponto. Mas, e pelo lado empregador? Ocorre no Brasil, atualmente, uma das maiores injustiças contra o trabalhador, restrita às demissões. Todos nós sabemos que a idéia de "País jovem", "Brasil jovem" disseminada pelos governos do tempos da ditadura sedimentou-se no subconsciente da Nação. Hoje, quando um trabalhador, seja ele de que categoria for, chega aos 35 anos de idade começa a se assustar. Essa dramática situação vem sendo alimentada pela propaganda, como disse acima, aliada ao culto ao corpo, à boa forma, à "malhação": a boa forma visando à estética, nem tanto aos benefícios que a ginástica traz à saúde. O importante é ser jovem, belo e assim conseguir bons empregos. Mas é bom que ninguém se engane com os acenos da propaganda. Com a entrada do Brasil na corrente do neoliberalismo, o problema se acentuou e a faixa útil, faixa limite de um trabalhador, passou a ser, no máximo, 40 anos. Perguntem a um trabalhador demitido com essa idade se já conseguiu emprego? As empresas passam a admitir somente jovens, ainda sem a devida experiência, seja na indústria, seja no comércio ou no setor de serviços. Em países como Japão, os mais experientes têm lugar garantido nas empresas. São eles que garantem a manutenção dos padrões de qualidade dos produtos e serviços, para que não haja quebra desses padrões e conseqüente quebra nas vendas.

Entrei por este caminho para acentuar que a reforma da Previdência tem alcance bem mais profundo. Esta abordagem inicial vai merecer de minha parte, fiel às linhas mestras de meu partido, um comentário mais detalhado para falar, por exemplo, dos trabalhadores que estão a poucos anos de ter direito à merecida aposentadoria e são demitidos sem nenhum amparo. Como é possível um trabalhador com 60 anos de idade, faltando cinco para se aposentar, completar seu tempo no desemprego, sem condições, até, de contribuir como autônomo para a Previdência?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelo que tenho notícia, são inúmeros os casos de trabalhadores nessa deprimente e vergonhosa situação São aspectos como esse que voltarei a expor nesta tribuna, que tenho a honra de ocupar em meu primeiro mandato. O Brasil, como futura grande nação, o Brasil como povo, é maior do que algumas de suas leis, defasadas, desgastadas pelo tempo e pela incúria de tantos administradores que ocuparam o poder. Como disse certa vez, nesta tribuna, o saudoso Deputado Ulisses Guimarães, "*O homem, colocado na Terra por Deus, é anterior ao Estado e anterior às leis, normas e constituições*". Portanto, toda lei deve ter como princípio e como fim o Homem e não o Estado, em primeiro lugar. Muito obrigado!

03

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 014.1.52.0

Hora: 14:24

Fase: PE

Orador: ANTONIO CAMBRAIA, **PSDB-CE**

Data: 13/03/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNTICA: 03

O SR. ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso País, esta terra maravilhosa, apesar de ser rica, não é ainda o Brasil que se deseja. Significativa parcela da população vive em condições miseráveis ou bastante precárias. Isso não se justifica em um país que é uma grande potência econômica. Em razão da concentração de renda, não se leva bem-estar à casa de todos os brasileiros, relegando alguns a uma qualidade de vida muito baixa. O novo Governo anuncia as reformas, e isso tem levado esperança a todos os que sofrem e penam nos mais distantes rincões do Brasil. Ressalto a importância da reforma previdenciária, que, a partir dos anúncios feitos pelo Ministro da Previdência, tem causado muitas preocupações aos brasileiros, à classe trabalhadora, que espera que este Governo, que lhe representa até pela sua sigla, melhore suas condições de vida. Mas o que está sendo anunciado com relação à reforma da Previdência Social não está tranquilizando a população, que anseia por melhor qualidade de vida, principalmente porque a proposta de reforma da Previdência ainda não chegou a esta Casa. Já existe até uma mobilização de sindicatos, de entidades de classe dos trabalhadores com relação a essa matéria. Esta semana, ao embarcar no aeroporto de Fortaleza, presenciei sindicatos manifestando-se com faixas pedindo que a reforma da Previdência não seja aprovada nos termos em que o Governo está anunciando. Quer dizer, aqueles mesmos sindicalistas que foram às ruas já estão cobrando medidas do Governo. Estabelecer um teto de aposentadoria para o servidor público, unificar a Previdência privada e a do servidor público, nivelando por baixo, não é o que o servidor quer, mas sim a garantia da sua aposentadoria com vencimentos integrais, até porque ele contribui sobre seus vencimentos integrais. A aprovação dessa reforma acarretaria grandes prejuízos. Ninguém aceita a contribuição dos inativos. Entretanto, o Governo ressuscita a idéia de cobrar contribuição desses servidores e de aumentar a idade para aposentadoria. Isso não prejudicará apenas os que já são privilegiados, mas toda a população, pois todos **terão de** se aposentar um dia. De fato, os privilegiados existem, e para eles deve haver uma legislação mais rigorosa, que elimine tais privilégios. **Não se deve dizer** que toda a classe trabalhadora é privilegiada. Sr. Presidente, o Governo **tem de atender** aos anseios da população, para corresponder ao que esperamos. Muito obrigado.

04

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 018.1.52.0

Hora: 15:18

Fase: PE

Orador: PAUDERNEY AVELINO, PFL-AM

Data: 19/03/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 03

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes mesmo de o partido que está no poder colocar, como o fez em recente reunião do seu Diretório Nacional, "mais velocidade, eficácia e definição" do atual Governo, tive a oportunidade de acentuar e comentar diversas vezes a falta de ritmo e de rumos estratégicos da gestão governamental que se iniciou em 1º de janeiro passado sob os auspícios de altíssima expectativa de grande maioria do povo brasileiro. Em discurso proferido em 28 de outubro de 2002, festejando sua vitória nas urnas, o então Presidente eleito escolheu como prioridade de seu governo a aprovação das reformas. E as citou pela ordem: reforma da Previdência; reforma tributária; reforma da legislação trabalhista e da organização sindical; reforma agrária e reforma política.

Estamos no terceiro mês de governo e a esta altura apenas duas dessas reformas parecem continuar prioritárias: a da Previdência Social e a tributária. As outras estão ou fora de pauta ou caminhando muito devagar. E nas duas que sobraram vai ficando cada vez mais claro que o Governo não tem diagnóstico nem projeto. Em suma, estão na estaca zero. Vejamos, por exemplo, o que está acontecendo com a reforma da Previdência. As idéias defendidas pelo Ministro Ricardo Berzoini não têm nada a ver com o que está no Programa do Governo 2002, que continha as diretrizes divulgadas na campanha eleitoral. Lá está escrito que o governo petista unificaria os dois sistemas o do INSS e o regime dos servidores públicos e além disso criaria um regime de aposentadoria complementar que funcionaria como os fundos de pensão.

Tão logo tomou posse, o Governo inteiro se deu conta de que a unificação dos sistemas é inviável, porque União, Estados e Municípios **teriam de** começar a pagar a contribuição mensal em nome dos seus funcionários, como qualquer empregador, o que provocaria uma despesa adicional fantástica para o setor público, para a qual não há recursos. Assim, ficou demonstrado que não havia diagnóstico. O PT passou os últimos quatro anos boicotando todos os projetos de reforma. Inclusive o de iniciativa de um dos seus competentes Parlamentares, o então Deputado Federal Eduardo Jorge, que, não atendendo à pressão partidária para retirar seu projeto de pauta, chegou até a ser punido. Todos esses embargos eram feitos em nome de uma proposta melhor que seria apresentada pelo partido na hora apropriada. E agora se vê que não existe proposta e que os petistas não tinham pensado nas conseqüências do que escreveram nas diretrizes. Há algumas semanas, o PT propôs colocar de novo em tramitação o Projeto de Lei nº 9, que prevê a adoção do sistema de fundo de pensão para os funcionários que

forem admitidos. Esse projeto tinha sido rejeitado na Legislatura anterior pela própria bancada do PT. Na quinta-feira da semana passada, o partido do Governo e seus aliados resolveram esquecer o PL nº 9, alegando que **é preciso** primeiro ter noção do conjunto. O conjunto, no caso, seria o projeto completo da reforma previdenciária, que não existe. Resolveu-se, então, esperar que sobre a matéria se pronuncie o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o grupo de 81 notáveis que está assessorando o Presidente da República. Ora, ouvir a sociedade e debater com cada setor é uma prática saudável se houver clareza em torno do que discutir.

Aparece, então, o Ministro da Fazenda com a idéia de mudar a contribuição patronal para o INSS, para incidir sobre o faturamento (ou receita bruta) das empresas, em vez de ser calculada sobre a folha de pagamento. Idéia, por sinal, altamente discutível, sob vários aspectos. E surge a Carta de Brasília, de 22 de fevereiro, assinada em conjunto pelo Governo Federal e pelos Governadores, que sugere a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos, proposta rejeitada três vezes seguidas pela bancada petista no Governo passado e repelida pelo Supremo Tribunal Federal. Mas volta o Ministro da Fazenda com outra sugestão: a de que o servidor aposentado receba seu benefício medido pelo salário líquido (com todos os descontos) e não pelo salário integral. Como se vê, além de ter sido a reforma previdenciária anunciada de forma desastrada, o problema está mal colocado e não há rumo nem mesmo nos debates. A continuar assim, o próprio Governo estará "queimando o filme" de um empreendimento que **precisa** ter êxito, mas que poderá até fracassar por falta de definição, por erro de estratégia, pela teimosia de impor teto de proventos da inatividade do funcionalismo público num país sem tradição de previdência complementar e pela indisposição para criar esse tipo de regime numa primeira etapa, como condição para a mudança do regime de aposentadoria dos servidores públicos.

Era o que tinha a dizer.

05

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 037.1.52. **O**

Hora: 15:20

Fase: PE

Orador: PAUDERNEY AVELINO, **PFL-AM**

Data: 03/04/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: **05**

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já que o Governo resolveu agilizar a elaboração das propostas de reforma tributária e da Previdência Social, convém

lembrar que os tecnocratas, atuantes em todas as administrações, encaram com certa miopia administrativa a questão previdenciária, sobretudo no tocante aos servidores.

Devo esclarecer, desde logo, que em princípio não me oponho à instituição do sistema de previdência complementar, como ponto de partida para a futura previdência unificada de setores públicos e privados, conquanto sejam respeitados os direitos adquiridos dos atuais servidores. As considerações que pretendo fazer são concernentes à distorção de dados e referências que os burocratas fazem circular na mídia sobre o assunto. Divulga-se, por exemplo, sem a indicação da fonte da estatística, que o pagamento de aposentadorias e pensões do funcionalismo gera hoje rombo aproximado de R\$ 40 bilhões. A conta não passa de delírio de Matemática Financeira. Mesmo admitindo a veracidade do dado, **é preciso** contar a verdade por inteiro. Os custos previdenciários do funcionalismo público desde sempre foram bancados pelo Tesouro e a fundo perdido. Sua escalada é no mesmo ritmo crescente da expansão das atividades do Poder Público, com a circunstância agravante que os tecnocratas não mencionam de que a União jamais contribuiu com sua parte para a estabilidade do sistema. Nem sequer recolheu as contribuições a um fundo de capitalização, para garantir o resgate de encargos futuros. E aqui me valho dos resultados de importante pesquisa sobre o assunto levada a efeito pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal. É que, nessa contabilidade oficial, para começar não são computadas receitas criadas para suporte do seguro social dos trabalhadores, aí incluídos os do setor público (R\$ 45 bilhões da COFINS e cerca de R\$ 9 bilhões da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas). Conforme o citado levantamento, se não houvesse a omissão, já em 2001 teria havido superávit de R\$ 34 bilhões. E muito mais expressivo teria sido o resultado se o Estado honrasse sua responsabilidade contributiva.

Os servidores usufruem do direito à aposentadoria integral porque pagam 11% sobre o total da remuneração. Já os trabalhadores do setor privado recolhem sobre o teto e, por isso, perdem o direito de receber, na inatividade, o mesmo salário da ativa, caso percebam acima do teto. Por aí já se vê que o chamado rombo da Previdência começa mais em cima: o Tesouro não recolhe contribuição para o INSS, na parte que lhe compete. Mas o Governo tem outro problema crônico e preocupante, ou seja, a dificuldade de recebimento, pela Previdência, de créditos cobrados dos próprios órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. Pelo menos um quarto dos 1.500 maiores créditos que o INSS tem a receber é de responsabilidade de órgãos públicos, aí incluídas empresas estatais, autarquias, Governos Estaduais e Municipais. A dívida total é da ordem de R\$ 61,3 bilhões. Só as Prefeituras e os órgãos por elas controlados correspondem a 14,5% dos maiores devedores. Do total do débito, Estados, Prefeituras e órgãos vinculados devem cerca de R\$16,1 bilhões. O Banco do Brasil aparece na lista dos inadimplentes da Previdência com uma dívida de cerca de R\$ 115 milhões. Nada acontece, porque existe interminável controvérsia entre com o INSS sobre mais R\$ 1 bilhão de débitos atribuídos ao

banco e por este contestados. Semelhante controvérsia tem inviabilizado pendência de quase R\$ 360 milhões atribuída à Caixa Econômica Federal e por ela igualmente questionada. E há também estatais que afirmam nada terem a pagar à Previdência, a exemplo da Companhia Nacional de Abastecimento, listada com dívida de R\$ 454 milhões. Fora do setor público, o INSS considera na lista créditos que provavelmente jamais vai receber, como o de empresas falidas ou em processo falimentar. Podemos citar a ENCOL e a TRANSBRASIL. A primeira, falida há seis anos, deixou dívidas de R\$ 630 milhões; a segunda, há quase um ano e meio sem voar, lidera a lista com dívida de aproximadamente R\$ 800 milhões. Não há como negar que a Previdência precisa ser reformada e com toda a urgência possível. O debate está centrado no déficit mensal ou anual, que, a cada divulgação oficial, vem com cifras diferentes. Se uma radical intervenção é urgente, nem por isso hão de ser desconsiderados os perigos e atropelos da empreitada. Vale insistir que o déficit não deriva apenas do descompasso entre os benefícios pagos ao trabalhador da empresa privada e os assegurados ao servidor público. A perversão do sistema ainda ostenta outras anomalias, como as que acabo de descrever e comentar, além do passivo enorme, resultado de fraudes, de sonegação e do insatisfatório gerenciamento. O que importa é que tudo isso seja levantado e avaliado em toda a sua abrangência e que não se parta para a solução simplista de reduzir os proventos do funcionário público aposentado e de compeli-lo a contribuir novamente para o sistema previdenciário.

06

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 043.1.52.0

Hora: 15:04

Fase: PE

Orador: ALMIR MOURA, PL-RJ

Data: 09/04/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 03

O SR. ALMIR MOURA (PL-RJ. Sem revisão do orador.) Exmos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por trás dos números que fundamentam a urgência da reforma previdenciária, há realidades que precisam ser contempladas por nós, legisladores, e pelo Governo, para que situações, já insustentáveis, não se tornem cruéis.

Refiro-me aos assalariados na faixa de 40 e 50 anos de idade, que diariamente travam luta de vida ou morte contra o desemprego; pessoas já duramente prejudicadas pelas mudanças previdenciárias promovidas no Governo passado e que, tudo indica, serão os maiores derrotados na próxima reforma da Previdência.

Os servidores públicos têm direitos e **não podem** arcar sozinhos com a conta da Previdência. Eles são amparados por fortíssimos sindicatos e já se mobilizam para evitar os cortes pretendidos pelo Governo. Os militares e os juízes, especialmente, já conseguiram do Governo sinais de que podem ser preservados. Sobra para quem? Para o trabalhador comum, mal remunerado, que quase sempre não dispõe de organização sindical eficiente. Como não tem voz para protestar, essa gama de trabalhadores pode, novamente, vir a pagar a conta. Isso sem falar nos desempregados, que nem se preocupam muito com a Previdência, porque estão preocupados em garantir a própria subsistência. As vozes silentes dos fracos, porém, fizeram-se retumbantes nas últimas eleições, colocando para fora o poderoso Governo FHC e muitos de seus afilhados. O Presidente Lula, eleito pelos votos desses humildes brasileiros assalariados, terá sensibilidade e moderação para não lhes impor fardo mais pesado do que o que já carregam sobre os ombros. Desta tribuna, comprometo-me a lutar ao lado desses trabalhadores. E conclamo os prezados colegas a também ingressarem nessa luta.

(O orador, a partir desse trecho, começou a versar sobre outro assunto, distinto da Reforma da Previdência)

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para lembrar a difícil situação por que passa o povoado de São Sebastião da Boa Vista, no Município de Miracema, interior do Estado do Rio de Janeiro. Os moradores não têm como levar os filhos à escola ou ao hospital, uma vez que não há acesso para o povoado, porque ninguém quer consertar a única estrada que passa por lá. Essa estrada, na verdade, corta três Municípios: Miracema, Laje do Muriaé e Itaperuna. A Prefeitura de Itaperuna diz que não faz o serviço porque a maior parte dela está no Município de Laje do Muriaé; a do Município de Laje do Muriaé diz que não faz porque há um pedaço que pertence a Miracema e outro que é de Itaperuna; por fim, a de Miracema não faz porque a sua é a menor parte da estrada. Com isso, aproximadamente 500 famílias do povoado de São Sebastião da Boa Vista, também chamado de São Sebastião dos Pelados, estão morrendo à míngua. Faço um apelo para a União, o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado do Rio de Janeiro no sentido de que olhem com mais sensibilidade para essa região, que já foi um grande pólo cafeeiro do Estado, com agricultura e pecuária expressivas, e hoje tem um número menor de moradores por falta de infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

07

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 063.1.52.0

Hora: 14:14

Fase: PE

Orador: VICENTINHO, PT-SP

Data: 30/04/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 09

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores, no último final de semana, visitei as cidades de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo e Ipaçu, região muito alvissareira. Aproveito a oportunidade para mandar meu abraço às lideranças que me acolheram: o Sr. Elias, de Ourinhos, os Presidentes regionais do PT de Santa Cruz do Rio Pardo e de Ipaçu, companheiros que lutam conosco há muito tempo. Nas palestras ministradas nas Faculdades Estácio de Sá e de Ourinhos, constatei que as pessoas têm muitas dúvidas. Ali, promovemos análise de conjuntura para as comunidades que precisam de informação. Um dos temas mais debatidos foi o da Previdência Social. Percebi que a mídia não tem dado as informações devidas. Quero destacar gesto altamente positivo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje virá a esta Casa para entregar as propostas de reforma da Previdência e tributária. Depois que elas forem apresentadas, espero que as fofocas e os disse-que-disse acabem. Vamos nos basear no que estiver escrito, no que for concreto. Por experiência de vida, posso ter divergências e dúvidas em relação à reforma da Previdência Social, mas a confiança que tenho no Governo Lula é extraordinariamente superior a qualquer dúvida que possa ter. Muitos no País pensam que o desconto dos inativos será para todos, mas não será. Refere-se ao setor público. Aliás, estou achando muito baixo o valor que foi sugerido e vamos propor modificações aqui. A comunidade não sabe que o servidor público passou a pagar a Previdência Social a partir de 1992. Não paga há 30 nem há 35 anos. Talvez por isso haja essa grande divergência. Uma Deputada desta Casa me disse, em viagem internacional, que se envergonhava de dizer que sua aposentadoria é de 19 mil reais, além do salário de Deputada. Essas questões tem de ser analisadas. Temos de apresentar uma proposta de reforma da Previdência que combata privilégios, que assegure direitos e que dê resposta aos nossos filhos que, se Deus quiser, trabalharão e precisarão de Previdência que tenha sustentabilidade.

Sr. Presidente, as visitas às cidades e as conversas nas fábricas têm indicado a necessidade de a comunidade ser mais bem informada. Pedimos sempre que as pessoas não se baseiem apenas no que diz a mídia. É importante conversar. Com a proposta do Governo em mão, poderemos apresentar as nossas. O Governo apresentará um projeto, ao qual estou disposto a votar favoravelmente. Mas, se pudermos apresentar emendas, esta é a Casa e o espaço que finalmente decidirá o verdadeiro encaminhamento.

Este debate é extremamente importante e já dura muitos anos. Constato uma evolução. O nobre Presidente era Líder do Governo em 1995, quando houve grande debate sobre a Previdência Social nesta Casa. E o assunto era a contribuição. Hoje, nem falamos mais

sobre isso; já aceitamos, virou consenso. Evoluímos. Naquela época, apanhávamos quando falávamos nisso. Hoje compreendemos a importância de se ter uma Previdência solidária e universal. Por isso, precisamos contribuir com igualdade. A Previdência Social tem de ser eficaz e atender também àqueles que precisam e não podem pagar por ela. Considero importantíssimo o Sr. Presidente da República sair do Palácio do Planalto e vir a pé a esta Casa para nos entregar as propostas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

08

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 063.1.52.0

Hora: 14:44

Fase: PE

Orador: ARY VANAZZI, PT-RS

Data: 30/04/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 09

O SR. ARY VANAZZI (PT-RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, viveremos hoje um momento histórico no Poder Legislativo: o Presidente da República, juntamente com os Governadores dos Estados e alguns Prefeitos, entregará, num simbolismo democrático importante, os projetos de reformas previdenciária e tributária. A partir deste momento, a Casa tem a responsabilidade de aprofundar o debate e fazer as emendas necessárias para adequar o projeto às discussões e idéias representadas por cada um de nós, membros do Poder Legislativo.

O nosso Governo tem tido a coragem de apresentar à sociedade o debate sobre a questão previdenciária, que continuaremos a fazer com muita tranquilidade e responsabilidade. A previdência pública é direito dos trabalhadores, mas, hoje, muitos brasileiros continuam excluídos.

Sr. Presidente, há alguns elementos no projeto que evidentemente não podemos admitir. Um deles é a questão da taxaço dos inativos. O problema da Previdência não está nos inativos. O Governo Federal está sofrendo um desgaste político tremendo ao enfrentar esse debate, sem nenhum resultado econômico que possa resolver o problema da Previdência, que gasta 88 bilhões de reais por mês. Com a taxaço, receberá apenas 1 bilhão de reais. A taxaço dos inativos é uma exigência dos Governadores e Prefeitos, que precisam resolver o problema em seus Estados e Municípios. Os Deputados devem ter a coerência de defender os interesses de seus Estados e não, sem a menor responsabilidade, fazer um discurso equivocado para atacar o Governo. O Deputado Moroni Torgan disse, desta tribuna, que o Governo não tem coragem de cobrar a dívida à Previdência. Olhe a ira do destino, Sr. Presidente: a Previdência tem uma dívida de 150 bilhões de reais. Os Governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso ajuizaram 2% dessa dívida para serem cobradas na Justiça e não tiveram coragem de enfrentar o monopólio econômico, as grandes corporações e o sistema financeiro. Agora querem que em quatro, cinco ou em um ano o atual Governo resolva o problema. Há que se dizer a verdade! A reforma da Previdência tem de incluir os cidadãos,

principalmente os agricultores, que têm 55 anos e não conseguem se aposentar. **Devemos fazer** emendas que possibilitem ao Governo brasileiro assegurar uma aposentadoria para quem trabalhou toda sua vida neste País. Este é o debate que **devemos fazer** com responsabilidade neste Parlamento. **Não é possível** responsabilizar o Governo por tudo o que acontece, pois os problemas vêm de Governos anteriores. Aqueles que governaram este País **têm de** assumir a responsabilidade, ter autocrítica e dizer em que erraram, para que o atual Governo possa construir um sistema previdenciário responsável para a grande maioria do povo brasileiro, principalmente os trabalhadores de baixa renda.

09

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 063.1.52.0 Hora: 15:20

Fase: PE

Orador: SERAFIM VENZON, **SEM**

Data: 30/04/2003

PARTIDO-SC

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: **05**

O SR. SERAFIM VENZON (Sem Partido-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante de inúmeros avanços tecnológicos que modificam a qualidade de vida e o seu ponto de vista, cria-se **a necessidade de** adequar a legislação para manter o Estado de Direito das pessoas em equilíbrio para preservar a boa convivência.

Alguns princípios sociais são pétreos, imutáveis, mas os seus desmembramentos **precisam ser** adequados com as variações sociais. Por exemplo, o respeito a propriedade individual é um princípio pétreo. Mas o conceito de propriedade é que se modifica. A maior propriedade que cada um tem é o direito social. Tudo o que somos e o que temos é resultado da organização da sociedade. Para ser médico, dentista, torneiro mecânico etc. não basta saber fazer, nem apenas ter feito o curso, **é preciso ter** o aceite-se da sociedade expresso no diploma, caso contrário, seria um charlatão. Para ter um carro, uma casa ou um terreno não basta comprá-lo, **é preciso ter** a escritura pública. É também semelhante ser proprietário de parte de um espectro de ondas eletromagnéticas para uma emissora de rádio ou TV; não é diferente ser dono de um *software*, de um programa de Internet. A todas essas propriedades, quando adquiridas a prazo, é conferido um documento de expectativa de direito. A melhor propriedade, seguramente, não é carro nem casa, é a Seguridade Social: é a aposentadoria que pagamos a prazo durante a vida laborial. É pelo trabalho que revelamos o que somos. O que fazemos e como fazemos revela a nossa alma, o nosso ser. Cada um

de nós tira o sustento de si mesmo e dos familiares do seu trabalho. O trabalho gera principalmente um benefício social que faz bem a muita gente, próximos ou distantes, impossível de nominá-los. Qual é o benefício social do agricultor? É o alimento que chega a mesa de todos os que tem outra atividade; do professor, é o aprendizado da comunidade; do tecelão, é a disponibilidade de roupa; do juiz, é o cumprimento da lei. E o do Deputado? Certamente, num momento de mudanças necessárias, concordo, é o respeito com a maior propriedade de cada um: a aposentadoria ou a sua expectativa. Por isso, quero assegurar ao cidadão brasileiro que farei tudo para que o respeito à propriedade continue sendo um princípio pético. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para convidar V.Exas. a participarem da XII Festa Nacional da Maçã, em São Joaquim, a cidade mais fria de Santa Catarina em temperatura, porém a mais quente em calor humano, especialmente em recepção a turistas. Muito obrigado.

10

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 066.1.52.0

Hora: 15:20

Fase: PE

Orador: LUIZ SÉRGIO, PT-RJ

Data: 06/05/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 01

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, abordarei vários assuntos neste discurso. O primeiro são as eleições de outubro, demonstração inequívoca de que o povo brasileiro clama por mudanças. Quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou a expressão "caixa-preta do Judiciário", a necessidade de discutir a democratização do Poder Judiciário deveria ter sido considerada benéfica para os magistrados, e não apenas crítica negativa. Sr. Presidente, registro ainda que a vinda do Presidente Lula a esta Casa, na semana passada, para entrega dos projetos das reformas previdenciária e tributária, acompanhado de 27 Governadores, foi fato inédito e episódio marcante na história política brasileira. Ressalvo que, com relação à reforma tributária, nós, do Estado do Rio de Janeiro, aproveitaremos a ocasião para promover profundo debate do tema, porque a cobrança do ICMS, em alguns casos, é feita no destino final do produto e, em outros, na origem. O Estado Rio de Janeiro, produtor de 80% do petróleo brasileiro, é prejudicado, porque o combustível é taxado na fase do consumo final, e não na de origem, quando é produzido.

(Trecho que versa sobre a Reforma da Previdência)

Quanto à polêmica reforma da Previdência, é preciso ressaltar alguns pontos

extremamente positivos. Por exemplo, para a maioria dos trabalhadores brasileiros regidos pela CLT, a elevação do valor máximo das aposentadorias para 2 mil e 400 reais é antiga reivindicação. É também extremamente construtivo que tenhamos coragem de estabelecer, no caso do funcionalismo público, teto máximo para as aposentadorias. Em todo o Brasil, as pessoas que assistem ao debate em torno da reforma não consideram justo que alguns recebam aposentadoria de 30, 40 ou 50 mil reais, enquanto os valores dos benefícios recebidos pelo restante da população são bastante diferentes.

Há muita discussão sobre o tema, por parte de alguns Parlamentares, mas, nesta Casa, este já é o terceiro momento de negociação da grande reforma. Tenho certeza de que a proposta final estará de acordo com as reivindicações do povo brasileiro neste momento: construir bases sólidas para mudar a política econômica na direção do crescimento da economia e da geração de empregos.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A indústria naval brasileira já começa a dar os primeiros sinais de sua recuperação. Para isso está sendo decisiva a ação do Governo Federal. O exemplo mais visível foi a revisão dos editais de licitação das plataformas P-51 e P-52 da PETROBRAS, determinando que a maior parte das obras seja realizada em território nacional, empregando milhares de trabalhadores. Em Angra dos Reis, o estaleiro BRASFELS, antigo Verolme, em que aliás comeci minha carreira de metalúrgico, já lançou ao mar, no dia 31 de março, o navio de apoio Geonísio Barroso, embarcação do tipo AHTS. Foi o primeiro lançamento de um navio no estaleiro em dez anos. A cerimônia, a que compareceu a Ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, foi motivo de festa para os trabalhadores.

O futuro do setor naval brasileiro é de muita esperança. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já se mostrou pessoalmente empenhado para que seja possível reabilitação completa do setor. E para conseguir avançar ainda mais é preciso o comprometimento de todos e a posição firme do Estado brasileiro. Se queremos construir um país potente e verdadeiramente forte, é preciso ir além. Vejamos o exemplo dos Estados Unidos da América. Desde 1920, eles possuem dura lei a respeito, conhecida como *Jones Act*, que determina, entre outras coisas, que toda embarcação para operar naquele país seja construída em estaleiro norte-americano, tenha bandeira daquele país e tripulação nativa. Até mesmo as empresas encarregadas de operar os navios devem ter, pelo menos, 75% de norte-americanos natos em sua composição. Isso é soberania. As vantagens da proteção e do incentivo à produção naval são inúmeras. A construção de um navio semelhante ao Geonísio Barroso gera setecentos empregos diretos e 1.800 indiretos. Nas obras, são utilizados aço, tintas, soldas e outros componentes produzidos pela indústria brasileira, e há ainda o recolhimento de impostos aos cofres públicos. E o melhor é que a qualidade do serviço feito no Brasil é, reconhecidamente, tão boa quanto a de qualquer estaleiro do mundo. No entanto, a frota total de embarcações de apoio operando no Brasil tem 151

navios, dos quais 102 são estrangeiros e apenas 49 brasileiros. Em cifrões, isso significa que pagamos 300 milhões de dólares anualmente a empresas de outras países e deixamos apenas 60 milhões de dólares para nossas empresas. Isso é apenas o retrato de parte do setor naval, e nos mostra uma realidade que precisa ser urgentemente revertida. É necessária tomada de posição concreta do Governo brasileiro no sentido de proteger e fomentar a indústria naval brasileira, a exemplo do que fazem outros países. Como se vê, Sr. Presidente, não estaremos inventando nada novo, apenas querendo garantir aos brasileiros o que é dos brasileiros. Sr. Presidente, solicito que este meu discurso seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

11

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 069.1.52.0

Hora: 15:48

Fase: PE

Orador: PAULO FEIJÓ, PSDB-RJ

Data: 07/05/2003

O discurso tem por objetivo a defesa da inconstitucionalidade da Proposta de Reforma da Previdência elaborada pelo Governo Lula. O orador explicita ser contrário à taxação dos inativos.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 04

O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a coerência **deve** ser a bússola dos homens públicos de bem, que, apesar de não serem impedidos de rever posições ou mudar de opinião ao longo de sua trajetória política, **devem** fazê-lo de forma responsável, sem se exporem ao ridículo ou ao constrangimento. Coerência esta distante do Presidente Luiz Inácio da Silva, que ontem mais uma vez recorreu ao expediente da comodidade para atribuir ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade por não terem sido aprovadas as reformas que o próprio PT rechaçou, atacou e inviabilizou durante os oito anos da gestão social-democrata do PSDB. Adotando urna linha de raciocínio reducionista, na abertura da 44ª reunião da Frente Nacional de Prefeitos, em Aracaju, o Presidente Luiz Inácio da Silva, registra a imprensa nacional, expôs que nos últimos vinte anos "*não se pensou no País, mas nas carreiras políticas de cada governante*". Trata-se de uma indelicadeza cometida pelo atual Presidente não com seus antecessores, mas com o próprio PT, uma força política marcada pela mobilização nacional contra quaisquer reformas que tenham sido apresentadas antes de o partido assumir o poder central. Mobilização esta que teve a orientação específica de construir as bases de descontentamento popular para alavancar as "carreiras políticas" de seus candidatos, conforme **podemos** entender pela atual postura do Governo Federal, que briga com unhas e dentes pela aprovação de reformas constitucionais nesta

Casa de Leis que nunca antes foram consideradas prioritárias pelo PT e pelos partidos que hoje lhe dão sustentação e que foram oposição às administrações anteriores.

No mesmo encontro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, ao contrário do que possa ser insinuado pela força de seus articuladores políticos neste insigne Parlamento, não pretende interferir na autonomia do Congresso Nacional para aprovação das reformas constitucionais. Alegou ainda o Presidente Lula que as críticas que tem recebido ao texto original da reforma previdenciária não apresentam alternativas para a taxaçoão dos inativos, para o estabelecimento do equilíbrio das contas do sistema. Transcrevo trecho do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Encontro Nacional de Prefeitos: *"Os que forem contra, por favor apresentem de onde vai tirar o dinheiro para pagar (as aposentadorias). Porque se alguém disser que tem alguma fórmula mágica, que está guardada no bolso de alguém, na gaveta do presidente de algum partido deste país, no bolso de algum deputado, por favor, diga"*.

No intuito de contribuir com a serenidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujas declarações demonstraram um certo estado de espírito de ansiedade e intranquilidade, gostaria de citar que especialistas de diferentes áreas identificam como o maior problema para a taxaçoão dos inativos o fato de a proposta ser inconstitucional.

E se o problema é a falta de alternativas, posso citar a defendida pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Superintendente da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Kaizô Beltrão, um dos principais especialistas no assunto do País. A sugestão do pesquisador é de que melhor seria o beneficiário da Previdência receber o equivalente ao salário líquido na ativa, em vez de ter que voltar a contribuir para o sistema previdenciário, o aposentado receber o valor líquido do salário que tinha quando era contribuinte. Penso que o PT tem timidamente defendido as propostas do Governo Federal, talvez por encontrar dificuldades de explicar à população porque pretende defender a aprovação, no contexto da reforma da Previdência, de pontos como o rebaixamento das pensões a 70%, como a cobrança de 11% dos aposentados, como o redutor de 5% ao ano nas aposentadorias do servidor que for para a inatividade antes dos 60 anos (homens) ou 55 anos (mulheres). Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

12

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 071.1.52.0

Hora: 14:50

Fase: PE

Orador: LUIZ COUTO, PT-PB

Data: 08/05/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 07

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Lula marca o início de uma nova fase de discussões sobre o tema. Inteligentemente, o novo Governo propiciou um pré-debate com a sociedade, anterior à apresentação dos textos normativos, suficiente para que os anseios e as aspirações dos diversos setores interessados convergissem para uma proposta que transforme nosso atual sistema de previdência, garantindo não apenas o equilíbrio da Previdência Social e a regularização das finanças públicas, mas sobretudo justiça social. Através da reforma da Previdência, cuja discussão poderá demonstrar a viabilidade de aprovação parcial das propostas do Governo, a sociedade poderá reduzir a desigualdade social e criar instrumentos para retomar o crescimento econômico brasileiro. **É inadmissível** a manutenção da atual situação. Em 2002, a sociedade destinou R\$ 17 bilhões para financiar o déficit do Regime Geral de Previdência Social RGPS, complementando o pagamento de 19 milhões de benefícios, e, no mesmo período, **teve de** destinar R\$ 39 bilhões para complementar o pagamento de apenas 3,2 milhões de servidores públicos. Aqueles que radicalizam o discurso contra a reforma da Previdência dos servidores públicos parecem esquecer que a atual conjuntura acaba onerando absurdamente as finanças públicas, e, conseqüentemente **deveriam ter** eles esse discernimento, finda por impingir à grande maioria da sociedade brasileira, exatamente a que vive nas piores condições, **a responsabilidade** de garantir e financiar um sistema mal planejado de benefícios previdenciários. É o que acontece quando são utilizadas receitas da seguridade social, da saúde e da assistência social para pagamento de benefícios previdenciários. Os atuais números criam óbices a mudanças favoráveis aos próprios servidores, engessando qualquer política salarial. Esquecem-se muitos também de que as reformas alcançam de forma mais forte apenas os servidores com melhor situação, capazes de suportar os respectivos ônus da reforma, mas que serão, noutra via, beneficiados pelas políticas que a partir de então poderão ser implementadas em favor dos servidores públicos, dentre elas a tão almejada recuperação do valor dos vencimentos. Mais ainda, a reforma garantirá a milhares de futuros beneficiários vinculados a institutos próprios de previdência pública, sobretudo nos Estados e Municípios, que não possuem a menor condição de bancar os benefícios futuros de seus atuais segurados, a certeza do pagamento de suas aposentadorias e pensões. Inobstante os desvios ou erros administrativos, que ocorreram muito mais no RGPS do que no RPPS Regime Próprio de Previdência Social, o fato é que o Regime de Previdência do Servidor Público, com as regras hoje postas e pelos motivos já aqui analisados, é matematicamente impagável, fruto de uma visão nada responsável e muito menos atuarial dos gastos a serem produzidos pelos inativos. Por outro prisma, a instituição da Previdência Pública Complementar ajudará o País a constituir poupança, o que **é imprescindível** para o crescimento econômico do Brasil. **É necessário** vislumbrar as possibilidades geradas pelo investimento de parte desse numerário em setores estratégicos, fortalecendo o caráter social do sistema previdenciário. A verdade é que a instituição de um teto para a Previdência dos servidores públicos é uma atitude responsável e justa do atual Governo. Embora signifique aumento imediato de gastos para a Previdência, pois o Governo perderá um grande montante de receita, já que a contribuição da nova geração de ativos ficaria reduzida ao teto de contribuição, o teto garantirá o equilíbrio do sistema daqui a uma década, tornando justo e viável o sistema

previdenciário dos servidores públicos. O descaso das administrações passadas torna imprescindível que o atual Governo discuta e descubra saídas para a questão previdenciária, soluções que garantam aos jovens de hoje a possibilidade de gozar dos benefícios previdenciários amanhã, o que, não se iludam, não ocorrerá se tal situação caótica não for corrigida. O Governo Lula não se furtará ao ônus de salvar nossa Previdência e de torná-la mais justa e útil à sociedade. Tentaremos, com o apoio de toda a sociedade, beneficiar os milhares de brasileiros com o ajustamento das regras previdenciárias à realidade nacional, em prol das necessidades sociais da Nação brasileira. Sr. Presidente, quero comentar outro assunto. Aproveito a oportunidade para registrar que a Gerente Administrativa da Nacional Gás Butano fechou a filial da distribuidora em Cabedelo, e, em consequência, mais de 150 famílias estão hoje desabrigadas. Estou encaminhando ofício às autoridades da Paraíba para que tomem providências em relação ao problema, que prejudica o Município de Cabedelo, o Estado da Paraíba, que perderá recursos, e os trabalhadores. A bancada paraibana nesta Casa solicita a reabertura da filial naquela localidade, para que os pais de família não fiquem na miséria. Era o que tinha a dizer.

13

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 072.1.52.0

Hora: 09:24

Fase: PE

Orador: WELINTON FAGUNDES, PL-MT

Data: 09/05/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNTICA: 02

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL-MT. Sem revisão do orador.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar fato que, a meu ver, demonstra a maturidade democrática que este País cada vez mais vem tendo. Esta Casa recebeu há poucos dias o Presidente Lula com 27 Governadores. S.Exa. veio entregar os projetos das reformas. Sem dúvida nenhuma, foi um dos momentos mais férteis da democracia brasileira. Aproveito este momento para convocar o Governo Federal, os Governos dos Estados, as Prefeituras, a sociedade brasileira, para fazermos aqui também a grande reforma do ensino brasileiro, principalmente a valorização do ensino básico. Hoje, infelizmente, Sr. Presidente, menos de 4% dos nossos jovens conseguem chegar a uma universidade, e a maioria daqueles que terminam o ensino médio não têm uma profissão. Também está na hora de acabar com o analfabetismo neste País. Quero parabenizar o Ministro Cristovam Buarque, que está trabalhando diuturnamente com esse objetivo. Nesta semana, S.Exa. esteve em Mato Grosso, e pudemos sentir sua determinação. Quero salientar que não são importantes apenas o trabalho e a predisposição do Sr. Ministro nesta questão da educação. São importantes ainda o envolvimento de todos, a

valorização dos professores, melhores salários, enfim, melhores condições para que nossas crianças possam receber ensino de qualidade que as possibilite ser verdadeiros cidadãos no futuro. Investir em educação é ter a certeza de que o País quer seguir o caminho do desenvolvimento e, principalmente, chegar ao Primeiro Mundo. Registro ainda, Sr. Presidente, que hoje está sendo nomeada a Diretoria do DENIT Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Há muito tempo esperávamos por isso. Parabenizo todos os diretores que estão assumindo essa Diretoria. São eles: Dr. José Coutinho, Diretor-Geral; Dr. Washington Carvalho, na Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária; Dr. Sérgio Pimentel, na Diretoria de Administração e Finanças; Dr. Antônio Mota Filho; na Diretoria da Infra-Estrutura Terrestre; e o ex-Deputado Federal Ricardo Corrêa, na Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Sr. Presidente, essa diretoria tem um grande desafio pela frente. Nossas estradas estão esburacadas, e o País tem perdido muitas vidas por causa desse descaso. Há problemas também no setor ferroviário e na cabotagem. Temos mais de 8 mil quilômetros de costa, mas, infelizmente, não fazemos a cabotagem. Aproveito para cobrar do Ministério dos Transportes maior agilidade na restauração das nossas estradas. Cobro ainda do Governo Federal a liberação de recursos da CIDE, que no ano passado teve arrecadação de 7,6 bilhões de reais, para recuperação da nossa malha rodoviária.

Sr. Presidente, quero falar também sobre as reformas. É preciso votá-las o mais rápido possível. Queremos simplificar a carga tributária deste País. Existem hoje 37 impostos, taxas e contribuições. Uma empresa gasta todo o seu lucro só para ter uma assessoria que resolva seus problemas fiscais. Nós, do PL, defendemos a simplificação dos tributos, principalmente com a bandeira do Imposto Único. Precisamos facilitar a vida dos que querem estar de bem com a legislação tributária brasileira. Quando a grande maioria dos contribuintes de um país não consegue cumprir a legislação, é preciso mudá-la, porque ela não atende ao empresariado, ao trabalhador, enfim, a toda a sociedade. É o que tem ocorrido no Brasil. Em 2001, de tudo o que foi arrecadado no País, a União ficou com 68,99%, e, em 2002, com 70,15%, enquanto os Municípios ficaram com 4,4%, em 2001, e com 4,35%, em 2002. Portanto, estamos retirando recursos dos Municípios, e é lá que os problemas ocorrem e devem ser solucionados, o que só é possível se houver verbas. Queremos que a reforma tributária melhore a condição dos nossos Municípios. Nós, do PL, defendemos também a bandeira do municipalismo e entendemos que a forma de estruturar melhor este País é valorizar o Município.

(Trecho que versa sobre a Reforma da Previdência)

Sabemos que o tempo é curto, mas gostaríamos de falar um pouco sobre a reforma da Previdência Social. Hoje, fala-se muito da cobrança dos inativos. Aliás, a palavra "inativos" tem de ser abolida, porque nossos aposentados trabalharam muito por este País e podem, com sua experiência, continuar contribuindo para o seu desenvolvimento. Portanto, vamos apoiar as reformas, mas não podemos permitir que os nossos velhinhos aposentados sofram mais um

golpe em seus benefícios.

Sr. Presidente, no próximo domingo será comemorado o Dia das Mães. Eu, que tenho a felicidade de ainda ter a minha mãe, D. Minervina Pereira Fagundes, com mais de 70 anos, por seu intermédio faço uma homenagem a todas as mães e a todas as mulheres brasileiras. Infelizmente, no Brasil de hoje ainda convivemos com a discriminação contra as mulheres. Precisamos corrigir essa situação. Antes de encerrar este pronunciamento, agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, por partilhar conosco sua experiência de mais de 40 anos de mandato parlamentar. V.Exa. já foi presidente de tudo no Brasil: Presidente de Câmara de Vereadores, da Assembléia Legislativa do seu Estado, do Senado Federal e do Congresso Nacional, que dirigiu num momento difícil por que passou esta Nação, o da decretação do *impeachment* do então Presidente da República. Assim, agradeço a V.Exa. a experiência que tem transmitido a todos nós, jovens que ainda precisamos aprender muito para fazer do Brasil um grande país, mais justo e em que não existam tantas diferenças regionais e tantas desigualdades sociais. Muito obrigado.

14

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 073.1.52.0

Hora: 15:12

Fase: PE

Orador: INALDO LEITÃO, PSDB-PB

Data: 12/05/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 03

O SR. INALDO LEITÃO (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema que tomou conta da agenda política de todos nós é o das reformas da Previdência e tributária. Lamento não termos na Ordem do Dia a reforma política. Quero resgatar um pouco da história para fixar na memória de cada um de nós o que o Deputado Osório Adriano estava dizendo, o que aconteceu em 1999, quando da votação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Proposta de Emenda à Constituição nº 136, dos inativos da qual, por coincidência, eu era Relator. Não apenas o então Deputado José Dirceu disse que a PEC que tributava os inativos era inconstitucional, como também Waldir Pires; José Genoíno; Marcelo Déda, atual Prefeito de Aracaju; Antonio Carlos Biscaia e Dr. Rosinha. A bancada inteira do PT apresentou voto em separado, o qual recolhi, assinado por esse time de primeira linha do PT hoje são Ministros, Presidente do partido, Prefeitos etc. Naquela época, o foco da discussão era a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos; agora não é apenas isso. Passei o final de semana tentando calcular quanto um aposentado ganhará com a entrada em vigor de outras regras que estão fixadas na PEC enviada pelo Governo do PT, começando pela tributação de 11% no contracheque dos servidores públicos inativos e passando pela redução das pensões, seja a dos servidores falecidos seja a dos servidores

civis seja a dos militares. Além da dor da morte, a família também receberá a penalidade da redução de 30% nas pensões. A alteração do limite de idade para aposentadoria e o fim da paridade de reajustes entre os que estão na ativa e os aposentados ou pensionistas, hoje disciplinados na Constituição, também nos preocupam. O Governo do PT pretende acabar com essa paridade, e não vamos saber de que forma, ou em que momento haverá reajuste dos proventos de aposentadoria ou da remuneração relativa às pensões. Sr. Presidente, encontrei muita dificuldade para saber quanto passará a perceber um aposentado ou pensionista após a reforma proposta pelo Governo Lula se é que ela vai ser aprovada, Deputado Mendes Ribeiro Filho. Estou discutindo a questão de mérito, e sei que V.Exa. não votará a favor. Na CCJR vamos analisar os aspectos referentes à admissibilidade, do ponto de vista constitucional, jurídico, legal e regimental, dessa proposta de emenda à Constituição, mas depois teremos uma discussão de mérito. **Precisamos** ter cautela para tratar do assunto. **Temos de** avaliar com cuidado a situação, ouvir a sociedade, os segmentos interessados na redução de conquistas que vêm desde o poder constituinte originário, em 1988. Hoje, nós, os detentores do poder constituinte derivado, **devemos** examinar com calma a matéria, a fim de aprovar ou não as reformas propostas pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um item relacionado à reforma tributária que também precisa ser estudado com atenção é a tributação do ICMS no consumo ou no destino, porque isso pode afetar o princípio federativo, consagrado na Constituição e cláusula pétrea do sistema constitucional. Muito obrigado.

15

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 100.1.52. **O**

Hora: 15:40

Fase: PE

Orador: FERNANDO GONÇALVES, **PTB-RJ**

Data: 29/05/2003

O trecho do discurso que versa sobre a Reforma da Previdência tem por objetivo propor ao Governo que este reveja posicionamentos fixados na referida Reforma a fim de evitar o pânico que vem se instalando na classe média.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 01

O SR. FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho feito inúmeras manifestações nesta tribuna analisando a ação do Governo do Presidente Lula em relação a pontos importantes da conjuntura econômica, às propostas de reformas encaminhadas à Câmara dos Deputados e ainda aos graves problemas da segurança pública. Na maioria das vezes, registro o aplauso e o apoio às decisões que estão sendo adotadas pelo Governo, principalmente pela seriedade e preocupação com que o Executivo trata questões tão delicadas como a violência crescente no País, combate à inflação e à sonegação e a busca do pleno equilíbrio das contas públicas.

Em outras oportunidades, Sr. Presidente, venho expressando o meu alerta às autoridades da área econômica quanto à absoluta necessidade de se aplicar, com urgência, um redutor na taxa básica de juros, atualmente em 26,5% ao ano, dando início a uma nova trajetória que vise aliviar o elevado custo dos segmentos produtivos nacionais.

Meu pronunciamento de hoje tem o objetivo de demonstrar o grave risco para o conjunto da sociedade brasileira, em especial para contingentes da classe média, como os profissionais liberais, e para grande parte dos trabalhadores, da política de juros exorbitantes, de desativação das atividades do comércio e dos serviços e de redução da massa salarial, além das perspectivas de mudanças profundas nos critérios de concessão de aposentadorias e pensões. Foram divulgados ontem pelo DIEESE e pelo IBGE os índices de desemprego referentes ao mês de abril último, em que se constata histórico recorde de desemprego em São Paulo. O primeiro apurou o índice de 20,6% da População Econômica Ativa, com cerca de 1 milhão e 940 mil desempregados; o segundo, 12%, em todo o País. Entendo, Sr. Presidente, que esses dados alarmantes, que inclusive sinalizam aumento significativo na dispensa de mão-de-obra, devem servir como alerta ao Governo no sentido de mudar imediatamente a condução de alguns pontos da política econômica.

(A partir do trecho que se segue o orador centra sua atenção na Reforma da Previdência)

De igual modo, o temor pela reforma da Previdência Social está provocando uma corrida desenfreada a planos de previdência privada, dada a preocupação notadamente de servidores públicos, profissionais liberais e comerciantes, enfim, de integrantes da classe média, com a aquisição de planos que complementem a futura aposentadoria.

O problema é que a quase totalidade das instituições que administram esses planos de previdência complementar bancos e seguradoras estão cobrando taxas altíssimas para gerir os respectivos fundos, além de não explicitarem devidamente todas as condições de funcionamento dessas modalidades, de difícil compreensão para a maioria das pessoas. Com isso, muitos estão aderindo ao sistema sem conhecer todos os seus detalhes e comprometendo parcela considerável de sua renda mensal, o que poderá lhes provocar sérios prejuízos, em proveito dos administradores vale repetir, o sistema financeiro.

Cabe ao Governo, portanto, adotar medidas capazes de evitar o pânico que ora se instala na classe média quanto ao futuro e rever posicionamentos fixados na reforma da Previdência que vão provocar graves perdas de renda nas futuras aposentadorias e pensões desse importante segmento da população. Era o que tinha a dizer.

16

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 102.1.52.0

Hora: 14:08

Fase: PE

Orador: GONZAGA PATRIOTA, PSB-PE

Data: 02/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 26

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, agradeço ao Deputado Alberto Fraga a gentileza da permuta.

Mais uma vez ocupo esta tribuna para falar da reforma da Previdência Social. Quando elaboramos a Constituição, construímos a casa que, depois de alguns anos, **precisa de** reformas.

Nos casos em questão, ela já chegou tarde. Refiro-me não só à reforma tributária e previdenciária, mas também às reformas política e trabalhista.

Mas hoje **me permito** falar da reforma da Previdência Social.

Há pouco mais de 10 anos, o México quebrou. Fez reformas, inclusive a da previdência. Tive o cuidado de verificar o que o México fez para recuperar, em tão pouco tempo, sua previdência: cobrou dos que deviam e evitou a rouboalheira como a que existe neste País do dinheiro da previdência. E o mais importante é que a reforma foi feita para cercar de maneira contundente os mexicanos devedores.

Pasmem V.Exas.: ano passado, o México baixou as tarifas da previdência e do imposto de renda, tanto foram os recursos arrecadados.

A reforma da nossa Previdência **tem que** ser feita e vai receber meu total apoio. **É preciso** que se discuta esta matéria na Casa. Leio os jornais, vejo declarações de companheiros do Governo o meu partido, PSB, faz parte da base do Governo e todos dizem que o projeto **precisa** ser aprovado, que a Previdência Social **tem que** sair do buraco, devendo o texto final ficar tal como está. Não é bem assim.

Combatemos tanto aqui, durante a ditadura, a prepotência de pessoas que impunham sua vontade. O "João dos cavalos", quando mandava algo a esta Casa, quase sempre dizia "*tem que fazer*". Não é assim. **Temos que** discutir um pouco mais. O meu partido está discutindo. A Deputada Luiza Erundina já levou diversas pessoas à Comissão para que, com cada uma, se fizesse a discussão da matéria. **Temos que** ver como se vai fazer a reforma e como se vai cobrar.

No Município de Petrolina, Pernambuco, por exemplo, em 80% das construções civis e não estou falando de casinhas populares feitas em sistema familiar, os trabalhadores não têm cadastro na Previdência Social; pedreiros e serventes trabalham e não contribuem para a Previdência Social. O mesmo ocorre com trabalhadores do setor de prestação de serviços, como os *motoboy*s, para citar apenas uma categoria. Eles também não pagam Previdência Social. Há trabalhadores que têm sistema de previdência especial, como o trabalhador rural, que, aos 60 anos de idade, **pode** se aposentar. Mas, se se labuta como servente ou

pedreiro, durante 40, 50 anos, **não se pode** aposentar. Por tudo isso, **não podemos** votar o texto da reforma da Previdência Social sem antes discuti-lo com profundidade.

Sr. Presidente, já votei por três vezes, nesta Casa, contra a taxaço de inativos e a retirada da paridade entre o trabalhador da ativa e o que chamam de inativo. Não existe ninguém inativo. A pessoa contribui durante 35 anos e depois se aposenta. Por 35 anos, coloca-se dinheiro em caixa para se prover a aposentadoria e poder viver mais 10, 20, 30 anos, ou mais, após esse tempo.

Então, a proposta de se taxar aposentado **tem que ser discutida**. Eu não voto nela. Também não concordo com a idéia de se retirar a paridade entre o aposentado e quem está na ativa.

Além do mais, **temos que** discutir aqui também o problema do professor. O salário pago aos professores no Brasil é um dos piores do mundo. E eles ainda terão de ficar 35 anos trabalhando?! Aí, não! **Temos que** discutir isso também.

Quero que o Presidente Lula, o Ministro José Dirceu e Eduardo Campos tomem conhecimento deste meu pronunciamento, no qual afirmo que **temos** de discutir a Previdência Social. **Não se deve** simplesmente bater o pé e dizer que quem é da base do Governo **tem de votar** de acordo. Não é assim.

O Partido dos Trabalhadores, que chegou ao Governo, **tem que** chegar também ao poder e dobrar o salário mínimo, como fez Getúlio Vargas, mesmo tendo que prestar contas ao FMI. É lógico. Estamos devendo e **temos que** pagar, mas não com o suor do trabalhador, taxando proventos dos aposentados ou tirando direitos adquiridos de quem os tem.

Sr. Presidente, jamais, em nenhum momento, desconheci a importância da reforma da Previdência Social. **Temos que** fazê-la. No entanto, **não posso** rasgar a Constituição Federal no que diz respeito aos direitos adquiridos, nem tampouco aceitar passivamente que o Governo ou mesmo o meu partido, o PSB, me obriguem a votar favoravelmente à taxaço de inativos, à quebra de paridade de vencimentos de ativos com aposentados e à exclusão da aposentadoria especial aos professores.

Quero falar, Sr. Presidente, sobre algumas incongruências que percebo no projeto, e esta Casa **precisa** se empenhar para aperfeiçoá-lo, para o bem da população brasileira e de suas entidades representativas. Esta Casa saberá manter sua independência no processo de elaborar e votar as leis e jamais se curvará às ingerências daqueles que julgam ser profundos conhecedores da verdade, mas que não passam de defensores de interesses outros.

A esta altura, **é preciso** lembrar, Sr. Presidente, que todas as democracias modernas e bem-sucedidas adotaram as garantias constitucionais dos direitos individuais e salvaguardas estruturais, como a separação dos Poderes, o exame judicial e outras medidas de poder e contrapoder. Alguns, de dentro e de fora desta Casa, esquecendo-se desse fato, estão assumindo posição favorável ao desrespeito aos direitos adquiridos e às garantias individuais. E que argumento apresentam, Sr. Presidente? Argumentos fúteis, insubsistentes juridicamente, que seriam engraçados se não fossem ridículos. Nem mereciam ser citados e debatidos aqui, de tão pueris e bizarros.

Estão dizendo que, se prevalecesse o princípio do direito adquirido, a escravatura

não teria sido abolida no Brasil. Ora, Sr. Presidente, a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, aconteceu em meio a um movimento de expressão revolucionária. O Príncipe, em caso de conflito constitucional, estava munido de poderes para decidir segundo seu entendimento. Além disso, segundo análise muito bem feita pelo jornalista Josemar Dantas, o escravismo não estava protegido por cláusula irreformável.

Outros têm argumentado que o casamento não poderia ser dissolvido a partir de 1977, com a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil, porque um cônjuge já teria direito adquirido sobre o outro. O que poderíamos responder a um argumento como esse? A única coisa que me vem à mente é o pasmo, por ter ele sido apresentado por um jurista em um debate nesta Casa no último dia 21, quarta-feira atrasada.

O respeito aos direitos adquiridos, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, situa-se entre as conquistas que hoje, no mundo civilizado, distinguem os verdadeiros regimes de franquias democráticas das formas opressivas de governo. Violar esses direitos, pois, é seguir os passos da ditadura. Nem mesmo o regime de exceção, instaurado no Brasil em 1964, ousou abolir tais garantias. E note-se que os militares detinham o poder constituinte revolucionário, apto a revogar a ordem constitucional vigente por inteiro.

O Partido dos Trabalhadores, criado nos subterrâneos da resistência democrática, coberto de glórias na luta sindical, que logo contaminou a sociedade inteira, chegou ao Governo, mas parece-me que ainda não chegou ao poder.

O que está faltando ao PT, e a Lula principalmente, é a coragem de poder.

Coragem que Vargas teve, no segundo mandato, para dobrar o salário mínimo, mas nunca se dobrando ao capital internacional. E, se Lula e o PT acham que não chegaram ao poder, o que estão fazendo lá em cima?!

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que me posiciono pela manutenção dos direitos adquiridos dos servidores públicos, pela paridade de reajustes para os ativos e os aposentados. Também me posiciono com veemência contra a taxaço dos aposentados e contra o fim da aposentadoria especial dos professores. E por que me posiciono desta maneira, Sr. Presidente? Porque quero um Brasil com instituições fortes, com serviço público de qualidade para a população. Quero uma educação de qualidade para nossas crianças, sem o que não teremos futuro nenhum.

Recebi recentemente, Sr. Presidente, um arrazoado da Diretoria da Executiva Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, que expõe argumentos exatamente nesta linha de raciocínio e, ainda e mais especialmente, sobre a educação no nosso País. Como poderemos ter ou esperar uma educação de qualidade, maltratando os professores que já ganham o segundo menor salário da categoria em todo o mundo? Aumentando o tempo de serviço de profissionais que já sofrem tremendo desgaste físico e psíquico, provocado por péssimas condições de trabalho?! A quem interessa o tratamento que se quer dar à coisa pública nesse País, Sr. Presidente?

A esse respeito é oportuno frisar, mais uma vez, as palavras do jornalista Janio de Freitas, em sua coluna na *Folha de S.Paulo*, edição de 21 de janeiro:

"Uma reforma séria da Previdência não se fará sem alguma noção do que é

serviço público, do Estado e seu papel. A iniciativa privada não faz um país, no sentido de vida social e econômica organizada. Só o serviço público pode fazê-lo. Os estudos sobre a recuperação da Europa, da devastação de pós-guerra ao bem-estar de hoje, sem igual no mundo, demonstram que o êxito não se explica pelo Plano Marshall, mas pelo papel decisivo do serviço público e pela função atribuída ao Estado, naqueles novos ou restaurados regimes democráticos. Nos países adiantados, compreende-se que a previdência pública não se autofinancie. Seus déficits são de responsabilidade do Estado, cujo poder de arrecadação destina-se a prover os fatores, todos de bem-estar social. Sejam a segurança, o transporte, o urbanismo, a aposentadoria, a assistência médica. Por isso, em alguns países onde o déficit da Previdência alcançou dimensão perturbadora, por exemplo, Espanha e Itália, foi tratado com uso dos amplos meios de arrecadação do Estado. Nos dois países citados, aliás, a Previdência constitui o maior gasto relativo no Orçamento, sem falarmos em Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e outros paraísos feitos pela compreensão dos impostos, sobretudo o de renda, como fatores de justiça social. Ou seja, também previdenciária para civis e militares, funcionários e assalariados, desempregados e aposentados."

Termino, Sr. Presidente, dizendo que **precisamos** da verdade. Incomoda-me muito ver a maneira pouco isenta como está sendo conduzida a discussão da reforma da Previdência pela grande mídia brasileira. Chega de má-fé e de argumentos asininos! Ou fazemos um debate sério com a sociedade brasileira ou seremos chamados, em breve, a prestar contas de nossas palavras e ações. Antes de atacar o trabalhador com medidas inconstitucionais, **é preciso** tapar o ralo por onde têm escorrido os bilhões de reais da Previdência Social: a corrupção, a sonegação e a má-gestão, as Jorginas da vida. Vamos aumentar a base dos contribuintes. Cobrar as dívidas milionárias, inclusive da própria União, que não tem pago o que lhe cabe no plano previdenciário dos servidores públicos.

Vamos nos empenhar em um debate sincero e verdadeiro com o povo brasileiro, um debate livre de paixões, inverdades e meias-verdades, a fim de que não estejamos construindo nossas premissas, com base no aforismo "*domina-se melhor o povo excitando-lhe as paixões do que cuidando de seus interesses*", de Gustave Lebon.

Busquemos todos o verdadeiro e perene interesse do povo brasileiro, tão sofrido e carente, fazendo as reformas **necessárias**, mas com responsabilidade, dentro da lei e com respeito à Constituição. De outro modo, estaremos construindo sobre a areia e não sabemos o barulho que poderá haver quando o edifício da democracia cair.

Estas as palavras de um Parlamentar da base governista, mas comprometido com a classe trabalhadora brasileira, dentre ela, os servidores públicos explorados há mais de 8 anos sem um centavo de aumento salarial e acumulando inflação que varia de 50% a 500%.

17

**CÂMARA DOS DEPUTADOS -
DETAQ**

Sessão: 108.1.52.0 Hora: 14:18

Fase: PE

Orador: SANDES JÚNIOR, PP-GO

Data: 05/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 02

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para prosseguir o debate em torno da reforma previdenciária, sem dúvida alguma a principal matéria do conjunto de reformas propostas pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A reforma da Previdência deverá elevar o número de contribuintes do Regime Geral dos atuais 28 milhões para 47 milhões, segundo informações do nobre Deputado José Pimentel, ilustre Relator da Comissão Especial que vai estudar a matéria. O Governo não explicou como fará a "mágica da inclusão", coisa que nenhum governo conseguiu até agora.

O Relator cita uma série de itens que contribuiriam para garantir a inclusão de novos trabalhadores no sistema, como a redução da contribuição patronal de 22% para 11%, o que deverá trazer 7,6 milhões de trabalhadores do setor informal para o formal. Outro dado me chamou a atenção, Sr. Presidente. Segundo o eminente Relator, das 40 milhões de pessoas que se encontram na informalidade, 18,7 milhões ganham mais de um salário mínimo e teriam condições de aderir ao sistema. Segundo o nobre colega, haverá redução da contribuição para os empregadores domésticos, de 12% para 10%; e a diminuição da contribuição de autônomos, de 20% para 10%. O nobre Relator destaca que a maior parte dos itens da proposta do Governo já havia sido sugerida no passado pelo PT, que estuda o assunto desde 1975. De acordo com ele, a única novidade que não constava do programa do então candidato Lula é a contribuição dos inativos. O Relator explica que, exceto no caso do teto de contribuição, nenhum dos demais itens da reforma depende de emenda constitucional. É importante ressaltar que de nada adianta alargar a base de arrecadação da Previdência se não houver transparência e uma correta aplicação dos recursos. A proposta de universalizar a contribuição previdenciária pode ser considerada inovadora, compatível com os padrões da modernidade, mas **é preciso** garantir que os recursos efetivamente sejam canalizados para a instituição. Por isso, **cabe** a este Governo romper definitivamente com práticas antigas, que se traduziam pela inviabilização total do sistema, mediante o desvio de recursos para outras prioridades, algumas delas absolutamente discutíveis, como a que socorreu os bancos o famigerado PROER no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

18

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 108.1.52.0

Hora: 14:36

Fase: PE

Orador: CELCITA PINHEIRO, PFL-MT

Data: 05/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 07

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi realizado nesta terça-feira, na Câmara dos Deputados, o seminário "*As Mulheres na Reforma da Previdência: o Desafio da Inclusão Social*", cuja finalidade foi alertar o Governo Federal para o fato de que as reformas **devem** ser mais justas, pois **não podemos** aceitar tudo que nos querem impor nas reformas previdenciária e tributária.

Nós mulheres brasileiras queremos propostas mais justas, sem preconceito, que venham realmente trazer aquilo que a comunidade brasileira quer. Para debater os principais pontos das reformas, lideranças femininas de várias partes do Brasil compareceram ao evento, dando ampla e clara demonstração de que a mulher brasileira deseja cada vez mais participar do processo político brasileiro e das mudanças que se fazem **necessárias**.

Do evento **devemos** destacar as propostas de diversas entidades que tiveram o aval da bancada feminina no Congresso e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFMEA. Entre as propostas encaminhadas está a de implantar políticas específicas de incorporação de famílias que trabalham no mercado informal, com alíquotas mais baixas de contribuição.

*Hoje, devido à falta de emprego, é cada vez maior o número de mulheres que trabalham na informalidade. Tal circunstância deixa-as vulneráveis no tocante ao atendimento médico-hospitalar, à aposentadoria e a outros benefícios que **não podem** ser usufruídos pelas trabalhadoras informais.*

Outra questão que merece ser analisada com bastante cuidado quando se formar o texto final da reforma previdenciária é a relacionada às trabalhadoras autônomas, que pleiteiam índices mais baixos de contribuição para o ingresso no sistema de trabalhadores autônomos e empregados domésticos.

Outra grande distorção que ocorre atualmente no País e **não pode** continuar é a inferioridade da remuneração das mulheres com relação à dos homens, mesmo quando exercem funções idênticas, o que lhes impõe uma contribuição menor e, conseqüentemente, uma aposentadoria inferior. Como bem foi ressaltado no seminário, as injustiças são muitas e a aposentadoria diferenciada em 5 anos entre mulheres e homens está longe de ser um privilégio; é apenas medida compensatória.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o seminário foi dos mais proveitosos, porque serviu para mostrar o entendimento da mulher brasileira sobre as reformas que atingirão toda a sociedade.

Sr. Presidente, também aproveite esta oportunidade para saudar todas as lideranças femininas que aqui estiveram, sem medir esforços, a fim de trazer suas propostas e esclarecer suas dúvidas sobre o que pode ser feito para promover reformas que tragam

benefícios para todos.
Não poderíamos também deixar de enaltecer a iniciativa da nossa bancada feminina no Congresso e da Comissão Especial de Reforma Previdenciária de promover o seminário, juntamente com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFMEA, que contou com o apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras, da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e da Rede Feminista de Saúde.
Muito obrigada.

19

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 108.1.52.0 Hora: 15:28

Fase: PE

Orador: JOSUÉ BENGTON, PTB-

Data: 05/06/2003

PA

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 07

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como a população brasileira toda sabe, vem se arrastando sobre a cabeça dos inativos e pensionistas o cutelo da injustiça. Técnicos estudam, fazem contas, elaboram projetos e se esfalfam com o infeliz objetivo de impor ao aposentado brasileiro aquilo a que dão o nome de contribuição mensal. O projeto de reforma da Previdência Social trazido ao Congresso Nacional, há alguns dias, pelo Sr. Presidente da República, só veio aumentar o sofrimento dos pobres aposentados do País. O povo se exaspera, grita, esperneia, mas os ouvidos estão surdos à voz do clamor contrário a tão nefasta medida. Alegam governantes e técnicos que, assim, tirando do pobre aposentado os míseros reais que já recebe, será resolvida a questão da Previdência Social no país. Pensam que enganarão, mais uma vez, a paciência já esgotada de um povo ordeiro, pacífico, de uma parcela da população que só deseja sejam respeitados seus direitos. Sr. Presidente, quem acredita na informação oficial de que, tirando dos aposentados e pensionistas, descontando em seus miseráveis demonstrativos de pagamento a parcela de tantos por cento ao mês, estará resolvido o problema da Previdência Social brasileira? Quem, em seu bom senso, aceita essa afirmação? Ora, os governantes sabem, os Parlamentares sabem, a população sabe que o problema não se resolve assim, tirando-se de quem já não tem. A raiz desse mal, senhores, está na administração do imenso valor arrecadado pelo INSS. Para onde vai tanto dinheiro? Onde é consumido o que já é tirado do trabalhador brasileiro durante anos a fio, como pagamento antecipado de uma justa aposentadoria depois de 30 ou 35 anos de trabalho? Falo em imenso valor, sim, conforme comprova a receita de contribuições sociais do Orçamento da

Seguridade Social, cujos dados foram extraídos da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional a partir dos Relatórios da Execução Orçamentária de 2002 da União. No entanto, extraídas as despesas, verificamos que há um superávit de mais de R\$48 milhões e ainda por cima pagando-se ações do combate à pobreza, os benefícios assistenciais (LOAS), rendas mensais vitalícias etc. a pessoas que nunca contribuíram.

Não nego a justiça de assistência aos necessitados, absolutamente. O que está errado é que o INSS continue a pagar a quem nunca contribuiu, para tanto tirando dos contribuintes.

Como eu já disse, trata-se de pagamento antecipado. O trabalhador recolhe durante toda sua vida, antecipadamente; recolhe, não, mas compra antecipadamente o direito a uma aposentadoria digna e justa. No entanto, quando idoso e sem condições de continuar trabalhando, recebe míseros reais da Previdência, como se fosse, digamos claramente, uma esmola. O aposentado não precisa de favor; precisa de justiça! Assim como alguém paga um plano de saúde ou seguro qualquer para ter direito quando necessário, é o caso da aposentadoria. Precisamos acabar com a idéia de que aposentadoria é benesse do Estado. É obrigação! É cumprimento de um direito comprado pelo cidadão. O Governo alega que a Previdência está às portas da bancarrota. Não acreditamos. Que culpa tem o contribuinte se seu dinheiro foi mal usado durante anos? Qual sua culpa se, com seu dinheiro, foram pagas contas de outros órgãos? E, na maioria das vezes, de maneira incorreta, sempre ilegal, pois contribuição para efeito de aposentadoria tem que ser, na verdade, contribuição para aposentadoria e não recurso para pagar contas alheias. Os aposentados estão à mingua! Um salário mínimo indigno, vergonhoso, nos constringe a enfrentar a verdadeira fúria de que estão tomados os que dependem desses miseráveis tostões, lançados às mãos dos que deram suas vidas pelo trabalho digno, contribuindo e comprando seu direito, que hoje não é reconhecido. Agora se pretende cobrar dos aposentados, a título obrigatório, uma contribuição mensal. Isso soa como piada de mau gosto! Além de não pagar aos inativos aquilo a que realmente têm direito, mercê de mil cálculos que fazem os especialistas do Governo, visando a tirar sempre mais do antigo contribuinte, inventa-se agora que os inativos devem ser obrigados a contribuir sobre seus ricos proventos. Que proventos, senhores? Onde está o dinheiro recolhido pelo INSS? Que é suficiente, isto todos sabem. Que dá para aumentar o valor do salário mínimo, disto também todos sabem. Ninguém quer mais explicações. O que o povo quer é simplesmente justiça. Compra-se um direito por toda a vida e não se recebe?! Isto é abuso, para usarmos palavra menos pesada. Isto é desvio do dinheiro do INSS. Isto é encher os bolsos de alguns com a suada contribuição de milhões de brasileiros espoliados. É bom lembrar que o rombo da Previdência Social não é de hoje. O grande rombo da Previdência Social se deu quando a instituição incorporou os antigos institutos, como IAPETC, IAPI, IAPA e tantos outros. Foi gasto o dinheiro dos fundos de pensão desses institutos e a Previdência teve que absorver aqueles funcionários que haviam contribuído para seus institutos. Portanto, trata-se de recursos que foram gastos pela União e não foram ressarcidos. É este o motivo de haver hoje

esse chamado rombo da Previdência Social. Se todos aqueles recursos tivessem sido ressarcidos, o INSS não estaria no prejuízo. Mas basta, senhores! Basta de versões técnicas, cheias de lógica de gabinete! O que o inativo quer é simplesmente o cumprimento de um contrato, que não pode ser rompido unilateralmente pelo Governo, em benefício próprio. Todo contrato, como reza a lei brasileira, para ser alterado precisa da anuência das partes. E, neste caso, a parte interessada, os aposentados e pensionistas, não deu sua anuência.

Aposentados e pensionistas, aqui estamos para defender os direitos de cidadãos que clamam por justiça. Contem com meu apoio! Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

20

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 108.1.52.0

Hora: 15:46

Fase: PE

Orador: CARLOS EDUARDO CADOCA, PMDB-PE

Data: 05/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 04

O SR. CARLOS EDUARDO CADOCA (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo esta tribuna para apresentar uma denúncia e alertar milhares de brasileiros, que creio sejam merecedores da nossa atenção e proteção. Falo dos aposentados cujos contracheques incluíram indevidamente, descontos para contribuição previdenciária durante 20 meses, entre agosto de 1996 e março de 1998. Diversas Cortes Trabalhistas consideraram estes recolhimentos inconstitucionais e preferiram sentenças favoráveis aos servidores aposentados, que hoje têm direito líquido e certo a receber as quantias corrigidas monetariamente. Infelizmente, apesar de já terem decorridos muitos anos, os valores não foram depositados nas contas dos requerentes. Muitos inclusive, já faleceram.

Srs. Parlamentares, este fato me foi apresentado em momento mais do que oportuno, uma vez que estamos discutindo a reforma da Previdência Social nesta Casa. Esta é a hora ideal para observarmos as falhas existentes no sistema que ora vige no País e para elaborarmos um texto que, além de reduzir o caráter amplamente fiscal presente na proposta enviada pelo Poder Executivo, promova uma verdadeira inclusão social rural e urbana.

Não podemos ser apenas uma caixa de ressonância do Executivo. Devemos apoiar aquilo que for bom para o País e recusar os pontos negativos. A população não entenderá o nosso papel de legisladores se aprovarmos um texto constitucional incapaz de gerar os efeitos sociais e financeiros ideais. Segundo alguns formadores de opinião, o Parlamento deve estar bastante alerta para os trechos da reforma proposta, que representam, nada mais nada menos, do que uma privatização da Previdência, aguardada pelas empresas que visam lucros acima de tudo e que estão pouco preocupadas com o caráter social que um sistema previdenciário sério deve possuir.

Estaremos dando um pequeno, porém significativo passo, no sentido de introduzirmos no

texto da PEC nº 40 ordenamentos que evitem fatos lamentáveis como o descrito no início deste discurso. Não é justo que brasileiros que trabalharam muitos anos e contribuíram com a Previdência, ao usufruírem dos benefícios, tenham os seus direitos anulados, mesmo que temporariamente.

Espero que muito antes da promulgação da reforma da Previdência, os aposentados de todo o País tenham recebido pelo menos os valores devidos pelo Governo Federal, segundo sentenças judiciais transitadas em julgado.

A eles, aos meus partidários, aos meus conterrâneos e ao Governo Federal, reitero a minha disponibilidade para apoiar a luta por aquilo que for melhor para as finanças do País, desde que isto não signifique a piora do padrão de vida dos aposentados, cuja renda principal hoje em dia provém da Previdência Social.

Muito obrigado.

21

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 109.1.52.0

Hora: 09:38

Fase: PE

Orador: NILSON MOURÃO, PT-AC

Data: 06/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 03

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou ontem, com larga margem de votos favoráveis 44 a favor e 13 contra, a constitucionalidade da proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência enviada à Câmara dos Deputados pelo Presidente Lula. Ainda que os debates tenham sido acirrados como é próprio na Casa e tenha havido na sessão exageros por parte de alguns Deputados que se opunham à proposta, a vontade da Comissão ficou expressa, clara e cristalina. É entendimento da maioria da Comissão de Constituição e Justiça que a reforma da Previdência tem base legal, é constitucional, podendo, portanto, prosperar na Casa. O debate, entretanto, está apenas começando. Agora a proposição segue para a Comissão Especial da Reforma da Previdência, onde, apesar das inúmeras discussões já realizadas a respeito do mérito da proposta, com participação de representantes de vários segmentos sociais, inclusive de especialistas de todas as áreas, o debate vai continuar. Sr. Presidente, de tudo que tenho visto nos eventos de que tenho participado, impressionou-me o fato de alguns ficarem prisioneiros de seu próprio sectarismo. Algumas pessoas não são capazes de ouvir e enxergar, não são capazes de encarar a realidade e não se abrem para as possibilidades apresentadas. Isso demonstra claramente que em alguns setores da sociedade brasileira está arraigada a visão de privilégios sociais. O Brasil, país colonial, das elites, onde poucos dominam milhões, não suporta reformas inclusivas. É um fato que chama a atenção de qualquer pessoa de bom senso que faz uma leitura atenta do regime de previdência social do Brasil. E, da forma como está organizada e estruturada,

não possui sustentabilidade e compromete as gerações atuais e as do futuro. Sr. Presidente, enfrentamos uma situação delicada. Digo isso de forma transparente porque sou servidor público federal, sou professor concursado da Universidade Federal do Acre. O problema localiza-se no fato de que os servidores públicos, tanto os federais, como os estaduais e os municipais, sempre foram a base para nossas propostas. Além disso, é um setor importante da sociedade brasileira que mobiliza, que forma opinião e que levantou tantas bandeiras para construção da justiça social no Brasil. O problema torna-se delicado porque a reforma da Previdência incide diretamente nos servidores públicos. Estamos cortando na carne, estamos tratando de questão referente à nossa própria vida, mas está na hora de enfrentarmos essa idéia. E os servidores públicos do Brasil **deverão ter** grandeza suficiente para dar uma contribuição a mais para construirmos uma sociedade mais solidária. A previdência do setor público não se sustenta, está eivada de injustiças que **precisam ser** corrigidas. E o Presidente Lula teve a coragem de apresentar essa proposta.

É preciso deixar claro também, Sr. Presidente, para vários setores da sociedade brasileira, para nossas bases e para os servidores públicos que o Governo Lula não se restringe a duas reformas e não terminará com elas: a tributária e a previdenciária. O Governo Lula vai durar, e muito. Muitas outras mudanças virão. O jogo de mudança no Brasil está apenas começando e incide na reforma da Previdência dos servidores públicos. Faço apelo da tribuna desta Casa para que nós, que somos servidores públicos, tenhamos grandeza suficiente e visão de longo prazo para que possamos legar às futuras gerações uma Previdência que tenha sustentabilidade, que guarde justiça social e, sobretudo, que consiga responder às demandas da nossa geração e das gerações futuras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

22

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 109.1.52. **O**

Hora: 09:50

Fase: PE

Orador: PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA, **PRONA-SP**

Data: 06/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: **03**

O SR. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professor que sou, tenho recebido correspondência de colegas, principalmente de universidades públicas, em que manifestam insatisfação. Alguns já abandonaram a cátedra, tendo em vista a perspectiva que se avizinha com a reforma da Previdência. Ontem, mais uma vez e lamentavelmente, a oposição ao Governo foi vencida.

Na verdade, Sr. Presidente, **devemos dizer** que no Brasil a Oposição parece sempre ser a minoria. Talvez seja esta a razão pela qual continuam a existir em nosso País todo tipo de mazela a prejudicar a vida do trabalhador. Pela prévia do dia de ontem, parece que isso vai continuar.

Sou suplente na CCJ e acompanhei com o titular todo o trabalho daqueles que ainda tentam resgatar o que sobrou do funcionalismo público. Lembro que a oposição era até maior na Comissão. Entretanto, o Governo, como fizeram todos os que o antecederam, substituiu nada menos que 11 membros contrários à proposta apresentada, conforme divulgou a *Folha de S.Paulo*. Trocaram 11 Deputados mais todos os membros dos partidos aliados. Todos foram cooptados a votarem contra o trabalhador brasileiro.

Ora, fala-se sempre em grandes salários, como se o servidor público fosse o único responsável por todos os problemas existentes no Brasil. Não resta dúvida de que uma minoria recebe grandes salários, fruto de erros administrativos que ocorrem há anos. Veja, Sr. Presidente, meus antigos contracheques de professor e já renunciei à cátedra e não sou funcionário público registravam 254 reais por 40 horas/aula.

Hoje, na sua maioria, os professores continuam a receber um salário miserável, e o Governo utiliza a mesma forma de administração da iniciativa privada: quando quer resolver algum problema de caixa demite seus trabalhadores ou atribui a eles a responsabilidade pela má administração.

A *Folha de S.Paulo* também publicou um artigo do Prof. Felício. Não tenho nenhuma afinidade com o professor, mas ele e outras pessoas que são hoje parte do Governo discordam veementemente da taxaço dos inativos. Não consideram o funcionário que recebe 1 mil reais um privilegiado e apontam que 57% do funcionalismo federal ganham em torno de 1.500 reais.

Não podemos, de maneira alguma, aceitar os fatos lamentáveis que aconteceram ontem na CCJ. Digo lamentáveis, porque a nova Constituição, o que temos de mais sagrado em nosso País, é fruto do que se chamou revolução, aquela que causou a morte de muitas pessoas que hoje **deveriam estar** vivas. E foi esta Constituição que juramos, a todo momento, defender.

Ontem, Sr. Presidente, em plena reunião da Comissão de Constituição de Justiça e de Redação foi rasgada a Constituição. Trata-se de fato lamentável. Num ato de desespero uma servidora pública rasgou a Constituição, ela que, ao longo de toda uma vida de trabalho, constata que ficará impossibilitada, na velhice, de ter uma tranqüilidade para si e seus filhos.

A Sra. Ivone Barreiro Moreira, 58 anos, Presidenta da Associação dos Oficiais de Justiça de São Paulo, cujo nome está publicado na *Folha de S.Paulo*, num ato de desespero e na defesa de todo o funcionalismo público, viu-se obrigada, gesto simbólico, a rasgar a Constituição.

Espero que não seja creditado à Sra. Ivone este mal, mas que o seja àqueles que de fato rasgam a Constituição, ao acabar com todos os direitos adquiridos pelo funcionalismo público depois de toda uma vida dedicada ao trabalho.

23

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 110.1.52. **O**

Hora: 14:08

Fase: PE

TRECHOS DEONTICAMENTE MODALIZADOS: 03

O SR. JOSÉ LINHARES (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no fim da semana passada, todo o País assistiu, atônito, à aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, da proposta de reforma da Previdência emanada do Governo. O que me chamou a atenção, numa análise serena do evento, foi a maioria constrangedora com que o relatório foi aprovado. Não sofreu emendas nem destaques, nenhum apelo regimental foi interposto e acolhido. Daí se conclui que os doutos pares da Comissão, mesmo os que se dizem oposição, concordaram com a constitucionalidade da matéria em tela. Comenta-se que as modificações deverão encontrar espaço e discussão na Comissão específica a ser criada nesta próxima terça-feira. Quiçá, não se encurte o tempo e haja realmente um fórum de debates sadios para que os aposentados não sejam apenados, para que os tetos não sejam estreitados, e que a necessária reforma não se restrinja tão-somente ao espírito arrecadatório, postergando os valores efetivos de uma previdência efetivamente social e solidária. Na minha concepção, algumas cláusulas deveriam diferenciar a nova da velha concepção previdenciária, privilegiando os princípios da seguridade social. Se não vamos ter uma previdência ideal, aproximemo-la da justiça e da distributividade. Para que isso possa ocorrer, fazem-se necessárias algumas características. Primeira, ser tão abrangente que permita que nela possa ingressar, voluntariamente, toda a população adulta do País, como fórmula de protegê-la dos infortúnios que a vida e sobretudo a velhice costumam nos surpreender. As estatísticas nos informam que cerca de 22 milhões de brasileiros poderiam ingressar no Sistema Geral da Previdência. Segunda, ser tão flexível que possa oferecer planos de previdência diferenciados e compatíveis com as características das atividades econômicas exercidas pelos segurados. Terceira, que ofereça benefícios compatíveis com as contribuições capitalizadas dos segurados. Quarta, que sejam remetidas aos Estados e Municípios regras próprias que se amoldem às suas realidades socioeconômicas. Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que temos desigualdades sociais neste País e que as Regiões Norte e Nordeste são muito mais pobres do que as Sul e Sudeste. Quinta, criar estímulo para o alongamento das carreiras dos servidores públicos e ao retorno temporário de aposentados ao serviço. Quanto a essa questão, penso no patrimônio que poderá ser desperdiçado pela exclusão de pesquisadores, professores, auditores e outros que amealharam durante o exercício de suas profissões tesouros de conhecimento e experiência que poderiam ser ativados em prol do bem comum. Sexta, que a previdência complementar crie uma conta corrente individualizada e

remunerada, facultando ao usuário o transparente conhecimento das aplicações do Fundo a que está vinculado, para que não ocorra o que vem acontecendo agora com os Fundos fechados de previdência. Enfim, muitas outras idéias poderão surgir para que a proposta aprovada não tenha como finalidade precípua sustar a hemorrhagia financeira anunciada de nossa Previdência.

Sr. Presidente, iremos transformar as nossas sugestões em destaques e emendas, e acredito que o nobre Relator irá acolhê-las. Muito obrigado, Sr. Presidente.

24

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 114.1.52.0

Hora: 14:24

Fase: PE

Orador: MIRIAM REID, PSB-RJ

Data: 11/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 02

A SRA. MIRIAM REID (PSB-RJ. sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo momento histórico: o do resgate do ICMS para os Estados produtores de petróleo e energia. Há quinze anos fomos golpeados com a Emenda Serra. E hoje o Estado do Rio perde mais de 1 bilhão de reais devido à taxa discriminatória com a qual os Estados produtores de petróleo e energia são penalizados, uma vez que a taxa do destino favorece alguns Estados em detrimento de outros. No Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, está sendo realizado hoje encontro entre a Governadora Rosinha Mateus e os Governadores e Secretários da Fazenda dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraná e Espírito Santo. Esse encontro tem como objetivo acordo que leve esta Casa, juntamente com as bancadas federais de cada um desses Estados, a mudar a Constituição, a alterar essa discriminação cometida e corrigir tal injustiça. Na semana passada, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, por unanimidade, lei que taxa o ICMS do petróleo em 18%. Partiu a Assembléia do princípio de que, quando o óleo é extraído do subsolo e vai para uma concessionária, passa a ocorrer transferência de titularidade. Essa circulação de mercadoria acontece no Rio de Janeiro, Estado que produz 80% do petróleo do País. Assim, a Assembléia Legislativa, por unanimidade, aprovou essa lei, que será sancionada pela Governadora Rosinha na próxima sexta-feira. E esse passo é decisivo na conquista do direito ao ICMS. Em função disso, Sr. Presidente, estaremos em reunião amanhã, pela manhã, com todas as bancadas dos Estados produtores de petróleo e energia, a fim de chegar a consenso quanto à elaboração de uma emenda coletiva dos Estados produtores. Desse modo, demonstraremos a esta Casa a união não só dos partidos, mas das bancadas em defesa de seus Estados.

Além disso, acreditamos na sensibilidade da Comissão Especial da Reforma Tributária para acatar essa emenda, que é de grande alcance na medida em que corrigirá tal injustiça. Sr. Presidente, venho a esta tribuna, na condição de Deputada Federal representante do Município de Macaé, capital do petróleo do País, para manifestar essa posição e dizer que não podemos continuar sendo injustiçados. A oportunidade é única, e creio que esta Casa estará sensível para ouvir o clamor de toda uma população que tem o privilégio de possuir petróleo e no caso dos outros Estados energia elétrica.

(a partir desse trecho, o assunto é a Reforma da Previdência)

Quero ainda, Sras. e Srs. Deputados, manifestar minha solidariedade e apoio à luta dos funcionários públicos em defesa de uma previdência pública. Sabemos o risco que corre o serviço público se lhe forem retirados alguns direitos. Não podemos abrir mão da previdência pública em detrimento da privatização do setor sim, porque esse fundo complementar nada mais será do que a transferência de recursos dos funcionários para os bancos. Essa postura de luta, cuja manifestação estamos acompanhando em Brasília, é o clamor do funcionalismo público deste País. Os servidores públicos pedem a esta Casa que não altere as regras da aposentadoria, não taxe os inativos e não reduza o valor das pensões. A situação dos pensionistas já é inaceitável; se o valor da pensão for reduzido, a injustiça será ainda maior. Deixo, portanto, registrados meu apoio e minha solidariedade à luta dos servidores públicos do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota) A Presidência se associa às manifestações de V.Exa. em defesa dos servidores públicos.

25

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 114.1.52.0

Hora: 15:10

Fase: PE

Orador: PEDRO FERNANDES, PTB-MA

Data: 11/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 04

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que a reforma da Previdência mobiliza o Parlamento e a cidadania, cabe-nos lembrar cifra preocupante e desafiadora. Hoje, nada menos que 45 milhões de pessoas, de uma população economicamente ativa totalizando 75 milhões, ou 60% dos trabalhadores brasileiros, sobrevivem ao deus-dará do setor informal, à margem de qualquer proteção trabalhista e previdenciária.

O mapa da informalidade, baseado em dados da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares PNAD/2001, do IBGE, e atualizados por estimativas do sociólogo e professor da FEA/USP José Pastore, revela a seguinte distribuição: 19 milhões de informais estão empregados em empresas; 15 milhões são trabalhadores por conta própria; 3,8 milhões são empregados domésticos; 6 milhões trabalham sem remuneração e 1,2 milhão são empregadores. De acordo com o Prof. Pastore, metade desse enorme contingente clandestino, relegado aos porões da cidadania socioeconômica, é formada por pessoas sem renda suficiente para pagar a Previdência ou por trabalhadores menores de 16 e maiores de 60 anos, incapazes de elegibilidade para o INSS. A maioria esmagadora dos informais concentra-se nas pequenas e microempresas, que, de resto, dominam o panorama dos negócios e são o motor da empregabilidade neste País. Na década de 90, 55% dos novos postos de trabalho surgiram nas pequenas e microempresas. No setor comercial, 83% dos empregados estão em firmas com até 4 funcionários. No segmento de serviços, 74% dos postos de trabalho encontram-se na mesma situação. Infelizmente, os altos custos dos encargos trabalhistas e previdenciários, equivalentes a 103,46% de cada salário pago, representam ônus insuportável para esses microempreendedores, porque nossa legislação insiste na suprema injustiça de tratar igualmente os desiguais, impondo as mesmíssimas exigências a mega e microempresas.

Quanto ao grande e sofrido contingente de 19 milhões de pessoas que trabalham por conta própria ou sem remuneração, o Executivo e o Congresso Nacional **estão lhes devendo aperfeiçoamento** da reforma previdenciária, a fim de garantir um mínimo de proteção. Esse mesmo compromisso **deve nortear** a desburocratização e a simplificação das regras de contratação e registro dos empregados, de modo a tirá-los da condição marginal e desprotegida em que se encontram. Sr. Presidente, ciente estou de que este é o momento de unirmos esforços para acelerar e concluir a reforma da Previdência do setor público, hoje um dos principais focos de desequilíbrio das finanças nacionais e, como tal, sério obstáculo à retomada do crescimento econômico. Mas, vencida esta etapa, **precisamos concentrar** nossas energias criativas em uma reforma trabalhista capaz de garantir a solvência financeira e a sustentabilidade atuarial do INSS, tirando dezenas de milhões de trabalhadores da clandestinidade e fazendo justiça ao sacrifício dos pequenos e microempresários do Brasil. Muito obrigado.

26

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 115.1.52.O

Hora: 14:34

Fase: PE

Orador: CARLOS WILLIAN, **PSB-MG**

Data: 12/06/2003

TRECHOS DEONTICAMENTE MODALIZADOS: **0**

O SR. CARLOS WILLIAN (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, quero falar da situação calamitosa em que se encontra a segurança pública em Minas Gerais.

Todos os dias, os meios de comunicação do País falam da falta de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Na semana passada, uma revista de circulação nacional mostrou que a situação não é exatamente a que se comenta. A falta de segurança no Rio não é maior que a de outros Estados brasileiros, que apresentam sérios problemas no setor. A violência já chegou a Minas Gerais, as Alterosas. Nossa situação é tão séria que diariamente são registrados, em média, 23 assaltos a ônibus. Em alguns casos, os assaltantes humilham os passageiros dos ônibus obrigando-os a cantar o *Parabéns pra Você*.

O Governador Aécio Neves prometeu maior eficiência na segurança pública, mas, no entanto, estamos vendo a degradação da área. Os belo-horizontinos não se sentem seguros para sair à rua durante o dia ou a noite. Sr. Presidente, fui eleito de maneira expressiva na Capital mineira. Como representante daquela cidade, peço às nossas autoridades federais e estaduais que tomem providências para resolver o problema.

(a partir desse trecho, o assunto é a Reforma da Previdência) Hoje estivemos reunidos com representantes da magistratura do Estado de Minas Gerais que estão preocupados com a reforma da Previdência que começa a tramitar nesta Casa. São juízes e promotores de justiça que entraram no serviço público através de concurso, na expectativa de serem regidos pelas regras da Previdência hoje em vigor, como o direito à aposentadoria com salário integral e com determinada idade. Esses direitos estão sendo subtraídos da nossa Justiça. Futuramente, se prevalecer a reforma do jeito que se encontra, nenhum advogado de responsabilidade e competência vai querer seguir a carreira da magistratura. Pelo contrário, vai preferir trabalhar como profissional liberal, pois assim terá garantias individuais e trabalhistas. Será melhor do que ingressar no sistema público, em que a regra do jogo é modificada a todo instante. Sr. Presidente, vamos nos reunir, na segunda-feira, com magistrados das Justiças do Trabalho, Comum e Federal e com representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais a fim de elaborar proposta a esta Casa que faça valer a integridade da magistratura brasileira. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNTICA: 03

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler pronunciamento do Presidente da Associação Mato-Grossense dos Magistrados, Dr. Ernani Vieira Souza, em seminário realizado hoje em Cuiabá, "Movimento em Favor de uma Previdência Justa", que passo a ler:

" Dia Nacional da Mobilização da Justiça: A reforma da Previdência Social e o desmonte do Estado. Movimento em Favor de uma Previdência Justa. O Governo anterior, através da mídia, fazia uma acusação sempre repetida: "as aposentadorias integrais de funcionários públicos provocam um rombo de bilhões nas contas da Previdência, em face de salários privilegiados". O novo Governo não faz diferente. Para justificar a reforma da Previdência repete, aqui também, o que dizia FHC, ou seja, que o "rombo" nas contas da Previdência é motivada por salários privilegiados. Que privilégios são esses? São poucos, dentre os milhares de servidores que ganham acima de dez mil reais. Por que o Governo não fala no privilégio dos banqueiros? Não fala que somente no ano de 2002 os banqueiros receberam de juros mais de 120 bilhões de reais. Onze bilhões por mês. Isso tirado da saúde, da educação, do desenvolvimento, da vida do povo brasileiro. Ora, querer jogar sobre os ombros dos funcionários, que contribuem mensalmente para com a Previdência, a responsabilidade da crise econômica do País, é atitude irresponsável de ignorante ou de quem, a serviço dos banqueiros, quer jogar o nosso povo trabalhador nas mãos da rede bancária, nas chamadas previdências privadas, quase sempre ancoradas por um banco. Uma rápida radiografia do que ocorre hoje no País deixa evidente quais são os verdadeiros privilegiados. Enquanto os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada assistem à corrosão diária do seu poder de compra, os bancos exibem lucros cada vez maiores. O Governo alega que não tem dinheiro e, por isso, aumenta os impostos e permite o aumento constante dos combustíveis, dos remédios, dos alimentos, etc. Os trabalhadores seguramente estão com o poder aquisitivo corroído. As empresas estão descapitalizadas. O desemprego aumenta a cada dia. Mas o desvio do dinheiro da Previdência continua. O próprio Governo, para pagar os juros das dívidas contraídas com o Banco Mundial e com o FMI, patrocina esses desvios. Mas, para desorientar a opinião pública e para desviá-la dessas mazelas, o Governo, sem qualquer cerimônia, afirma e reafirma que o rombo da Previdência se deve, unicamente,

aos salários privilegiados do servidor público e, lamentavelmente, essas afirmações encontram eco na mídia. E a mentira repetida transforma-se em verdade. Por isso mesmo o Governo jamais divulgou o fato de que a União é a maior devedora do sistema previdenciário. Somente agora o Ministério da Previdência, insistentemente cobrado, divulgou uma lista incompleta dos grandes devedores da Previdência, dívida essa de R\$ 153 bilhões, que representa duas vezes o rombo oficial da Previdência, avaliado oficialmente em R\$ 65 bilhões. O jornalista Cláudio Humberto, em sua coluna, na Internet, no dia 8.2.03, fez a seguinte denúncia:

'Lula poderia aproveitar a instalação do seu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no dia 13, para cobrar dos empresários e banqueiros presentes o pagamento do que devem ao INSS, aliviando o rombo da Previdência. O calote desses conselheiros soma R\$ 9,5 bilhões'.

E o que faz o Governo para recuperar esse crédito? Nada. Ao contrário, recentemente perdoou um desses grandes devedores, optando, assim, em sacrificar o servidor público ao invés de recuperar esses créditos. Afinal, é muito mais fácil sacrificar o já sucumbido servidor público do que enfrentar os poderosos que financiam campanhas. Ninguém desconhece que a situação a que chegou a Previdência no País é fruto do mau gerenciamento. E o resultado disso é que, durante todo o período em que havia um pequeno número de beneficiários e um grande número de contribuintes, nunca se fez a necessária capitalização. O dinheiro da Previdência -principalmente depois que criaram um único instituto nacional - sempre foi utilizado largamente pelo Governo Federal, que se apropria indevidamente das contribuições dos trabalhadores e não deixa recursos para atender às necessidades de pagamento dos benefícios. A Previdência sempre foi, ou deveria ter sido, patrimônio dos trabalhadores e, portanto, intocável. Ocorre que os trabalhadores nunca foram chamados para administrar os recursos advindos de suas próprias contribuições. Ao contrário, os maus administradores, ali colocados ao sabor das conveniências políticas do momento, jamais destinaram os recursos arrecadados para um fundo de capitalização, a exemplo da Previ e outros fundos. Ao contrário, tais recursos sempre foram inescrupulosamente desviados para outras finalidades, sem qualquer consulta ou concordância daqueles que contribuía. Se o Estado, ao invés da gestão inapta que sempre o caracterizou, observasse os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência que regem a Administração Pública, e, ainda, respeitasse os direitos e garantias fundamentais do cidadão, principalmente os que dizem respeito à igualdade, à segurança e à vida, a uma vida digna, e se combatesse, com vontade e eficácia, a corrupção que mina as forças do Estado e do cidadão, principalmente a corrupção que campeia no próprio sistema previdenciário; se cobrasse tempestivamente a contribuição dos grandes devedores, ao invés de perdoá-los; se permitisse a apuração de escândalos, como esses de desvios de bilhões para contas misteriosas no exterior; se não impedisse a implantação da CPI do Senado para apurar o uso do BANESTADO, que facilitou, para figuras da República, o desvio de mais de 30 bilhões de para contas particulares no exterior - sim, algo em torno de US\$ 30 bilhões deixou o País através de contas suspeitas e de favorecimento do Banco Central (o Delegado José Francisco Castilho Filho, primeiro encarregado das investigações, repetiu na Câmara dos Deputados que o tamanho da roubalheira é esse mesmo); se, enfim, o Estado agisse honestamente, como bom e eficiente

administrador -, sem dúvida o déficit da Previdência, se é que existe, jamais existiria. Digo "se é que existe", porque ninguém sabe, com segurança, quanto se arrecada hoje em favor da Previdência. Os números apresentados pelo Governo não são confiáveis. Todos sabemos que são sempre manipulados para atingirem índices que lhe convém. Enfim, se o Estado agisse dentro daqueles princípios norteadores, não haveria mais necessidade de reformas constitucionais, de cooptação de Parlamentares, de negociações com partidos. Como está, porém, é na área da gestão que se impõe, antes de tudo, uma reforma que dê eficiência, confiabilidade e transparência no sistema de administração. Mas o propósito de nosso encontro não é combater essa tal reforma. Queremos, na verdade, debater alguns aspectos do projeto reformista, principalmente aqueles que negam ao servidor o direito a uma aposentadoria digna e sem sobretaxas, para que, no final de longos anos de trabalho, já no entardecer da vida, possa ter um descanso merecido, sem as apreensões e preocupações da falta de recursos para a compra de remédios e pagamentos de médicos e hospitais, uma vez que o sistema de saúde pública também está falido e não atende ninguém. Queremos ter a chance de dizer, como disse a Senadora Heloisa Helena, em assembléia promovida por fiscais de tributos, em Brasília, 'que o projeto da reforma da Previdência é uma farsa que só atende aos fundos de pensão'. E por trás de cada fundo de pensão está sempre um grande banco. Não é à-toa que o jornal londrino, Financial Times, preocupado com a reforma, comenta, em edição do dia 12 do corrente, a repercussão econômica da recente manifestação dos servidores públicos. 'Investors who see pension reform as essential for the long-term health of public finances will be watching the government response to public pressure.' (Os investidores, que consideram a reforma previdenciária um elemento decisivo para o saneamento das finanças públicas a longo prazo, acompanharão atentamente a reação do Governo à pressão da opinião pública.) Por tudo isso é que queremos um amplo debate em torno da reforma da Previdência, para que nos dêem a chance de demonstrar, exemplificativamente, que um funcionário, após concurso público, inicia sua carreira aos 25 anos de idade e contribui para a Previdência Social por 35 anos; que durante os 35 anos seu salário de, digamos, R\$ 4.000 não é reajustado; que sua contribuição mensal é de R\$ 440 (11% de seu salário bruto). Assim, em um ano as 13 contribuições à Previdência somam R\$ 5.720; ao se aposentar, com base nessas premissas, este funcionário teria acumulado cerca de R\$ 1.550.000 (isto mesmo, um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais). Este cálculo foi feito por José Carlos Parente de Oliveira, Doutor em Física e professor da Universidade Federal do Ceará. Assim, qual o 'rombo' que a aposentaria integral do servidor provoca na Previdência Social? Qual o privilégio 'escandaloso' concedido ao funcionalismo público? E por fim a pergunta que não cala: qual é o motivo real para campanha tão insidiosa contra os servidores do Estado? Não seria, mesmo, para jogar a previdência pública no colo da previdência privada, conforme orientação do FMI? Por outro lado, a aposentadoria integral, como garantia fundamental da chamada Constituição Cidadã, deve prevalecer, no mínimo, para todos os agentes públicos das chamadas carreiras de Estado, e que exercem funções indelegáveis à iniciativa privada. Estamos falando do Poder Judiciário, do Ministério Público, da arrecadação e fiscalização tributárias, das Forças Armadas e das Polícias Cíveis e Militares.

Para os militares, porém, o problema deixou de existir. Genoíno, Presidente do PT, em recente pronunciamento divulgado pela Internet, em 13/06/2003, declarou que os militares têm direito à aposentadoria especial porque são uma categoria diferenciada das demais. Tão diferenciada, dizemos nós, como os magistrados, os promotores de justiça e todos aqueles que exercitam o seu mister com dedicação exclusiva, impedidos de exercer qualquer outra atividade remunerada. Tratar igualmente a todos, com exceção dos militares, é ditadura neofascista. Democracia é conferir igualdade de oportunidades e tratar desigualmente os desiguais, na proporção de suas desigualdades - sempre a todos respeitando. Igualdade e respeito. É isso o que queremos e é isso que pedimos aos nossos Parlamentares.

*E o Presidente Lula não percebeu ainda que o Estado nacional é uma abstração, abstração essa que só se materializa plenamente pela ação dos seus funcionários permanentes, que **precisam ser** motivados e tratados com respeito e justiça. Governos que começam desrespeitando e agredindo os interesses dos seus servidores nunca terminaram bem.*

A aposentadoria do servidor público não nasce do nada. Ela decorre de 35 anos de contribuição ininterrupta. É muito dinheiro que o cidadão paga durante toda sua vida! E, agora, aparece essa nova investida contra direitos adquiridos que está resultando na aposentadoria em massa de professores universitários, a ponto de o Ministro Cristovão Buarque instituir um abono e bolsas de estudo para evitar novas aposentadorias. Se a debandada desses professores não for estancada, as universidades brasileiras sofrerão uma grande e irrecuperável perda. O mesmo acontecerá com outras categorias profissionais. Aí o prejuízo para o País será imensurável. Décadas haverão de passar até que os quadros sejam devidamente recompostos.

É por tudo isso que pedimos aos Parlamentares que apreciem a proposta de reforma da Previdência com isenção, com espírito público e não com espírito meramente partidário, como se atender aos reclamos do Presidente Luiz Inácio fosse mais importante do que atender aos reclamos da Nação. É o quanto esperamos." Ernani Vieira de Souza - Presidente da AMAM.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 0

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago à Casa a preocupação com a grave crise que se instalou nas universidades e, de modo geral, no serviço público do País com o anúncio da reforma da Previdência, que o Governo encaminhou à Câmara dos Deputados e está sendo analisada e debatida, agora, no âmbito da Comissão Especial. Tenho presente o exemplo da Universidade Federal de Pernambuco, onde 62 aposentadorias foram concedidas, nos últimos meses, e mais de 40 estão sendo requeridas ou em processo, com pedidos de contagem de tempo de serviço. A UFPE está em greve há 48 horas, como parte de um ato nacional de protesto dos professores universitários, que se dizem "revoltados com o modelo da reforma da Previdência" proposto pelo Governo. A categoria reclama, em todo o País, de não ter tido oportunidade de discutir a reforma com o Governo Federal previamente ao envio da mensagem à Câmara. A greve de advertência em Pernambuco poderá ser seguida de uma greve geral mais ampla, a partir do dia 25 próximo.

As propostas do Governo para atenuar a crise, que está afetando a qualidade do ensino, são paliativas: a devolução, como abono, do desconto do INSS feito nos contracheques por um período determinado. Uma bolsa complementar, em numerário, para os que desistam de requerer aposentadoria.

Nenhuma dessas propostas está sendo bem recebida pelos professores universitários, segundo informações que me chegam do Recife. Ao contrário: há um desânimo e descrença gerais relativamente ao Governo e ao próprio Estado, como ente político.

E isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocorre não apenas no meio universitário, mas em todo o serviço público, pois o funcionalismo, que é uma fonte segura para a cobrança de tributos - Imposto de Renda, CPMF, INSS - desconfia das propostas de Governos que, nos últimos anos, se desacreditaram com as frustrações sucessivas do Plano Cruzado, do Plano Collor, do Plano Verão, da CPMF provisória ... Como se não bastasse, a classe média está, segundo o jargão popular, "encalacrada" na Banca, entrando no cheque especial e usando o cartão - ou os cartões - nos limites máximos, limitando-se, quando pode, ao pagamento de juros mensais, que levam boa parte de seus proventos, e recorrendo às consolidações de passivos.

Até o dia 31 de julho vamos ver quantos cidadãos brasileiros, pessoas físicas, se habilitarão aos benefícios da Lei nº 10.684, do último dia 30 de maio, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com seu passivo de Imposto de Renda para pagar que ainda não foi ajuizado nem caiu no CADIM. Uma lista muito maior será das empresas - grandes, pequenas, médias - que vão aderir ou já estão aderindo a esse novo REFIS, no quadro de retração

econômico a que assistimos. Vamos buscar nesta Casa conciliar a necessidade da reforma da Previdência com as conquistas sociais e os direitos adquiridos dos professores universitários, do funcionalismo e das outras categorias, no objetivo de não perder a colaboração de servidores leais e capazes e evitar que o serviço público seja sucateado na ânsia de o Estado buscar para as atividades do Estado o autofinanciamento - o que é uma perspectiva errada quando aplicada indiscriminadamente a todas as ações públicas. Muito obrigado.

29

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 123.1.52.0

Hora: 14:14

Fase: PE

Orador: BABÁ, PT-PA

Data: 25/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 01

O SR. BABÁ (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, parabenizar os mais de 30 mil servidores públicos que no dia 11 de junho se reuniram na Esplanada dos Ministérios, vindos de todos os cantos do País, para manifestar sua justa oposição ao projeto de reforma da Previdência, apresentado pelo Governo Lula depois de ter sido discutido com os Governadores e com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social cuja maioria é formada por grandes empresários, muitos deles sonegadores da Previdência, mas não com os trabalhadores. Estive com eles no ato, na Plenária dos Servidores do dia 14, e presto meu apoio e minha solidariedade àqueles que convocaram greve a partir do 8 de julho, porque eles têm razão. Essa proposta de reforma, ainda que venha a sofrer alguma modificação, não terá seu núcleo mudado, núcleo esse que consiste em acabar com a aposentadoria integral para fortalecer os fundos de pensão, favorecendo os abutres do sistema financeiro, que já fizeram falir fundos de pensão na Argentina e no Chile, e continuam dando calote nos trabalhadores do mundo inteiro, como aconteceu com os fundos da Enron e da GM, nos Estados Unidos, ou, sem ir muito longe, no dos funcionários da VARIG, porque nada mais fazem do que jogar com o dinheiro da poupança dos trabalhadores, na especulação irresponsável do mercado financeiro. Infelizmente, a resposta a essa resistência dos trabalhadores não poderia ser mais truculenta. A nós Parlamentares que apoiamos os servidores públicos e nos negamos a votar contra eles, a partir do Palácio do Planalto e da Casa Civil, pressionam, punem com substituições nas Comissões e ameaças de suspensões, por intermédio da Comissão de Ética do partido, onde estaremos, com as companheiras Luciana Genro e Heloísa Helena, neste final de semana, em São Paulo, sem direito à defesa, como fizeram com o Deputado João Fontes. Acusam-nos de defender privilégios, quando é a proposta do Governo que nada faz para melhorar a triste situação do cortador de cana, nada faz pelos milhões que estão excluídos da Previdência. Também não somos nós os que defendem o teto

de 17 mil reais para a cúpula do Poder Judiciário, proposta vinda do próprio Governo. Quem é, então, que defende privilégios? Desafio os Parlamentares, os Ministros, os ocupantes de cargos eletivos que defendem essa reforma, os Governadores e os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social a acabar com o acúmulo de aposentadorias, com as privilegiadas aposentadorias dos Parlamentares, e a recolher sua contribuição, como fazem todos os trabalhadores. Posso falar com tranquilidade sobre esse tema, porque me recusei a receber aquela aposentadoria vergonhosa pelos 8 anos de mandato de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa do Pará, e nesta Casa não estou filiado ao fundo dos Parlamentares, e ainda desconto mensalmente para o INSS. Quem defende privilégios? Quem convocou sessões extraordinárias para desperdiçar no mínimo 15 milhões de reais para pagar salários aos Parlamentares? Foi o Governo, que tem pressa em suprimir direitos dos servidores e quer agradar sua nova base de sustentação. Nós não queremos convocação extraordinária! Uma nova e infeliz resposta veio ontem com o discurso do Presidente, que diz que ninguém nem nada será capaz de deter seu ímpeto reformista. Numa atitude absolutamente antidemocrática e messiânica, desafiou a Constituição, o Congresso Nacional, o Judiciário e a população brasileira, mostrando uma coragem que, infelizmente, deveria ter mostrado perante o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o FMI, mas não o fez. Não são bons esses desafios, Sr. Presidente. Lembre-se o Presidente Lula de que a popularidade não é eterna. Pelo contrário, na nossa América Latina temos assistido à vertiginosa queda de popularidade daqueles Presidentes que insistiram em adotar os planos neoliberais exigidos pelo mercado, como infelizmente se faz hoje no Brasil. Para mudar esse modelo é que fomos eleitos, e também foi eleito Lula.

Não trocamos de lado. Continuaremos na luta para derrotar o plano neoliberal, e essa luta hoje inclui barrarmos a reforma da Previdência. Por isso, amanhã, dia 26, estarei participando da passeata dos servidores públicos no Rio de Janeiro, na Candelária, e também estarei apoiando a greve da categoria a iniciar-se no dia 8 de julho, para derrubar a PEC sobre a reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional.

30

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 123.1.52.0

Hora: 14:34

Fase: PE

Orador: JAIR BOLSONARO, PTB-RJ

Data: 25/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 0

O SR. JAIR BOLSONARO (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

posso não ser simpático à barba do Deputado Ivan Valente ou aos cabelos do Deputado Babá, mas respeito a coerência destes poucos petistas que ainda restam nesta Casa.

Falarei a respeito de justiça, inclusive durante o regime militar. Há poucos dias, o Presidente Lula fez infeliz comparação entre uma professora e uma cortadora de cana. Até entendo que isso tenha acontecido, depois do episódio ocorrido em São Paulo. Um subtenente do Exército brasileiro, segurança particular do filho do Presidente da República - que estava na casa da namorada -, foi assassinado. Não sei se, caso o filho de Lula fosse depois ao motel, o subtenente teria que segui-lo também. O filho do Lula sequer se dignou a comparecer ao sepultamento do subtenente. Talvez, em vez de professora, tenha sido essa cortadora de cana quem o educou. E a esposa do subtenente já foi notificada de que dispõe de 120 dias para desocupar o próprio nacional aqui em Brasília. Não se respeita nem o ano letivo. O subtenente deixou um filho, que estuda no Colégio Militar, e uma filha, aluna da Universidade de Brasília. Se a PEC nº 40 tivesse sido aprovada como está, a viúva do subtenente receberia no máximo 70% dos parcos vencimentos do esposo. Ontem, assistimos à declaração do nosso querido Lula de que nem o Congresso Nacional nem o Poder Judiciário poderão barrar essas reformas; só Deus poderá fazê-lo. Por si só, dispensa comentários mais essa declaração desastrosa do Presidente Lula, que estimula o conflito entre Poderes e classes. Na verdade, o que ele quer é nivelar todos por baixo. Engana-se o trabalhador que está no Regime Geral da Previdência Social se pensa que não vai ser atingido pela reforma. Na realidade, o Estado brasileiro transformou-se num grande banco, cujo objetivo é assaltar os clientes para enriquecer-se cada vez mais. Fiquei mais estupefato ainda ao ver o Senador Aloizio Mercadante dizer hoje no programa *Bom dia Brasil* que é inadmissível um servidor público se aposentar ganhando mais que um carregador de sacos de cimento. Ele deveria perguntar ao seu pai, general Oliva, se está satisfeito com seus proventos de general da reserva, e ao seu irmão, coronel da ativa, que está servindo aqui em Brasília, se gostaria de aposentar-se com 2.400 por mês. Digo mais: se seu pai tivesse sido carregador de sacos de cimento, o Senador Aloizio Mercadante não teria a educação que tem hoje.

No passado, já que provocaram aqui - eu não ia falar sobre isso -, alguns integrantes do PT praticavam justiça com seus companheiros. Ou seja, Sr. Presidente, quando aquele colega, que ajudava a assaltar banco, a seqüestrar ou a empurrar carro-bomba no QG do 1º Exército, lá em São Paulo, destroçando um recruta, não interessava mais, eles simplesmente justificavam-no, eliminavam-no, matavam-no.

Os servidores públicos civis da União estão sendo justificados pelo Governo Lula. Acabaram as eleições, e eles foram enganados pela promessa de que teriam 74% de reajuste. Não se precisa mais deles: vamos agora justificar os servidores públicos, vamos mandá-los para o jângal. O pior, Sr. Presidente, como militar, não é perder a guerra quando um Exército é mais poderoso, mais potente ou tem mais meios do que o seu. O doloroso, o deprimente, é perder a guerra quando um companheiro seu o trai. E Lula está

traíndo os servidores civis na proposta de reforma da Previdência. Iludem-se os meus colegas das Forças Armadas se acham que, retirando-os hoje da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, na Comissão Especial, eles estarão livres da vala comum da Previdência. A alma desta reforma da Previdência é apenas uma proposta, que interessa realmente ao Governo do PT: acabar com a paridade. Se assim se fizer e todo o restante for mantido, é só mexer um pouquinho mais nos índices, acelerar um pouco mais a inflação. Como o servidor inativo, o militar da reserva e a pensionista não terão mais reajuste, o Governo conseguirá fazer tremenda economia para poder honrar os compromissos com os banqueiros internacionais.

31

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 123.1.52.0

Hora: 15:24

Fase: PE

Orador: JOSÉ DIVINO, PMDB-RJ

Data: 25/06/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 09

O SR. JOSÉ DIVINO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar de uma visão cidadã da reforma da Previdência. O País está em crise e **necessita** da participação dos brasileiros. Contudo, costumeira e antipatriótica prática vem conspirando contra todos, reclamando da manutenção de direitos que, numa interpretação tendenciosa de princípios constitucionais, se ampara por leis especiais, possibilitando a certas categorias profissionais omitirem-se da participação efetiva na solução de problemas nacionais e elegendo grupos menos organizados para o sacrifício **necessário**. É o egoísmo travestido de corporativismo, antônimo da fraternidade e da solidariedade, entrando em ação, impedindo-nos de amadurecer enquanto sociedade, ameaçando-nos com movimentos isolados, ações de inconstitucionalidade e outros instrumentos de ocasião.

A Previdência Social é uma dessas questões cuja magnitude necessita de ações conclusivas e da participação solidária de todos. Na esfera estatal, **precisamos** combater com extremo rigor a sonegação e a apropriação indébita com ações que resultem na fiscalização constante e na cobrança judicial incansável das procuradorias, enquanto se aperfeiçoa e se simplifica a legislação em tela. **É preciso** restabelecer um Estado de Direito capaz de rechaçar a prática da sonegação fiscal como estratégia de competitividade. Na iniciativa privada, empresários e autônomos, grandes, médios e pequenos, **precisam reordenar** suas ações, patrocinando a consolidação do novo sistema, contribuindo conforme determinado em lei. Quanto à contribuição previdenciária dos atuais e futuros beneficiários, **precisamos de** regras gerais e claras, deixando de lado pleitos que busquem

transformar o juiz, o militar, o promotor, o político, o servidor público, ou qualquer outro grupo, em brasileiros especiais. Todos somos iguais, preceitua nossa Constituição. Qualquer sistema ou serviço estatal que nos trate de forma diferenciada já carece de legitimidade, de constitucionalidade e - por que não dizer - de moralidade. Que tais práticas permaneçam no passado! Não aceitaremos mais que o comerciário, o bancário, o gari, o servente, o pedreiro, o cortador de cana sejam sacrificados e tratados de forma diferente. Inexistem razões que o justifique. A sociedade não será melhor se assim nos portarmos. Assim concebemos no passado, sendo o contexto atual o resultado obtido.

Quanto aos atuais benefícios previdenciários de servidores públicos, cujos valores situam-se muito acima dos limites estabelecidos para a remuneração daqueles em atividade, alcançando cifras de 20, 30, 50 mil reais, e certas pensões de duvidosa legitimidade, refletamos. Considerando que, durante a atividade, os servidores respectivos não contribuíram de forma a compor um capital que sustente o pagamento de tais benefícios, parece-nos justo que as gerações atuais, ainda mais pobres que as anteriores, sejam penalizadas com o financiamento de tal obrigação, mesmo que amparada por uma duvidosa constitucionalidade? No caso em tela, tais beneficiários **devem contribuir**, pois as normas que lhes permitiram as condições em que se encontram seus benefícios não estavam amparadas por análises atuariais e econômicas consistentes. Certo é que tais benefícios põem em risco o futuro de seus beneficiários e de todo o sistema. A história, hoje em redação, convida-nos à virtude, à fortaleza de assumir cada qual sua parte, à coragem para avançarmos sobre temas com honestidade, à justiça e à solidariedade, abandonando definitivamente a habitual míope percepção egocêntrica imediatista. Desafios desta magnitude enfrentaram a Europa e o Japão no pós-guerra e os americanos no movimento de independência, concebendo, ao final, sociedades fortes e desenvolvidas. Utilizemos, pois, nossos problemas de hoje como estímulo para a construção de um Brasil mais justo e próspero, deixando para trás o sectarismo, o corporativismo e o oportunismo com suas mazelas.

Sr. Presidente, estão publicados no jornal *O Dia* os supersalários da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Há salários de 20 mil, 30 mil reais que não recolheram a devida contribuição. É uma injustiça contra a sociedade, contra o cidadão. Nós, na condição de Parlamentares, **temos que promover** justiça a todo o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

32

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 006.1.52.**E**

Hora: 10:12

Fase: PE

Orador: CHICO ALENCAR, **PT-RJ**

Data: 04/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: **02**

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero acrescentar à erudita explanação do meu companheiro Deputado Paulo Delgado algo que está na vida, na terra e na gênese da luta social do MST, versos de camponeses de Goiás: *"Esta é a grande barreira que está na nossa frente. No Brasil, há muita gente sem terra e muita terra sem gente"*.

O boné na cabeça do Presidente da República simboliza o combate secular ao latifúndio e a busca, unindo instituições e movimentos sociais, pela reforma agrária.

Sr. Presidente, destaco o prazo final para recebimento de emendas à reforma da Previdência. Sem prejuízo do conteúdo, até ontem à noite havia 145 emendas, sendo 25 de Parlamentares do PT e 9 da bancada do partido. Entendo que essa proposta, que não é de reforma da Previdência como um todo, mas sim de alterações do regime próprio do servidor público, teve na conjuntura brasileira uma falha de momento, uma falha de método e uma falha de mérito. **Cabe** a nós, como Poder Legislativo, corrigir isso. Se dependesse de mim, o Governo trabalharia com muito mais tempo essas modificações na Previdência Social, para que fossem de fato profundas, incluídas e justas. Como muitas vezes o Parlamento tem apenas que seguir a agenda do Executivo, vamos tratar agora de repactuar essa proposta com a sociedade.

Saúdo alguns sinais importantes, como a garantia dos direitos básicos do professorado do ensino fundamental quanto à aposentadoria. Isso **não pode** mudar, pois seria uma derrota da própria história do PT. Terminando saudando o simpático Presidente, que é do PTB, e não do PT.

33

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 009.1.52.**E**

Hora: 14:14

Fase: PE

Orador: JAIR BOLSONARO, **PTB-RJ**

Data: 09/07/2003

TRECHOS DEONTICAMENTE MODALIZADOS: **05**

O SR. JAIR BOLSONARO (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, chamo a atenção de V.Exa. para uma frase de José Genoíno, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* de ontem: *"Estamos fazendo as reformas justas, boas para a sociedade. **Não devemos ter** nenhuma crise por causa disso e nem vamos ceder. Servidor, juiz, a gente enfrenta"*. É covardia falar em enfrentar servidor que está morrendo de fome Brasil afora.

Realmente, ele enfrentará servidor e juiz com a mesma galhardia com que enfrentou os militares no Araguaia, em que, depois de preso, foi emérito colaborador, lavando cuecas para oficiais, de manhã, e descascando batatas para cabos e soldados, à tarde. Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para ler trecho de uma carta do próprio José Genoíno, cuja leitura havia feito tempos atrás, e apenas alguns órgãos de imprensa a publicaram. Não pretendo entender a origem do homem, mas gostaria de entender, principalmente para podermos nos balizar quanto à reforma da Previdência, como e por que algumas pessoas mudam neste País. Diz José Genoíno, escrevendo a um servidor aposentado, septuagenário, do Rio de Janeiro:

"Prezado

Senhor(...)

Esclarecemos, mais uma vez, que somos contrários à proposta do Governo (PEC 136/99), que pretende tributar os benefícios de aposentadoria e pensão". Essa PEC nº 136, se formos comparar com a PEC nº 40, é um refresco. Genoíno agora rasga tudo aquilo que assinou. O que ele foi no passado para mim não vale nada. Agora, ele rasga o que assinou e encaminhou aos eleitores, servidores civis do Brasil todo. Essa carta, Sr. Presidente, é de janeiro de 2000. Temos outra carta, de maio de 2002, mais recente, do Deputado José Dirceu. Vamos mostrar mais contradições do PT quanto à reforma da Previdência. Ao aposentado Raimundo Marques ele diz: "**Não podemos esquecer** os companheiros que construíram o país que herdamos. O seu drama é compartilhado por milhares de brasileiros abandonados à própria sorte por um governo insensível às causas sociais. O Partido dos Trabalhadores tem propostas para um sistema previdenciário mais justo e nossa luta no Congresso é para manter as conquistas dos aposentados. O PT tem apresentado projetos de leis para a atualização dos benefícios da Previdência. Infelizmente" completa José Dirceu "nossa bancada não é maioria no Congresso para mudarmos essa política econômica que tantos malefícios tem causado aos trabalhadores".

Realmente, de vez em quando, sinto-me envergonhado de ser Parlamentar. Por mais que discorde historicamente das posições do PT, tenho certeza de que **ninguém pode praticar** estelionato eleitoral para chegar ao Governo. **Não é possível** mandar cartas, discursar contra a reforma da Previdência e, quando aqui chega, apresentar uma proposta mais draconiana ainda do que seu antecessor! Como estive há pouco na Comissão Especial da Reforma da Previdência, e os discursos estão bastantes acalorados, faço uma proposta à revista *Veja*: no quadro *Sobe e Desce*, ela poderia registrar em alta o peleguismo no País. O que tinha de sindicalista pelego defendendo a PEC nº 40 não está no gibi. Repito, o peleguismo está em alta no Brasil. Também sugiro substituir o CCC, da Argentina, pelo CCT Comando de Caça aos Traíras. É impressionante como os Parlamentares do PT, não apenas os 2 que acabei de citar, negam veementemente na Comissão tudo o que disseram no passado. Isso é uma vergonha para a política brasileira. Estava presente à reunião o tesoureiro da Força Sindical, Ricardo Patah. Ele defendeu a previdência privada. No final de sua intervenção, disse que não dava

nota 10 ao discurso, porque o sindicalista não havia encaminhado os servidores públicos civis à CAPEMI. Lamento a posição do Sr. Luiz Marinho, que aproveita o momento de tristeza e sofrimento do servidor público para brigar por um teto de 20 salários mínimos para a iniciativa privada. Primeiro ele deveria reivindicar o pagamento de 10 salários mínimos para os aposentados da iniciativa privada; depois, sim, juntos, partiríamos para um teto de 20 salários mínimos. Lastimo a situação que vivemos. Parece que o lema dos petistas é o seguinte: tudo que eu não tenho é privilégio. Muito obrigado.

34

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 009.1.52.E

Hora: 15:14

Fase: PE

Orador: WALTER PINHEIRO, PT-BA

Data: 09/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 07

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma alusão à greve dos servidores públicos federais. Ao longo desses anos, nós, do Partido dos Trabalhadores, nunca deixamos de fazer referência a questões como esta, inclusive de participarmos como mediadores de conflitos dessa natureza, e não seria agora que o Partido dos Trabalhadores desempenharia papel diferenciado. Essa é, sim, tarefa do nosso partido, que ao longo dos anos consolidou-se pelas lutas populares, pela organização sindical, pelo debate com a sociedade na discussão sobre o papel do Estado, sobre como deveríamos atuar na relação do Estado com os servidores públicos, particularmente os federais. Ora, temos a compreensão de que no atual estágio é correto, sim, a manifestação de servidores, é correto que servidores apresentem, em greve, descontentamento com as propostas que serão apreciadas nesta Casa. É verdade que esse é um conflito que expõe contradições e posições que outrora se encontravam alinhadas no processo político do Brasil. Quero deixar claro que o Partido dos Trabalhadores tem tratado o assunto à luz dos mesmos mecanismos que adotou ao longo de sua história. Na condição de Parlamentar, creio que o debate se localiza, principalmente, na área da reforma da Previdência. É natural e friso bastante esse tema a luta histórica desenvolvida por todos nós pela mudança da estrutura de Estado, particularmente no que diz respeito à estrutura previdenciária, de maneira a incluir milhões de brasileiros excluídos, de realizar debate sobre o papel do serviço público na sociedade. É num momento agudo como esse que surgem idéias e componentes de negociação. Tanto é verdade que, nesta Casa, a bancada do PT participou de várias reuniões sobre o tema, considerando-o a principal de suas intervenções.

Debateu e apresentou propostas, como bancada, à reforma da Previdência; discutiu pontos cruciais, como cálculo, tempo, idade e cobrança dos inativos, no que diz respeito à faixa de isenção. Enfim, a bancada do partido, de forma majoritária, no núcleo do Governo, debateu esse assunto. Causa-me estranheza a apreensão de muitas pessoas com a maneira como o PT, no comando do Governo, tratará a greve. Elas querem saber se o partido realmente reconhecerá essa ação como instrumento eficaz na busca de interesses. Alguns trabalham com contradições. Mas que contradições? Estamos falando de pontos que a bancada do meu partido apresentou, diferenciados do texto original. Tanto é verdade que já há sinalização bem clara, tanto por parte do Governo como do comando de vários Parlamentares nesta Casa, particularmente do Presidente João Paulo Cunha, no sentido de buscar entendimentos e estabelecer negociação não só com os servidores, mas também com a base parlamentar. E isso centrado nos pontos cruciais da reforma: cálculo para a aposentadoria, idade para a obtenção da aposentadoria, integralidade da aposentadoria e a polêmica de se estabelecer ao longo dos anos a paridade. Então, nessa linha, só tenho a dizer que são corretas as diversas manifestações, é correto o pleito apresentado pelos servidores, assim como são corretos a busca e o debate promovido por diversos Parlamentares nesta Casa, entre os quais me incluo, tentando estabelecer com o Governo procedimento que realce o papel parlamentar e discutir a reforma. Queremos alterar paradigmas, principalmente de órgãos que têm função vital na estrutura de Estado. Queremos alterar pontos que transformem a Previdência em algo capaz de atender à sociedade como um todo. Mas não podemos esquecer-nos de que a Previdência não pode ser um instrumento para eleger, a partir de situações pontuais a sua estrutura, esses ou aqueles servidores públicos como responsáveis por toda uma história construída de provável déficit. Temos de compreender que este Estado, que foi completamente desmontado, precisa ser soerguido, precisa criar uma estrutura capaz de atender o cidadão. Não há na história da humanidade nenhum Estado que tenha atendido sobejamente os mais pobres, apresentado a eles condições efetivas de atendimento das suas necessidades mais fundamentais. Ele precisa estar azeitado, equipado, funcionando plenamente. O Estado brasileiro foi desmontado pelo governo, foi efetivamente privatizado. Por isso, o esforço maior agora é dar a ele as condições reais, de forma organizada, para atender a essa população. Nessa esteira, o Governo soube tratar essas questões, ao conversar com os servidores no início de um processo de greve, compreendendo a manifestação feita em Brasília. Mostrou-lhes que é possível não só debater a reforma da Previdência, mas também estabelecer canais de negociação que atendam a pontos específicos de carreiras do serviço público federal. Muito obrigado.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 0

O SR. COSTA FERREIRA (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, ontem os servidores públicos federais demonstraram seu descontentamento com a proposta de reforma da Previdência do Governo Federal com a deflagração de uma greve com índice de adesão oscilando entre 30% a 45%, conforme se considere a ótica do Governo ou a dos sindicatos, respectivamente. Esse assunto é preocupante, porque envolve questões relevantes à execução dos serviços públicos. O corte de atrativos pode implicar queda de qualidade dos futuros servidores públicos e tornar temerário o resultado de ações mais complexas. Dois outros fatores tornam o quadro da Previdência mais grave: o grande número de desempregados e o número de trabalhadores informais. Esses fatores são também indutivos de erro. Apresentam uma redução natural no número de contribuintes à Previdência. Se gozásemos de real desenvolvimento, com baixo nível de desempregados e razoável informalidade, talvez os números fossem outros. Por outro lado, existem fortes indicadores de que o molde previdenciário atual, incorporando privilégios abusivos, levará a Previdência Social à bancarrota em algumas décadas. O projeto inicial apresenta mudanças traumáticas ao cortar privilégios históricos. A força motriz das mudanças parece ser a necessidade de se modificar a legislação do trabalho para uma forma mais atual, como uma cautela que leva em conta a situação de países desenvolvidos, que acenam com o esgotamento de suas previdências públicas. Os fatores conhecidos como naturais são causados pela sobrevida da população, o que aumenta o número de aposentados em relação ao de trabalhadores ativos. A pressão democrática exercida pelos setores trabalhistas organizados tem produzido os primeiros resultados. Parabenizo o Governo, que já acena com a possibilidade de alteração no conteúdo do texto original, o que é bem vindo. Somente através dos debates que abranjam as realidades do tema nos proveremos de argumentos para decidirmos bem.

Muito obrigado.

36

**CÂMARA DOS DEPUTADOS -
DETAQ**

Sessão: 009.1.52.E Hora: 15:36

Fase: PE

Orador: ÁTILA LINS, PPS-AM

Data: 09/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 01

O SR. ÁTILA LINS (PPS-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos na fase mais complexa e decisiva de tramitação das reformas da Previdência e tributária.

Particularmente quanto à reforma da Previdência, quero entender que o Relator da matéria, ilustre Deputado José Pimentel, do Estado do Ceará, vai examinar com bastante atenção as mais de 450 emendas apresentadas pelos Deputados. Delas consta, sem dúvida alguma, o anseio da maioria da população brasileira. Somos 513 Deputados, representantes de 175 milhões de brasileiros. Acredito, Sr. Presidente, que o Relator, a Comissão Especial e os Líderes estejam procurando encontrar caminhos que facilitem a deliberação do Plenário.

Vejo com satisfação que o Governo começa a acenar com a possibilidade de fazer concessões, ajustes, correções de distorções, para diminuir a dureza da proposta encaminhada a esta Casa.

A maioria silenciosa da Câmara dos Deputados silenciosa, mas atenta, participa ativamente desses debates e haverá de se posicionar levando em consideração não apenas a própria consciência, mas, acima de tudo, a voz das ruas, cada vez mais ruidosa.

Ouso lembrar um Deputado gaúcho, que dizia: "*O que o povo quer esta Casa sempre quer*". Pois quero crer que a Câmara dos Deputados apreciará com muita determinação as duas propostas, que terão de ser aperfeiçoadas para não receberem neste plenário rejeição, que pode comprometer a totalidade da idéia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

37

**CÂMARA DOS DEPUTADOS -
DETAQ**

Sessão: 011.1.52.E Hora: 14:04

Fase: PE

Orador: Nilton Baiano, PP-ES

Data: 10/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 03

O SR. NILTON BAIANO (PP-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, como já havia previsto e anunciado, o povo brasileiro não quer

mesmo a reforma da Previdência nos moldes apresentados pelo Governo Lula. A greve de ontem dos servidores públicos federais teve, em média, a adesão de 45% dos servidores em todo o País. Venho a esta tribuna para fazer um breve balanço deste movimento no meu Estado, o Espírito Santo. Neste primeiro dia, mais de 2 mil usuários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) deixaram de ser atendidos. Esta greve por tempo indeterminado afetou a maioria dos Municípios. O movimento ganhou repercussão em todo o País e atingiu mais de 30 instituições federais de ensino e também contou com a adesão de professores e servidores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Vitória, que decidiram ontem suspender as atividades por tempo indeterminado. Os hospitais federais de todo o País também suspenderam suas atividades ontem, com nível de 100% de adesão. No Espírito Santo, a saúde pública, que já vive quadro caótico, também aderiu ao primeiro movimento grevista realizado no Governo Lula. O setor de exportação e importação de mercadorias é um dos mais atingidos no Estado com a greve dos servidores federais. Os auditores da Receita Federal, que não querem a reforma da Previdência, decidiram cruzar os braços durante 3 dias, paralisando o processo de nacionalização de mercadorias nos portos e aeroportos. O Brasil precisa de uma nova Previdência Social, mas a reforma apresentada pelo Presidente Lula é injusta e vai trazer arrocho para o já sofrido trabalhador brasileiro. Todos pagarão um preço alto, mas muitos ainda não tomaram consciência da perversidade dos números desta reforma da Previdência. Não vamos admitir a cobrança dos inativos. O aposentado brasileiro já paga sua conta. Quem não paga é o Governo. Uma reforma que prevê a cobrança para os servidores aposentados é repudiada por todos os brasileiros. Este é o principal motivo desta revolta e destas paralisações que afetam a vida de todos. Mas fico feliz, Sr. Presidente, porque sei que a proposta de reforma da Previdência será alterada nesta casa. Hoje, na imprensa, vejo sabedoria em V.Exa., ao dizer que vamos produzir muitas mudanças nesta reforma da Previdência. O próprio Governo Lula já admite mudar a proposta em meio à greve dos servidores federais. O Ministro da Casa Civil, José Dirceu, admitiu a possibilidade de mudanças na proposta de reforma encaminhada pelo Governo ao congresso. Só não sabemos em que pontos o Governo estaria disposto a ceder. Tenho absoluta certeza de que até o dia da votação da reforma da Previdência o clima de revolta aumentará no País. No Espírito Santo, já estamos em contato com várias categorias médicos, policiais, fiscais e etc. que querem promover um grande ato público. Quero neste pronunciamento registrar meu amplo e irrestrito apoio aos servidores públicos federais que estão no mais puro exercício da democracia. Não devemos abaixar a cabeça e engolir o que não gostamos e não aceitamos. Vamos praticar a cidadania e lutaremos contra a perversidade inserida nesta injusta reforma da Previdência do Governo Lula. Parabéns não só V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, mas também o Presidente João Paulo Cunha e todos os Líderes, por trabalharem para que essa

reforma seja alterada e não venha a prejudicar os servidores e a população trabalhadora do Brasil.
Muito obrigado.

38

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 011.1.52.E

Hora: 14:06

Fase: PE

Orador: ZÉ LIMA, PP-PA

Data: 10/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 07

O SR. ZÉ LIMA (PP-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os debates nas audiências públicas promovidas pela Comissão Especial que aprecia a reforma da Previdência Social e os que se realizam nos mais diferentes pontos do País estão demonstrando a absoluta necessidade de revisão, por parte do Governo, de dispositivos constantes de sua proposta original. Logo após o encaminhamento pelo Poder Executivo a esta Casa da PEC nº 40/2003, abordei o tema da Previdência Social em pronunciamento no Grande Expediente, no qual expressei minha posição contrária a determinadas questões propostas pelo Governo, como a mudança das regras para concessão de aposentadorias aos atuais servidores sem o estabelecimento do devido período de transição.

Enfatizei também, Sr. Presidente, o caráter injusto e drástico para os servidores do texto da reforma previdenciária, que transfere ao funcionalismo todo o ônus de um déficit crescente do setor, cujas razões se devem muito mais a causas outras, como, por exemplo, sonegação, isenção, anistias concedidas e queda nas atividades econômicas.

Fiz um alerta à Casa e ao Governo, demonstrando que a proposta de reforma chega ao exagero de retirar consagrados direitos dos trabalhadores, ao determinar sensível redução nos valores de aposentadorias e no de futuras pensões aos beneficiários de servidores falecidos. Deixei muito claro que sou inteiramente contra os privilégios garantidos a alguns poucos pela atual legislação, os quais, portanto, devem ser rigorosamente eliminados.

No que se refere à principal razão dos sucessivos rombos nos cofres da Previdência, ou seja, perda de receitas em função da inadimplência ou da isenção na contribuição de grande número de empresas, órgãos públicos, associações e entidades de todo o tipo, a reforma não apresenta qualquer alteração da situação vigente.

Pois bem, Sr. Presidente, o amadurecimento das discussões, tanto no Parlamento quanto nas diferentes instâncias da sociedade, demonstra estarem realmente

fundamentadas as preocupações e convicções aqui registradas por mim e por tantos Parlamentares a respeito de matéria de tão relevante interesse para o povo brasileiro.

Por isso, volto ao assunto nesta tarde. Verifico que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diante das contestações feitas com propriedade e seriedade, sinaliza a disposição de rever pontos sobre os quais, antes, não aceitava sequer negociar a **necessária** flexibilização. É muito importante que o próprio Relator da PEC nº 40/03 na Comissão Especial, o ilustre Deputado José Pimentel, do PT do Ceará, ofereça em seu parecer os indispensáveis aperfeiçoamentos, frutos da conciliação entre as posições contrárias, como as que faço referência e as do Governo, quanto àqueles dispositivos também mencionados neste pronunciamento. **É fundamental** que se assegure um princípio básico de qualquer modelo ou estrutura legal, isto é, o da garantia jurídica. Isso significa, Sr. Presidente, que para os atuais servidores **devem prevalecer** as regras pactuadas por eles nos contratos firmados com o Estado, quando ingressaram no serviço público. Portanto, a integralidade das aposentadorias e a paridade nos reajustes para aposentadorias e pensões com os da remuneração na ativa **precisam ser mantidas**, por uma questão de justiça e de garantia jurídica. O mesmo **deve ocorrer** com a contribuição dos inativos.

Há dois pontos que considero essenciais à reforma e, por isso, recebem o meu apoio e o meu voto: a instituição imediata do teto, para que não continuem a existir aposentadorias e pensões em valores exorbitantes, e o aumento na idade mínima para a aposentadoria, desde que aplicada regra de transição para os que já são servidores, de modo a que esses cumpram período adicional proporcionalmente ao tempo de serviço exercido na data da promulgação da nova emenda à Constituição. Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

39

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 011.1.52.**E**

Hora: 14:50

Fase: PE

Orador: CHICO ALENCAR, **PT-RJ**

Data: 10/07/2003

TRECHOS DEONTICAMENTE MODALIZADOS: **09**

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no antigo ensinamento de Montesquieu, **cabe**

ao Parlamento fiscalizar o Executivo e aperfeiçoar suas propostas. É este o sentido de boa parte das quase mil emendas apresentadas na Câmara dos Deputados aos projetos de reforma tributária e previdenciária. Na Previdência, maior programa de distribuição de renda do Brasil, **é preciso** cuidado ao alterar regras do Regime Próprio dos Servidores Públicos. Por isso, é alvissareiro ver o nosso Governo aberto a modificações substantivas no projeto, como sempre pleiteamos. **O movimento grevista dos servidores públicos, que mobiliza várias categorias, cria, de forma legítima, um campo fértil de diálogo e põe na ordem do dia o debate sobre os rumos da Previdência Social no Brasil. Acredito que o eixo central dessa reforma deva ser o da ampliação dos direitos, defendendo, assim, um dos últimos pilares do Estado de Bem-Estar Social. Muitas das propostas originais do Executivo deverão ser tema de profundas e profícuas discussões nesta Casa, sempre alimentadas pelas reflexões e contribuições da sociedade civil organizada. Alguns pontos merecerão ser apreciados com mais acuidade, uma vez que tocam as bases fundamentais da Previdência Social, que se estruturou para ser um locus gerador de justiça social, mediante a solidariedade entre as gerações. Entre outras questões que seguramente deverão merecer mais atenção pode-se citar as propostas que se referem à taxação dos aposentados e à idade mínima para a aposentadoria. Também é necessário criar mecanismos que garantam a paridade das remunerações e demais benefícios entre os atuais servidores ativos, inativos e pensionistas, assim como entre estes e os futuros servidores. Caso contrário, poderemos criar situações inusitadas no Poder Público, com servidores exercendo o mesmo cargo, mas recebendo proventos diferenciados e com aposentadorias também diferenciadas. Paridade e integralidade para todos e não apenas para a magistratura, é óbvio são requisitos importantes. Além da definição de um teto para os proventos, a reforma não poderá deixar de tocar em pontos que ainda são herança do Estado patrimonialista, entre eles a acumulação da aposentadoria e o recebimento simultâneo de proventos oriundos do exercício do mesmo cargo. A partir do eixo norteador da reforma que queremos, ou seja, geradora de inclusão, deve-se retornar para o texto constitucional as regras que definem o cálculo do benefício para aqueles que estão no Regime Geral da Previdência. Atualmente, tal normatização é da alçada da legislação ordinária, o que tem gerado efeitos perversos para milhões de aposentados, que vêm os valores de suas aposentadorias e pensões sendo achatados. Devemos, portanto, preparar nossos espíritos para os calorosos e históricos debates que virão. A pressão da sociedade organizada começa a mostrar seus primeiros resultados. O Executivo começa a rever algumas de suas posições na busca de um entendimento. Este é o caminho. Nossa batalha no Parlamento não será vã.**

Muito obrigado.

40

**CÂMARA DOS DEPUTADOS -
DETAQ**

Sessão: 015.1.52.E Hora: 15:24

Orador: CHICO ALENCAR, PT-RJ

Fase: PE

Data: 16/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 05

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas da leitura do relatório da dita reforma da Previdência.

Para muitos de nós, especialmente do PT, seria mais adequado discutir outras reformas, como a reforma agrária, a reforma do Estado sobretudo no que diz respeito às suas agências reguladoras, que terceirizam iniciativas que **devem ser** de governo, a reforma política, com tudo o que pode promover de avanço democrático. No entanto, estamos enredados não na reforma da Previdência, mas em alterações no regime próprio dos servidores públicos. Independentemente do juízo que devemos fazer do relatório e é o que cabe a esta Casa e ao Senado, a política dos Governadores acabou há pelo menos 70 ou 80 anos. Mas **temos de** considerar alguns equívocos na concepção geral da proposta, e eu, membro do partido mais importante da sustentação governamental, o faço como uma certa autocrítica. O primeiro é distanciar tanto o servidor público do trabalhador da iniciativa privada, tornando vulnerável o primeiro e apenas colocando seus direitos no mesmo plano dos direitos de qualquer trabalhador. Não. Numa concepção de Estado não forte nem autocrático, mas ativo, o servidor público é fundamental. O segundo equívoco é vincular o Judiciário a privilégio absoluto. É evidente que os Três Poderes **precisam estar** cada vez mais abertos à população, mas desconsiderar que o Judiciário tem avançado e que é fundamental para a construção da igualdade e da justiça no País é outro engano. O Governo é composto dos Três Poderes. Finalmente, é falha a lógica de jogar os mais pobres do País, em geral mais desorganizados, contra os remediados, em geral com maior capacidade de organização. Ao longo da história, essa prática não deu bons resultados. Feitas essas considerações preliminares, acho que **devemos** nos dedicar ao processo de elaboração final do projeto, tendo em vista o devido respeito ao servidor público, de todas as instâncias, e o reconhecimento de que há, sim, carreiras estratégicas no Estado, portanto o combate a privilégios e demasias **não pode significar** a desqualificação do servidor público.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 06

O SR. GONZAGA MOTA (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero externar minha preocupação com uma possível desarticulação entre os Poderes constituídos da União, bem como dos Governos Federal e Estaduais, com relação à reforma da Previdência. Aproveito a oportunidade para enaltecer o pronunciamento há pouco feito pelo Deputado Chico Alencar, que, de maneira concisa e objetiva, definiu perfeitamente o que a sociedade brasileira pensa sobre o tema. **Há algum tempo vimos examinando a possibilidade de realização de algumas reformas no Brasil. Vivemos em uma época de reformismo crônico. Existe uma expectativa generalizada em todo o País. Há, também, a mania de se clamar por reformas. Por isso, impõe-se que se reflita** atenciosamente e se examine a questão com cuidado, para não sermos conduzidos por modismos. **É preciso** um correto diagnóstico dos problemas, para que se possa avaliar se realmente necessitamos reformar nosso Direito Positivo. A opinião pública vem sendo mobilizada, nos últimos 10 anos, a favor de algumas reformas. O povo tem sido estimulado a exigí-las, embora aqueles que as estimulam nem sempre possuam idéias claras a respeito daquilo que deveria ser reformado nem de como se faria a mudança. Para o equacionamento do problema, **devemos examinar** com prioridade as questões relevantes para o povo. Assim sendo, salvo melhor juízo, duas vertentes de análise **devem ser** observadas. Numa, **precisamos saber** se as reformas propostas se destinam a ajustes de caixa circunstanciais ou a promover o crescimento econômico e a inclusão social; e, noutra, se são objetivos de governo, sugeridos por pessoas ou organismos alienígenas, ou, então, objetivos de Estado. Em resumo, acreditamos que as verdadeiras reformas, com certeza, são aquelas que oferecem ao povo condições concretas de justiça social. Como disse o Dalai Lama: "*Na realidade, creio que o avanço econômico e o respeito por direitos individuais estão intimamente ligados. A sociedade não pode maximizar seu ganho econômico sem conceder direitos civis e políticos a seus membros*". Por trás dessa sábia declaração está o conceito de liberdade. Em relação à primeira vertente referida, vale ressaltar o crescimento com inclusão social, observando pontos como a geração de empregos, a redução da dívida social e a melhoria na distribuição de renda. Os ajustes de caixa nem sempre provocam benefícios para as populações. Daí, reformas como a agrária e a política, por exemplo, dentro dos princípios constitucionais e da ordem democrática, são mais importantes, a médio e longo prazos, para a sociedade, do que as reformas tributária e previdenciária. Os déficits de caixa podem ser cobertos pela cobrança da dívida ativa, pela redução da sonegação, bem como por melhores mecanismos de fiscalização e administração financeira, respeitando-se os direitos individuais.

A segunda vertente diz respeito aos objetivos de governo e de Estado. Os Governos passam; já o Estado permanece com seus objetivos estruturantes e duradouros. Sr. Presidente, não obstante sucintas, as reflexões aqui apresentadas servem para estimular, pelo menos, o debate sobre o assunto. Por sua vez, verificamos que algumas modificações pretendidas não necessitam de qualquer reforma do texto constitucional. Assim, poderíamos iniciar determinadas alterações mediante decisões políticas e também com base em ações legislativas de ordem infraconstitucional. Obrigado.

42

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 015.1.52.E

Hora: 15:54

Fase: PE

Orador: SANDES JÚNIOR, PP-GO

Data: 16/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 04

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou acompanhando com extrema preocupação o debate em torno da reforma da Previdência. Devo dizer que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está se mostrando absolutamente inábil não só na condução desse processo, mas também no enfrentamento de todas as questões brasileiras, talvez por ser a primeira vez que seu partido assume o comando do País.

O Governo vem demonstrando fragilidade e indefinição. Ora apresenta um projeto de uma forma, no outro dia aparece com uma idéia totalmente diferente. Na semana passada, acenava para o Judiciário; nesta, já não acena mais. Sr. Presidente, há um dito popular que cabe lembrar no momento: "*Em política, amor não é para sempre*". Percebo que a lua-de-mel da população com o Presidente Lula já começa a entrar na fase do desgaste. No início, quando S.Exa. fazia algum pronunciamento, a imprensa e a sociedade comentavam que se tratava de um homem do povo, que dizia o que este queria ouvir. Hoje, o que o Presidente diz é diferente do que afirmava há 3 ou 4 meses. Vejo também com preocupação, Srs. Deputados, o rompimento do pacto firmado com os governadores, que querem manter o texto original da reforma da Previdência.

Como todos sabemos, os Estados estão falidos e, se não for encontrada uma solução definitiva para a questão previdenciária, em breve espaço de tempo não terão a menor condição de arcar com o pagamento dos inativos. O que os governadores estão buscando é a retomada da capacidade de investimento do Poder Público Estadual.

Também fico preocupado quando um Ministro da envergadura de Antonio Palocci vem a público colocar em xeque a real intenção dos governadores, que estariam fazendo o papel de Judas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministro chega ao ponto de ameaçar deixar o Governo caso o projeto original, fruto de *lobbies* que este mesmo Governo tem medo de enfrentar, não esteja aberto a mudanças.

É preciso ressaltar, nobres colegas, que a discussão vem se dando no campo do maniqueísmo: ou se é a favor ou contra a reforma da Previdência. O Governo tem se comunicado mal com a sociedade e, sem dúvida alguma, é o principal responsável pela balbúrdia que tomou conta do debate. **É importante** que o Governo tenha coragem de pôr a cara a tapa, de se desnudar perante a opinião pública, de dizer com clareza a que veio e de assumir os desgastes naturais de quem exerce o poder. Mas ficar usando Ministro como menino de recado é uma estratégia burra, para não dizer suicida. Entendo que o debate envolvendo a reforma previdenciária **deve ser** absolutamente realista e baseado em cálculos atuariais seguros, que possam não apenas justificar uma mudança nas regras atuais, mas também dar à sociedade brasileira a tranquilidade de que serão preservados o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o País passa por um grave momento. A economia dá sinais de estagnação. A inflação está sob controle, é verdade, mas a cada dia cresce a legião de desempregados nas ruas. A arrecadação de impostos, um termômetro da atividade econômica, emite sinais de queda vertiginosa para os próximos meses. Enquanto isso, o Governo patina e não consegue apresentar ao País um projeto de reformas que estimule a retomada do crescimento econômico. Até agora, o que vemos foi um governo especialista em retórica: "*Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço*". Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

43

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 017.1.52.E

Hora: 15:12

Fase: PE

Orador: ANTONIO NOGUEIRA, PT-AP

Data: 17/07/2003

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DE ÔNTICA: 02

O SR. ANTONIO NOGUEIRA (PT-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.Sras. e Srs. Deputados, **não podemos** considerar recuo o caminho para aprovação da reforma que o País **precisa**. As mudanças previstas no texto inicial são fruto de negociações do Governo, que tenta buscar entendimento com a sociedade civil organizada e com as forças políticas

que compõem esta Casa, sem que isso implique alteração da essência da reforma da Previdência.

Tanto é verdade, Sr. Presidente, que o nosso Governo decidiu garantir alguns pontos polêmicos da reforma, como a integralidade da aposentadoria dos atuais servidores públicos, manter o índice de redução para quem se aposentar antes do prazo, e a taxa dos inativos, além dos subtetos. É natural, Sr. Presidente, nobres pares, o aperfeiçoamento do texto, principalmente quando advém das discussões democráticas como as que estão sendo realizadas através das audiências públicas com representantes dos três Poderes, dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados e dos pensionistas. E aí, Sr. Presidente, peço permissão ao nosso companheiro Relator, Deputado José Pimentel, para fazer minhas as suas palavras. Disse o Relator: *"O que tenho ouvido nas audiências vem sendo enriquecido por meio de debates já realizados em sete estados da federação. Estou convicto da importância desta reforma para garantir sustentabilidade ao sistema, justiça orçamentária, geração de mais postos de trabalho formalizados e a inclusão de milhões de pessoas que hoje não têm acesso aos benefícios"*.

Não adianta, Sr. Presidente, os oportunistas de plantão quererem auferir louros com algumas mudanças que achamos pertinentes. A reforma da Previdência estava prevista no programa de Governo do Presidente Lula, aprovado nas últimas eleições por mais de 60 milhões de brasileiros. Esta reforma tem vários objetivos, e aí destaco o que cria mecanismos para a inclusão de mais de 40 milhões de pessoas que não têm nenhum benefício previdenciário e o que possibilita a implantação de um sistema básico, universal e obrigatório para todos os brasileiros natos e naturalizados. Esse sistema, Sr. Presidente, terá piso de um salário mínimo e teto equivalente a dez salários mínimos. Nós queremos que as regras de aposentadoria sejam iguais para todos os brasileiros. O conceito de previdência básica está amparado na repartição simples e de solidariedade, pois o sistema anterior era de capitalização e exclusivamente contributivo. Agora o financiamento é que será contributivo, por meio da folha salarial e solidário pela contribuição de toda a sociedade, mediante o consumo, que é o faturamento bruto das empresas.

Mas, Sr. Presidente, o que queremos com essas mudanças? Queremos uma Previdência Social que tenha equilíbrio financeiro para o pagamento de todos os benefícios no presente e no futuro. Queremos que o cidadão seja bem atendido, com agilidade e rapidez. Finalizando, Sr. Presidente, quero registrar minha admiração pelos companheiros que estão na condução das discussões sobre a reforma da Previdência e aqui conclamo os meus nobres companheiros de partido e da base de sustentação do Governo que têm coragem para fazer valer essa reforma tão importante para o nosso País. Vamos levar, Sr. Presidente, a reforma para as nossas casas, junto com nossos amigos e parentes, explicando a necessidade de uma nova Previdência para o País. Vamos construir um Brasil melhor para todos os brasileiros, dando segurança a todos os trabalhadores públicos e privados, para que o seu futuro e o de suas famílias não sejam ameaçados pela falência da previdência brasileira. Era o que eu tinha a dizer.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 019.1.52.E

Hora: 15:26

Fase: PE

Orador: SANDES JÚNIOR, PP-GO

Data: 22/07/2003

O discurso visa defender remuneração digna aos magistrados e aos funcionários públicos em geral.

EXPRESSÕES DA MODALIDADE DEÔNICA: 05

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive hoje clima de expectativa e, porque não dizer, de insegurança quanto ao impacto da reforma previdenciária na vida do cidadão. Vejo com enorme preocupação o acirramento do debate em torno das reformas, especialmente no que diz respeito à relação do Executivo com o Judiciário. Reunidos em assembléia, juízes aprovaram indicativo de greve para o mês de agosto, para alguns considerado o "pintor das paisagens estranhas". **É preciso** que haja bom senso de ambos os lados. Imagine o País tendo que conviver com greve de magistrados. **Cabe** a eles a tarefa de garantir o pleno exercício do Estado de Direito. Não há que se falar em greve numa categoria que desempenha tarefa de extrema responsabilidade. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, **é preciso ressaltar** que os juízes **não podem ser** apontados como os vilões da Previdência. Não foram eles os responsáveis por rombos históricos na instituição, pelas Jorginas da vida, pelas aposentadorias fantasmas, pelo desvio de recursos e pela inadimplência de devedores contumazes. Sou daqueles que entendem que os juízes **devem ser** muito bem pagos e gozar de aposentadorias justas, que lhes garantam no final de suas vidas dignidade. E por que penso assim, Sr. Presidente? Ao contrário do que se possa imaginar, um juiz que recebe dignamente custa muito menos ao Estado. No exercício de sua missão espinhosa não terá ele motivo para aceitar nenhum tipo de ingerência, seja de natureza econômica, seja política. Um juiz que ganhe pouco poderá achar algum motivo para receber, por exemplo, algum tipo de vantagem pecuniária na hora em que **for** prolatar **um** sentença. Assim, Sr. Presidente, **é** importante que o debate em torno da reforma previdenciária não se dê de forma estreita, nem a matéria seja aprovada de afogadilho. Aliás, remunerar indignamente seus funcionários públicos por meios de aposentadorias irrisórias é uma prática comum em países atrasados. Talvez seja por isso que quanto maior o índice de pobreza de uma nação, maior a quantidade de casos de desvio de verbas públicas, a chamada corrupção. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço aos nobres colegas desta Casa a atenção **a** mim **dispensada**. Muito obrigado.